**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO**

**As Faces da Modernidade:
Arquitetura Religiosa nas Reformas Urbanas de Itu
(1873-1916)**

MAURÍCIO MAIOLO LOPES

ORIENTADOR: PROF. DR. MÁRIO HENRIQUE SIMÃO D'AGOSTINO

**São Paulo - SP
2009**

Maurício Maiolo Lopes

**As Faces da Modernidade:
Arquitetura Religiosa nas Reformas Urbanas de Itu
(1873-1916)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Área de Concentração: História e Fundamentos
da Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Mário Henrique Simão D'Agostino.

São Paulo - SP
2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: m.maiolo@bol.com.br

Capa: Detalhe do frontispício da Igreja do Patrocínio

L864f Lopes, Maurício Maiolo
As faces da modernidade: arquitetura religiosa nas reformas urbanas de Itu (1873-1916) / Maurício Maiolo Lopes. --São Paulo, 2009.
175 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) - FAUUSP.
Orientador: Mário Henrique Simão D'Agostino

1.Arquitetura religiosa – Itu (SP) 2.Ecletismo 3.Modernidade 4.Azevedo, Francisco de Paula Ramos de I.Título

CDU 726(816.12)I91

A meus pais

AGRADECIMENTOS

Ao professor Mário Henrique Simão D'Agostino, amigo e orientador muito dedicado, compreensivo e sempre preocupado em corrigir minhas falhas sem interferir em minha individualidade.

Aos professores Marcos Tognon e Paulo Cesar Garcez Marins, pelas preciosas indicações na banca de qualificação.

A todo pessoal das bibliotecas e do centro de documentação da FAU - USP.

A todo pessoal da biblioteca e arquivo do Museu Republicano Convenção de Itu.

Ao Henrique Tavernaro, ao Sergio Bispo e ao Rodrigo Teixeira que colaboraram nos levantamentos e elaboraram os desenhos.

Ao Fabiano Quicoli que ajudou nos arquivos, ao Evandro Guilhaon de Castro pelas preciosas sugestões, ao Alberto Arruda, à Ana Villanueva e ao Luis Roberto de Francisco pelas indicações e incentivo.

Ao Jair de Oliveira, que gentilmente cedeu diversas fotos.

À historiadora Nelly de Freitas, que pesquisou a formação de Luis Marins Amirat em Paris.

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp, pela concessão da bolsa de pesquisa.

RESUMO

Análise da arquitetura religiosa na cidade de Itu e suas relações com as reformas urbanas ocorridas no período de 1873 a 1916. Enfatizamos nosso estudo nas reformas ocorridas em antigos templos coloniais que nesse período passaram por significativas transformações. O estudo dos ideais de modernização da época e das diretrizes da Igreja Católica é peça-chave para a revisão historiográfica da chamada "arquitetura eclética". Analisamos alguns dos principais agentes dessas transformações: suas ideologias, as novas modalidades de projeção e seus vínculos com as transformações tecnológicas. Todos estes fatores influenciaram de diferentes modos na reforma dessas igrejas. Nesse contexto, pesquisamos o vínculo das reformas nas igrejas com as transformações que Itu vivenciou nesse período, como a chegada da ferrovia, as transformações das praças em jardins, a construção do novo cemitério, o novo matadouro municipal, o novo mercado municipal e a implantação da iluminação pública. Como recorte de pesquisa, foram selecionadas algumas igrejas representativas do "passado colonial", que na virada do século tiveram suas fachadas completamente modificadas: a igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária, a igreja de Nossa Senhora do Patrocínio e as igrejas administradas pela Companhia de Jesus na cidade: a igreja de São Luis do Gonzaga, a igreja do Bom Jesus e, finalmente, a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte.

Abstract

This research analyzes the religious architecture of Itu city and its relationships with the urban reform which occurred from 1873 to 1916. Our study is emphasized in the reforms occurred in ancient colonial temples which had significant changes at that time. The study of the ideals of modernization and of the Catholic Church guidelines at that time is the main point for a historiographic review of the eclectic architecture. We analyzed one of the main agents of these changes: their ideologies, the new modalities of the design process and their links with the technological changes. All these factors influenced in different ways in the reforms of these churches. In this context, it was researched the link in the church reforms with the changes that Itu had at that time like the arrival of railroads, the squares which became into gardens, the construction of a new cemetery, the new municipal slaughterhouse, the new municipal market and the implementation of the public lighting. As a clipping of the research, it was selected some representative churches of the past colonial which had their façades completely changed in the Passage of Century: The Nossa Senhora da Candelária Church, Nossa Senhora do Patrocínio Church and the ones administrated by the Companhia de Jesus in the city: The São Luis do Gonzaga Church, The Bom Jesus Church and, finally, The Nossa Senhora da Boa Morte Church.

LISTA DE FIGURAS

Capítulo I

Figura 1 – Paula Souza no período em que era estudante em Karlsruhe.

Fonte: PADILHA, Ângelo Fernando; PADILHA Rodrigo Bastos. Antonio Francisco de Paula Souza (1843-1917): o mais antigo estudante brasileiro em Karlsruhe, 2007. Disponível em: http://www.aaa.uni-karlsruhe.de/download/PaulaSouza_Originaltext.doc. Acesso em: 24 ago. 2008

Figura 2 – Lavadouro Público de Itu. Acervo particular.

Figura 3 – Ramos de Azevedo. Oscar Pereira da Silva. Óleo sobre tela, 1929. Acervo: Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Figura 4 – Liceu de Artes e Ofícios de Itu. Foto: autor

Figura 5 – Octaviano Pereira Mendes. Óleo em tela de Jonas de Barros. s/d. Acervo da Família Pacheco e Silva. Fonte: Campo e Cidade, ed. 38, agosto de 2005, p. 24.

Figura 6 – Sede da Fazenda Vassoural. Fotos: autor

Figura 7 – Propaganda de Pereira Mendes. Jornal Imprensa Ytuana, ed. 193, 31/10/1878, p. 3.

Figura 8 – Padre Miguel Correia Pacheco. Óleo sobre tela de José Ferraz de Almeida Júnior. Acervo: Igreja Matriz de Itu. Foto: autor

Figura 9 – Fábrica São Luis. Foto: autor

Capítulo II

Figura 10 – Estação da Estrada de Ferro Ytuana. Antônio Martins Coelho. 1909. Acervo particular.

Figura 11 – Mapa da área central de Itu. Definição do perímetro tombado pelo Condephaat. Elaboração do autor.

Figura 12 – Largo do Bom Jesus. Miguel Arcanjo Benício d'Assumpção Dutra. "Igreja do Senhor Bom Jesus em Itu". Aquarela s/ papel, 1841. Fonte: BARDI, Pietro Maria. Miguel Dutra, o poliedrico artista paulistano. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 1981, p. 62.

Figura 13 – Largo do Bom Jesus. Acervo particular.

Figura 14 – Largo do Bom Jesus. Fonte: Campo & Cidade, ed. 44, agosto de 2006, p. 50.

Figura 15 – Largo do Carmo. Acervo particular.

Figura 16 – Palmeiras do Carmo. Acervo particular.

Figura 17– Palmeiras do Carmo. Acervo particular.

Figura 18 – Praça da matriz em 1890. Acervo particular.

Figura 19 – Praça da matriz em 1899. Acervo particular.

Figura 20 - Ruínas do Cemitério do Carmo. Foto: Autor

Figura 21 – Mapa de Itu em fins do século XIX. Elaboração: autor

Figura 22 – Globo Alado. Cemitério municipal de Itu. Foto: autor

Figura 23 - Figura feminina - Cemitério Municipal de Itu.

Figura 24 – Planta baixa Matadouro Municipal de Itu. Levantamentos e desenho: Rodrigo Teixeira

Figura 25 – Detalhe da planta baixa Matadouro Municipal de Campinas. Fonte: MONTEIRO, Ana Maria R. de Góes. *Ramos de Azevedo: Presença e atuação profissional, Campinas: 1879-1886.* Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000, p. 64.

Figura 26 – Mapa da Cidade de Itu em meados do século XIX. Localização do Matadouro Municipal. Realizado a partir dos desenhos de João Toscano

Figura 27 – Matadouro Municipal de Itu. Levantamento atual. Levantamentos e desenho: Rodrigo Teixeira

Figura 28 – Matadouro Municipal de Itu. Levantamento atual. Levantamentos e desenho: Rodrigo Teixeira

Figura 29 – Conjunto do Matadouro de Campinas. Coleção Geraldo Sesso Júnior. Acervo: Centro de Memória da Unicamp. Fonte: MONTEIRO, Ana Maria R. de Góes. *Ramos de Azevedo: Presença e atuação profissional, Campinas: 1879-1886.* Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000, p. 75.

Figura 30 - Planta baixa do Mercado Municipal de Itu. Levantamentos e desenho do autor.

Figura 31 – Mercado Municipal na década de 1920. Acervo do Museu Republicano Convenção de Itu.

Figura 32 – Brasão da Republica. Detalhe do frontão do Mercado Municipal de Itu. Foto: autor

Figura 33 – Adro da Matriz. Foto: autor.

Figura 34 – Logotipo da Companhia Ituana de Força e Luz. Acervo: Museu de Energia – Itu. Fonte Campo e Cidade, ed. 38, agosto de 2005, p. 24.

Figura 35 – Funcionários fazendo manutenção nos equipamentos da Usina de Lavras. Acervo: Museu Cidade de Salto. Fonte: Campo e Cidade, ed. 38, agosto de 2005, p. 62.

Figura 36 – Elevação lateral da Usina de lavras em levantamento da década de 1930. Acervo: Museu de Energia – Itu. Fonte: Campo e Cidade, ed. 38, agosto de 2005, p. 59.

Capítulo III

Figura 37 – Parte do relatório das obras da igreja Matriz da Vila de Itapecerica, enviado à Diretoria Geral das Obras Públicas de São Paulo em 1883. Fonte: APESP. Lata CO5222

Figura 38 – Vila de Itu. Desenho do Engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria, que esteve de passagem por Itu no ano de 1774. Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial. 1. ed. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2000. p. 206.

Figura 39 – Construção da segunda Matriz de Itu. Fiéis carregando telhas da Fazenda Paraíso para a cobertura da Matriz. Painel de azulejo, Luis Gagni. Museu Republicano Convenção de Itu, 1930 – 1945. Foto: autor.

Figura 40 – Matriz ituana antes da reforma de 1889. Fonte: CINTRA, Francelino. Almanach histórico, biográfico e indicativo da Comarca de Itu. Tipografia São José, Itu, 1910.

Figura 41 – Largo da Matriz. Painel de azulejo, Luis Gagni. Museu Republicano Convenção de Itu, 1930 – 1945. Foto: autor

Figura 42 – Museu Britânico. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:British_Museum_from_NE_2.JPG. Acesso em: 10 fev. 2009

Figura 43 – Palácio de Cristal. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/The_Crystal_Palace. Acesso em: 26 ago. 2008

Figura 44 – Detalhe de “Vista da cidade de Itu”. Aquarela sobre papel, Vitório Gobbis; reprodução do original “Cidade de Itu” de Miguel Dutra. Fonte: CHIEGIGHINI, Hélio; GUARNELLI, Ismael; OLIVEIRA, Jair. Itu: patrimônio da cultura paulista. Desk Top Publishing, 1997.

Figura 45 – Desenho aproximado do que era o frontispício da antiga igreja matriz. Realizado com base na iconografia histórica. Desenho: Sergio Christo.

Figura 46 – Frontispício atual da matriz. Desenho: Henrique Tavernaro e Sergio Christo.

Figura 47 – Plantas da matriz. Confecção a partir dos levantamentos de Júlio Abe Wakahara (Condephaat). Desenho: Henrique Tavernaro.

Figura 48 – Matriz em 2006. Foto: Alexandre Ferreira. Fonte: http://br.olhares.com/igreja_matriz_ns_da_candelaria_itu_brasil_foto654932.html. Acesso em: 10 abr. 2008

Figura 49 – Igreja do Patrocínio. Aquarela de Miguel Dutra, 1845. Fonte: CHIEGIGHINI, Hélio; GUARNELLI, Ismael; OLIVEIRA, Jair. Itu: patrimônio da cultura paulista. Desk Top Publishing, 1997.

Figura 50 – Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio. Foto: Hélio Chiegighini. Fonte: CHIEGIGHINI, Hélio; GUARNELLI, Ismael; OLIVEIRA, Jair. Itu: patrimônio da cultura paulista. Desk Top Publishing, 1997.

Figura 51 – Desenho aproximado do que era o frontispício original da igreja do Patrocínio. Realizado com base na iconografia histórica. Desenho: Sergio Christo

Figura 52 – Frontispício da igreja do Patrocínio. Levantamentos e desenho: Sergio Christo e Rodrigo Teixeira.

Figura 53 – Plantas da igreja do Patrocínio. Confecção a partir dos levantamentos de Júlio Abe Wakahara (Condephaat). Desenho: Sergio Christo.

Figura 54 – Frontão da igreja do Patrocínio. Foto: autor

Figura 55 – Frontão da Igreja do Espírito Santo - Munique. Fonte: http://portuguesbrasileiro.istockphoto.com/file_closeup.php?id=2775584. Acesso em: 6 fev. 2009

Figura 56 – Frontão da estação ferroviária de Barra do Pirai – RJ. Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_linha_centro/barpirai.htm. Acesso em: 6 fev. 2009

Figura 57 – Largo de São Francisco. Aquarela de Miguel Dutra, 1845. Fonte: CHIEGIGHINI, Hélio; GUARNELLI, Ismael; OLIVEIRA, Jair. Itu: patrimônio da cultura paulista. Desk Top Publishing, 1997.

Figura 58 – Largo de São Francisco no final do século XIX. Acervo particular.

Figura 59 – Ruínas da Igreja de São Luis. Acervo Particular

Figura 60 – Colégio em Itu. Aquarela de Miguel Dutra, 1845. Fonte: CHIEGIGHINI, Hélio; GUARNELLI, Ismael; OLIVEIRA, Jair. Itu: patrimônio da cultura paulista. Desk Top Publishing, 1997.

Figura 61 – Vista geral do Colégio São Luis em 1903. Fonte: Campo e Cidade, ed. 52, dezembro de 2008, p. 26.

Figura 62 – Frontispício da igreja de São Luis do Gonzaga. Levantamentos: autor; desenho: Sergio Christo.

Figura 63 – Planta baixa da igreja de São Luis do Gonzaga. Levantamentos e desenho: autor.

Figura 64 – Torre central do Colégio São Luis. Foto: autor

Figura 65 – Igreja do Bom Jesus em 1845. Aquarela de Miguel Dutra, 1841. Fonte: CHIEGIGHINI, Hélio; GUARNELLI, Ismael; OLIVEIRA, Jair. Itu: patrimônio da cultura paulista. Desk Top Publishing, 1997.

Figura 66 – Frontão da Igreja Bom Jesus. Foto: autor.

Figura 67 – Frontão da igreja de São João Latrão de Roma. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Roma_San_Giovanni_in_Laterano_BW_2.JPG. Acesso em: 15 dez. 2008

Figura 68 – Desenho aproximado do que era o frontispício original da igreja do Bom Jesus. Realizado com base na iconografia histórica. Desenho: Henrique Tavernaro e Sergio Christo

Figura 69 – Frontispício da igreja do Bom Jesus. Levantamentos e desenho: Sergio Christo e Henrique Tavernaro.

Figura 70 – Planta da igreja do Bom Jesus. Levantamentos: autor; desenho: Henrique Tavernaro.

Figura 71 – Igreja do Bom Jesus. Acervo particular.

Figura 72 – Detalhe do Frontispício da igreja de São Luis do Gonzaga. Foto: autor.

Figura 73 – Detalhe do Frontispício da igreja do Bom Jesus. Foto: autor.

Figura 74 – Planta da igreja do Bom Jesus e capela Sagrado Coração de Jesus. Levantamentos: autor; desenho: Henrique Tavernaro.

Figura 75 – Detalhe do piso da igreja do Bom Jesus. Foto: autor.

Figura 76 – Cúpula da Capela-Santuário do Sagrado Coração de Jesus. Foto: autor.

Figura 77 – Cúpula da igreja de Santo André do Vale – Roma. Fonte: <http://www.slideshare.net/Ruinetto13/o-barroco-315912>. Acesso em: 22 jul. 2008

Figura 78 – Santuário Sagrado Coração de Jesus. Foto: autor.

Figura 79 – Igreja de Nossa Senhora do Bom Conselho. Fonte: Aquarela de Miguel Dutra, 1845. Fonte: CHIEGIGHINI, Hélio; GUARNELLI, Ismael; OLIVEIRA, Jair. Itu: patrimônio da cultura paulista. Desk Top Publishing, 1997.

Figura 80 – Igreja de Nossa senhora da Boa Morte. Foto: Sétimo. Acervo particular.

Figura 81 – Frontispício da igreja de Nossa Senhora da Boa Morte. Desenho: Sergio Christo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AALESP – Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo
ACDJ - Arquivo da Cúria Diocesana de Jundiaí
ACMSP - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo
AMRCI - Arquivo do Museu Republicano Convenção de Itu
APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo
CY – Jornal Cidade de Ytu
OY - Jornal O Ytuano
IY – Jornal Imprensa Ytuana
PLTMI – Primeiro Livro Tombo da Matriz de Itu
SLTMI – Segundo Livro Tombo da Matriz de Itu

SUMÁRIO

Introdução	16
1 Construtores da modernidade ituana	29
1.1 O liberalismo na Roma Brasileira	31
1.2 Os jesuítas na terra da Convenção	34
1.3 Agentes da modernidade	40
1.4 Ideais de modernidade em Itu	55
2 Construindo a Modernidade ituana	60
2.1 Vai café e vão estudantes, voltam tecnologias e idéias	65
2.2 De praças a jardins	69
2.3 O cemitério municipal	82
2.4 O matadouro municipal	92
2.5 O mercado municipal.....	97
2.6 A iluminação pública.....	103
3 Novas faces para a nova cidade	109
3.1 Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária	112
3.2 Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio	133
3.3 Obras Jesuíticas em Itu	142
3.3.1 No Convento de São Francisco	142
3.3.2 Colégio e Igreja de São Luis.....	145
3.3.3 Igreja do Bom Jesus.....	150
3.3.4 Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte.....	161
4 Conclusões	164
5 Bibliografia e fontes primárias	168
5.1 Fontes primárias	168
5.2 Bibliografia	169

INTRODUÇÃO

Em meados do século XIX, o pintor ituano Miguel Arcanjo Benício d'Assunção Dutra, conhecido como Miguelzinho Dutra, realizou dezenas de aquarelas retratando personagens, paisagens e monumentos de São Paulo. Hoje, um grupo dessas pinturas nos chama atenção por retratar vários templos ituanos em sua forma original, pois essas igrejas, ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX, foram alvos de significativas reformas que alteraram expressivamente suas formas, modificando, sobretudo, seus frontispícios.

A presente investigação tem como objeto de pesquisa a arquitetura religiosa da cidade de Itu e suas relações com as reformas urbanas ocorridas no período de 1873 a 1916. Nossa ênfase está nas reformas verificadas nos antigos templos coloniais coordenadas aos ideais de modernização averiguados nesse período. A “imagem de modernidade” que então adquirem articula-se a um complexo quadro de condicionantes políticas, culturais, tecnológicas e estéticas.

De partida, convêm algumas ponderações sobre a chamada “arquitetura eclética”, em voga no século XIX, termo cuja generalidade tende a obscurecer a diversidade das manifestações artísticas do período em tela, bem como a evocar prejuízos e desqualificações que balizaram a apreciação de seus remanescentes em boa parte do século XX. A partir do final da década de 1950, com as críticas ao Movimento Moderno, a revisão dos rumos tomados pela arquitetura e urbanismo coadunou-se a uma reavaliação mais ampla e sistemática dos diversos conceitos e juízos historiográficos e artísticos estabelecidos ao longo da primeira metade do século. Entre esses juízos estava uma forte negação do século XIX. Para eles, toda cultura artística classificada como academicista, dirigida, repetitiva e “*desprovida da arte de projetar*”, como a descreveu Lúcio Costa, era tida como inimiga.

Por um lado, o Movimento Moderno, em escala internacional, opunha-se com veemência aos ideais acadêmicos que predominaram no século anterior, por outro, os modernistas brasileiros, além de negarem a importância da produção

artística do século XIX, confrontavam-na ao ambicioso projeto de reconhecimento da cultura genuinamente nacional.

Esse movimento, liderado sobretudo por Lúcio Costa a partir do Rio de Janeiro, teve no Patrimônio Histórico e Artístico Nacional um poderoso instrumento de difusão teórica e de controle formal (Rocha-Peixoto, 2004).

Em meados dos anos setenta, opondo-se a tais diretrizes, historiadores menos engajados na "legitimação ideológica" do Movimento Moderno iniciaram uma reinterpretação da arquitetura do século XIX.

Compreender a cultura arquitetônica do século XIX, como bem chama a atenção Maria Cristina Wolff de Carvalho, não é tarefa simples. A análise da arquitetura do Oitocentos pressupõe *"a atenção para a heterogeneidade de culturas e, ao mesmo tempo, a observação do intercâmbio existente entre elas, respeitadas suas características e independências"* (Carvalho, 2000, p. 22).

Luciano Pateta, em um estudo que fez escola, esquadrinhou tal complexidade, cotejando argumentos que a crítica europeia tem realizado desde meados dos anos setenta. As novas interpretações passam por revisões dos chamados *"revivals"*, suas proximidades e diferenças com o *"ecletismo"*, pela descoberta da existência de uma constante dialética *"entre razões da arquitetura e razões éticas, sociais e políticas"*, por mais profundas análises da relação entre a arquitetura e a *"produção industrial"* que impôs *"suas impiedosas leis econômicas também ao canteiro de obras"*, entre outros fatores (Pateta, 1987, p. 11-15).

Neste quadro, destaca-se a atuação das escolas politécnicas, para onde convergem e são reelaboradas as mais diversificadas e sofisticadas proposições teóricas do pensamento arquitetônico da época. Como adverte Carvalho, as politécnicas responderam *"com eficácia às novas exigências da esfera de responsabilidade do arquiteto e, principalmente, ao entendê-la como afeta ao campo científico, estará respondendo à demanda dos novos tempos e de uma nova organização social"*. Isso fez com que as academias de arte perdessem espaço na sociedade, as discussões sobre classicismo e proporções harmônicas cederam lugar aos estudos da tecnologia e de seus condicionamentos da moderna atividade profissional: *"Se o professor da École Polytechnique de Paris, J. N. L. Durand (1760-1834) admite as proporções e as ordens do classicismo como um*

hábito arraigado que cumpre respeitar, o que interessa, na realidade, é desvendar as operações matemáticas do projeto, simplificando-o ao máximo" (Carvalho, 2000, pp. 23-24).

Em 1801, Durand publicou "Recueil et parallèle des édifices en tous genres anciens et modernes" (Coleção e paralelo dos edifícios de todos os gêneros antigos e modernos), obra teórica em que defende rígidos princípios de desenho e geometria formal. Entretanto, foi entre 1802 e 1805 que publicou seu "Précis des leçons d'architecture données à l'Ecole Polytechnique" (Compêndio das aulas de arquitetura dadas na Escola Politécnica), trabalho que teve profunda difusão no século XIX, vindo a influenciar toda uma nova geração de arquitetos (Benevolo, 2004, p. 66). Sua idéia foi a de desenvolver um método universal de projeção, em que estruturas da edificação fossem, além de econômicas e apropriadas, realizadas pela permutação de módulos de tipos fixos de plantas e com variadas alternativas para as elevações. De forma bastante didática, através de representações gráficas, descreve a transformação de elementos geométricos em arquitetura; parte fundamentalmente da divisão do retângulo, realizando combinações a partir de um sistema de coordenadas perpendiculares, grelha esta que pautava a projeção das elevações e secções (Benevolo, 2004, p. 64-68; Frampton, 2003, p. 6-7).

A obra de Durand teve significativa repercussão no Brasil. Alguns dos mais importantes nomes da arquitetura brasileira da segunda metade do século XIX trabalharam segundo os métodos por ele desenvolvidos. Mesmo no Rio de Janeiro, onde a Academia Imperial de Belas Artes predominava, advogando um ensino das artes sob as rígidas normas do academicismo, os primeiros alunos de arquitetura formados por esta escola produziam em conformidade com o método duraniano (Peixoto, 2004a).

Se, por um lado, grande parte da arquitetura oitocentista foi marcada pela obra de Durand, por outro, também se nota neste período uma paisagem cultural marcada pelas diversas reutilizações do passado. Na arquitetura produzida ao longo do século, é referência constante a "*preocupação com a memória, remetendo a produção do período à 'retomada fiel' das arquiteturas de sociedades*

passadas, mas adequando-a às necessidades de uma evidente modernidade' (Farah, 2003, p. 126).

Paralelamente a esses historicismos, a industrialização propiciou a proliferação de novos empreendimentos de construção, com novos programas, e a criação de novos tipos de edificações para os quais não havia uma convenção óbvia ou um precedente (Curtis, 1966, p. 22). Os tradicionais temas de arquitetura, como a igreja e o palácio, perderam importância e acabaram sendo substituídos por novas instituições como museus, bibliotecas, teatros, bancos, cassinos, prisões, palácios de exposições, conexas às novas condições de produção e comércio, e seus aparatos materiais como a fábrica, o moinho, a estação ferroviária, o mercado público, a loja de departamentos e o edifício de escritórios. Com essa multiplicidade de temas edilícios, as tipologias consagradas e hierárquicas do passado foram substituídas por um pluralismo de formas e significados, que interagiram de diversas maneiras (Norbert-Schulz, 1999, p. 187).

Ao mesmo tempo, a demanda por novos empreendimentos relacionava-se fortemente ao crescimento das populações urbanas. Com a nova máquina a vapor, os navios e trens, as distâncias globais foram sendo diminuídas, proporcionando uma aproximação entre diferentes culturas. As cidades dilatavam a percepção das diversidades culturais e dos problemas e desafios postos à coexistência ou acomodação de suas diferenças.

O que não nos autoriza ajuizamentos românticos como os de Christian Norbert-Schulz, para quem *"a nova arquitetura do século XIX concretizou o ideal de 'liberdade, igualdade e fraternidade', concedendo importância primordial aos temas arquitetônicos relacionados com o trabalho e a moradia"* (Norbert-Schulz, 1999, p. 187).

Historicismos, ecletismo e percepção da diversidade cultural endereçam, todos, a um problema de fundo, a uma disposição espiritual que perpassa o século XIX e baliza as novas modalidades do pensamento. Como ressalta Salgueiro (2001, p. 139):

O século XIX [...] revela-se ideal para ser pesquisado pela diversidade das temáticas que oferece, permitindo enfoques múltiplos e interdisciplinares que levem em conta a interação dos

campos do conhecimento, as “novas alianças” e/ou a queda de barreiras entre as disciplinas e a extrapolação dos horizontes nacionais.

Como uma espécie de resposta às novas condicionantes econômicas e político-sociais, e às contradições que traziam consigo, no início do século XIX, o ecletismo pode ser considerado como uma nova “filosofia arquitetônica” que atravessou todo o Oitocentos, visando a responder desafios e urgências os mais variados.

O ecletismo é uma atitude de espírito, uma habilidade para a discussão, uma resolução de não submeter sua ação a algum dogma; é uma investigação apaixonada e paciente da verdade através de múltiplas verdades possíveis, uma busca da beleza sem outro guia que os argumentos de uns e de outros em seu propósito, uma exigência, enfim, da utilidade prática de toda ação e de toda escolha. (Épron, 1997, p. 11)

Com o florescer do novo século, a arquitetura definitivamente não era mais produto influenciado pelas teorias vitruvianas, pois os ecléticos consideravam que ninguém deveria aceitar a legalidade de um único sistema arquitetônico e, conseqüentemente, negar os demais. Cada arquiteto deveria, de maneira racional e independente, decidir quais formulações arquitetônicas seriam as mais adequadas aos problemas do presente.

...o ecletismo não era uma tentativa de criar um novo sistema, mas o resultado inevitável de uma época historicista, do estudo da história da filosofia em que se observa que um número de afirmações em diversos períodos históricos, não somente eram válidas naquele contexto, mas poderiam reunir-se em um novo corpo doutrinal que formava um sistema de pensamento. (Colins, 1998, p. 117-118)

Época historicista que impede identificar “ecletismo” e “historicismos”, bem evidenciando porque os *revivals* cedo declinaram das ambições rigoristas dos arqueólogos. Segundo Jean Pierre Épron, o ecletismo atravessou todo o século XIX paralelamente ao historicismo, e ambas as atitudes foram verificadas em um

momento em que nenhuma doutrina arquitetônica se fazia reconhecida. No entanto, historicismo e ecletismo possuem ideais distintos, pois se, de um lado, o historicismo buscou na história um vocabulário arquitetônico que expressasse determinada ideologia, mencionando a história em seu próprio benefício, de outro, o ecletismo realizou atitude diferenciada, pois sua finalidade não era de inscrever o edifício moderno em uma construção ideológica da história, mas, ao contrário, situá-lo na conjuntura do momento (Épron, 1997, p. 13).

No Brasil, a primeira destacada atitude que buscou romper paradigmas das interpretações sobre a arte e arquitetura do século XIX foi a realização do II Congresso Nacional de História da Arte, em 1984. Organizado pelo Comitê Brasileiro de História da Arte, o Congresso teve como tema o neoclassicismo e o ecletismo, consignando a publicação de uma coletânea de artigos dedicada ao Ecletismo na Arquitetura Brasileira. O livro possui trabalhos que analisam a produção arquitetônica eclética em diversas localidades do país, além do já mencionado artigo do arquiteto italiano Luciano Pateta, um dos maiores especialistas no mundo sobre esta temática (Fabris, 1987).

Nessa publicação, Giovanna ***Del Brenna, analisando as*** intervenções urbanas promovidas na Capital Federal, Rio de Janeiro, pelo Governo de Rodrigues Alves (1903-1906) nos chama atenção a outra característica muito difusa do ecletismo brasileiro, seu aspecto fachadístico, *"com o abandono dos significados e das intenções culturais atrás do "decoro" das fachadas que, às pressas, vão revestindo as novas artérias e os novos alinhamentos"* (Dell Brena, 1987, p. 53).

Sobre a arquitetura do neoclassicismo e ecletismo no Rio de Janeiro, destacam-se ainda as pesquisas do professor Gustavo Rocha Peixoto. Em sua dissertação de mestrado, "Reflexos das Luzes na Terra do Sol", examinou a arquitetura produzida na corte durante o os reinados de D. João e de D. Pedro I. Ali estudou profundamente as formas de composição arquitetônica deste período e, buscando compreender os motivos da adoção dessa arquitetura, explicou-a como uma forma de se implantar no Brasil inédito "modelo europeu de civilização" (Peixoto, 2000).

Em sua tese de doutorado, defendida em 2004, Peixoto analisou a obra arquitetônica de quatro dos primeiros concluintes do curso de arquitetura da Academia Imperial de Belas Artes. Para ele, a produção arquitetônica de Manoel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879), Joaquim Cândido Guillobel (1795-1859), José Maria Jacinto Rebello (1821-1879) e Francisco Joaquim Bethencourt da Silva (1831-1911) não mais pode ser entendida como mormente fez a historiografia tradicional, tentando situá-los como persistentes do neoclassicismo de matriz francesa, mas *"ao invés disso, os conjuntos das obras dos principais realizadores dessa geração podem ser interpretados como tentativas diferentes de superação do modelo classicista que caracterizou sua formação artística"* (Peixoto, 2004, p. 641).

Segundo o professor Peixoto, Porto-Alegre teve grande produção intelectual, mas pouca produção arquitetônica.

[...] a vasta produção teórica e a pequena obra construída de Porto-Alegre não indicam uma adesão cega aos ensinamentos acadêmicos, mas sim uma vontade deliberada de reagir ao ensino recebido em direção a uma linguagem mais moderna e que gostaria que fosse expressão da pátria brasileira. Em 1855, Porto-Alegre assumiu a direção da Academia e promoveu uma grande reforma do ensino que pretendia mitigar o caráter de treinamento acadêmico das aulas. (Peixoto, 2007)

As obras de Guillobel e Rebello equiparam-se à produção de alguns dos engenheiros brasileiros formados na Escola Central. Já a obra de Bethencourt da Silva, fundador da Sociedade Propagadora das Belas Artes e o Liceu de Artes e Ofícios Alguns, segue um modelo de composição serial, de inspiração politécnica durandiana (Peixoto, 2007).

No Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro, o professor Peixoto reforça sua idéia de que o Rio de Janeiro *"funcionou como porta de entrada do Brasil para todas essas manifestações originadas na Europa, mas a República foi eficaz na rápida interiorização do ecletismo"* (Czajkowski, 2000, p. 9).

Outro aspecto, bastante estudado pela historiografia, é a influência italiana na arquitetura brasileira do final do século XIX e início do XX. Como atestam

vários autores, o Brasil recebeu uma forte influência de mestres e arquitetos italianos que vieram ao país com a grande imigração. (Goulart, 1970; Lemos, 1989; Saia, 1995; Puppi, 1998; Tognon, 1999).

Em contrapartida, Roberto Pastana Teixeira Lima, em sua tese de doutorado defendida em 2001, analisou as semelhanças entre a arquitetura de algumas cidades do interior paulista e a arquitetura portuguesa de construtores. Segundo ele, no interior paulista um dos elementos mais importantes na caracterização da arquitetura e do urbanismo é a influência portuguesa. Tanto na arquitetura paulista quanto na portuguesa do século XIX há uma “permanência e uma espécie de gosto clássico”; todavia, no caso da arquitetura paulista essa produção foi efetivada através de “*modelos portugueses*” (Lima, 2001).

Marcelo Puppi produziu o que acredito ser o mais impetuoso ataque à produção acadêmica de Lúcio Costa. Em seu trabalho intitulado “Por uma história não moderna da arquitetura brasileira”, através de um engenhoso exame de textos do mestre carioca, Puppi buscou desmontar a interpretação modernista que tinha no ecletismo uma arte “*estrangeira e desqualificada*” (Puppi, 1998).

Em sua tese “Arquitetura paulistana sob o Império”, defendida em 1997, Eudes Campos realizou um estudo aprofundado sobre a arquitetura do século XIX da cidade de São Paulo. Neste volumoso inventário e análise da arquitetura paulistana, destacou a importância dos engenheiros na produção desse período. Embora a atividade desses engenheiros tivesse certa dependência das condições econômicas, sociais e culturais da sociedade que serviam, seu papel foi fundamental no desenvolvimento que se processou em São Paulo, sobretudo na segunda metade do século (Campos, 1997).

Afinal, constituem esses profissionais uma das categorias que mais se identificam com o século XIX, por terem assumido o papel de agentes ideológicos e concretizadores da modernização material, almejada com tanto ardor pela sociedade burguesa de então. (Campos, 1997, p. 63)

Um dos argumentos básicos de nosso trabalho é a de que o desempenho dos engenheiros, em sua estreita afinidade com os ideais modernizadores de então, foi determinante nas reformas urbanas verificadas em Itu. As ambições

modernizadoras de Ramos de Azevedo, Paula Sousa e Pereira Mendes, extensíveis a amplos domínios de reforma urbana e política, ao que tudo indica, igualmente propiciaram os alicerces ideológicos para reformas nos frontispícios de templos ituanos.

A relação entre arquitetura, urbanismo e modernidade no Brasil foi bastante estudada por Heliana Salgueiro. Para ela, a partir de 1889, com a implantação do novo sistema político, algumas capitais de estado buscaram imprimir em seu tecido urbano, marcas do progresso. Assim, é que diversas cidades passam por grandes reformas ou que novas capitais são construídas. Os engenheiros brasileiros, impulsionados *"pelo mito do progresso que atravessava a época, [...] partilham – ainda que retoricamente – o desejo universal de modernizar as cidades"* (Salgueiro, 2001, p. 136).

A nova capital mineira, construída logo após a Proclamação da República, é um dos grandes emblemas desse ideal. Segundo Salgueiro, a cidade inaugurada em 1897 realça dois importantes e ímpares aspectos: primeiro, a reafirmação da forte relação *"entre urbanismo e arquitetura no final do século XIX no Brasil"*, e segundo, a importância da *"transmissão das categorias de pensamento e de modelos formais franceses"* para o Brasil (Salgueiro, 2001, p. 137).

...a planta de Belo Horizonte, apesar de sua relativa simplicidade gráfica, é um documento privilegiado para analisar as transferências possíveis da reflexão urbanística internacional, revelando amálgamas de modelos e temporalidades múltiplas de leituras que definem uma cidade ideal. (Salgueiro, 1995, p. 109)

Uma dos principais argumentos para que se deliberasse pela mudança da capital, foi a falta de condições oferecidas por Ouro Preto. É assim que, em 1891, toma forma o desconhecido Plano de Melhoramento Urbano de Ouro Preto, *"um projeto de melhoramentos feito às pressas [...] [e embora não tendo sido efetivado] constituiu uma tentativa inusitada e um exemplo importante de intervenção urbana"* (Salgueiro, 1996, p. 131).

Como noutras situações urbanas do período, as transformações se fazem em dois níveis: pelo cosmopolitismo das medidas de

intervenção urbana sob a pressão da transferência de modelos e do comércio internacional, e pela introdução de dispositivos arquiteturais ligados a uma história da construção ou da evolução técnica (Salgueiro, 1996, p. 125)

As modalidades de articulação entre essa disposição projetiva e os modernos desafios postos à arquitetura e ao urbanismo serão aqui considerados no contexto das reformas urbanas experimentadas por Itu no período de 1873 a 1916. Tais reformas vinculam-se a uma nova lógica de produção e organização do espaço urbano, e ensejam, em contrapartida, uma nova maneira de interpretar a cidade. Primordial ao urbanismo moderno, ela comparecerá aí como um todo a ser “cientificamente racionalizado”, racionalismo este ligado às idéias de progresso técnico, material e urbano, onde os recursos da ciência são indispensáveis, provindo das Escolas Politécnicas e dos Liceus grande parte de suas inovações.

Ainda, no contexto das transformações urbanas da segunda metade do século XIX, interessa-nos estudar *se* e *como* o sofisticado programa de reformas das principais igrejas ituanas coordenou-se à construção de uma nova imagem da cidade, em que os valores de “modernidade” e “racionalidade” tinham na arquitetura dita eclética uma de suas principais expressões simbólicas.

O estudo das diretrizes e práticas da Igreja Católica, suas relações com os movimentos políticos e com os ideais de modernização da época é peça-chave para a revisão historiográfica da chamada “arquitetura eclética” do Oitocentos.

Nossa preocupação maior será com a análise do vínculo entre os valores que motivaram as reformas das igrejas e as contemporâneas transformações da cidade; análise da consonância ou não entre critérios de modernidade largamente exaltados com o “cientificismo” das intervenções urbanas e aqueles valorizados na “arquitetura eclética”. Em suma, a análise da produção arquitetônica religiosa e suas relações com as reformas urbanas.

Dos anos oitenta para cá, tem crescido entre os historiadores uma tendência a relativizar abordagens centradas exclusivamente nas estruturas político-econômicas. Em contrapartida, procuram trabalhar o cotidiano, o indivíduo, as mentalidades, o jogo diversificado das disputas sociais, considerando-os no panorama das condições mais amplas em que se constituíram.

Este estudo objetiva interpretar o florescimento da arquitetura eclética religiosa na cidade de Itu sob tal perspectiva abrangente, inscrevendo-a na dinâmica das relações do poder, das transformações nas relações de trabalho e de produção, dos novos regimes simbólicos de representação e da rearticulação das instituições políticas e religiosas.

Examinamos o quadro de transformações modernizadoras que a cidade vivenciou no período, como as reformas das praças, obras de saneamento, proibição de sepultamento no interior das igrejas e construção de um cemitério municipal, construção do mercado, entre outras reformas urbanas. Também verificamos a formação dos profissionais atuantes no período, suas filiações, ideais e as novas modalidades de projeção e seus vínculos com as transformações analisadas.

O recorte temporal começa em 1873, com a chegada da ferrovia à Itu e termina no ano de 1916, com a reforma da igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, o último importante templo colonial a passar por transformações.

Pretendemos contribuir para um maior entendimento da arquitetura do ecletismo, discutindo de que maneira as transformações políticas, econômicas, técnicas e culturais influenciaram as intervenções urbanas e redefiniram radicalmente o lugar que outrora a Igreja ocupava no espaço social da cidade.

Nesse sentido, a cidade de Itu reveste-se de singular importância, não apenas pelo papel importantíssimo na história da proclamação da República. Nos alvares da década de 1870, com a implantação da Companhia Ytuana de Estrada de Ferro, a cidade iniciou um extenso “programa” de reformas, que, alcançado o século seguinte, culminou numa redefinição integral de sua estrutura urbana. Em meio a essas reformas, os edifícios religiosos destacam-se significativamente. Primeiro, por haver na área central, desde o período colonial, uma grande concentração de templos e, segundo, pelo fato de que praticamente todos eles foram alvos de intervenção.

Para proceder com a investigação dessas transformações urbanas e com as reformas das igrejas, pesquisamos uma ampla variedade de documentos daquele período.

No Centro de Documentação do Museu Republicano de Itu analisamos os seguintes jornais: "*O Ytuand'*", fundado em 1874, "*Imprensa Ituana'*", fundado em 1876, "*Cidade de Itu'*", fundado em 1883, e "*A Federação'*", fundado em 1905. Ainda no Centro de documentação, pesquisamos o "Fundo da Câmara da Vila de Itu", as "Correspondências do Padre Miguel" e o "Fundo Prefeitura Municipal de Itu". Os periódicos de Itu são para nós importante fonte de informação, pois, como veículos de propagação de ideais políticos e culturais da sociedade ituana, demonstram de forma bastante clara as aspirações de distintos grupos nos projetos de reformas urbanas vivenciadas naquele período. As correspondências do padre Miguel com seu primo, João Tibiriçá Piratininga e com Almeida Júnior, ambos na França, nos fornecem preciosas informações sobre a igreja Matiz. No Fundo da Câmara da Vila de Itu encontra-se o livro de registros do Fiscal e inspetor de obras públicas. Finalmente, no Fundo Prefeitura Municipal de Itu, o Livro do Engenheiro Projetista, de 1835 a 1855.

No Arquivo Público do Estado de São Paulo, encontramos mais de uma centena de relatórios sobre construções e reformas de igrejas, financiados pela Diretoria Geral das Obras Públicas de São Paulo.

No Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado, diversos decretos de auxílio financeiro a obras públicas em Itu, sobretudo às igrejas, conventos e estabelecimentos de ensino.

No Arquivo da Cúria Diocesana de Jundiaí estão o Segundo Livro de Tombo da paróquia de Nossa Senhora da Candelária de Itu 1747-1895 e o Livro de inventário e o Testamento do padre Miguel. Todos esses documentos nos dão diversas informações sobre obras na igreja matriz.

No arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo encontramos alguns documentos referentes à construção da igreja matriz de Itu.

Finalmente, pesquisamos os arquivos do Condephaat e do Iphan, onde tivemos acesso aos processos de tombamento e a diversos levantamentos métricos-arquitetônicos.

É Importante registrar que um incêndio ocorrido em 1985 destruiu a maior parte dos documentos da Câmara Municipal de Itu. Entretanto, os estudos de Francisco Nardy Filho, realizados ao longo da primeira metade do século XX, nos

possibilitam acesso indireto a alguns dos documentos das Atas da Câmara Municipal.

A dissertação foi dividida em três partes. No primeiro capítulo analisamos as influências ideológicas que nortearam as reformas urbanas, sobretudo as ações empreendidas no âmbito da reforma dos antigos templos ituanos. Identificamos os principais grupos e personagens envolvidos nessas realizações, pois, além de dominarem o cenário político e cultural da cidade foram agentes diretos no processo de modernização da cidade, processo este que teve nas reformas dos frontispícios das antigas igrejas coloniais uma de suas mais notórias imagens.

O segundo capítulo aborda os empreendimentos de modernização da cidade de Itu entre 1873 e 1916 e suas relações com os edifícios religiosos. Começamos com uma breve história da construção da estrada de ferro Ytuana – responsável pela introdução de novas idéias e materiais na cidade, posteriormente, analisamos as reformas e ajardinamentos das praças, a construção do novo cemitério, a constituição do matadouro municipal, a edificação do mercado municipal e, finalmente, a chegada da energia elétrica. Tais reformas, diretamente ligadas aos templos, redefiniram, sob múltiplos aspectos, as relações entre a igreja e o espaço urbano.

O terceiro e último capítulo contempla a reforma dos templos ituanos, seus aspectos formais, técnicos e ideológicos. Seleccionamos algumas igrejas representativas do “passado colonial”, que na virada do século tiveram suas fachadas completamente modificadas. Iniciamos pela igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária e depois, a igreja de Nossa Senhora do Patrocínio. Posteriormente, analisamos as obras da Companhia de Jesus na cidade: a reforma da igreja do Bom Jesus, a reforma no frontispício da igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e a construção da igreja e colégio de São Luiz do Gonzaga.

I – Construtores da modernidade ituana

Ao longo da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século seguinte, dois antagônicos grupos se destacaram na disputa do domínio de influência cultural na cidade de Itu. O primeiro, o dos liberais republicanos, representados pela elite e por profissionais liberais da própria cidade; o segundo, o dos jesuítas ultramontanos, um grupo de padres italianos que se instalou na cidade partir de meados da década de 1860 para ali fundar o Colégio de São Luiz – a primeira importante base da restauração dos jesuítas no Brasil.

Embora tenham vivido em um mesmo tempo, e dividido o mesmo espaço, essas vertentes divergem em quase tudo: ideais, intenções, formas, métodos e justificativas. Entretanto, se num primeiro momento o pensamento destes grupos demonstra aparente antagonismo, a prática arquitetônica desempenhada por cada um deles evidencia significativa convergência em muitos aspectos do processo de modernização da cidade.

O liberalismo em Itu possui raízes nas idéias e práticas iluministas que vigoravam na localidade desde meados do século XVIII, quando já era comum às ordens terceiras uma significativa autonomia em relação à Igreja, podendo-se constatar em suas ações uma forte liberdade de pensamento, uma secularização de costumes e uma aceitação de verdades oriundas da razão; não acatando simplesmente os dogmas do catolicismo. (Francisco, 2002, p. 60-70).

A partir das primeiras décadas do século XIX era bastante conhecida a Congregação dos Padres do Patrocínio, um grupo de padres liberais liderados por Diogo Feijó e por Jesuíno Gusmão, que possuía forte influência do iluminismo pombalino. Em 1842 a Câmara de Municipal de Itu, então liderada por liberais, participou efetivamente da Revolução Liberal. Já em 1873, a cidade foi palco da célebre reunião conhecida como “Convenção de Itu” que deu vida ao PRP – Partido Republicano Paulista, um dos órgãos mais importantes do processo da derrubada da monarquia e implantação da República no Brasil.

É também atestada a presença de jesuítas em Itu em meados do século XVIII, quando por ordem do marquês de Pombal teve início a expulsão dos jesuítas de Portugal e de seus domínios, incluindo-se o Brasil, no ano de 1759.

Restabelecidos em Itu em 1865, quase um século após sua expulsão, os jesuítas, em contraposição aos liberais, eram os mais fiéis defensores do ultramontanismo – pensamento de uma ala da Igreja que explicava a história como uma eterna luta entre o bem e o mal. Os ultramontanos constituíam-se em católicos que mesmo diante dos progressos da modernidade permaneceram fiéis a Roma, à autoridade papal e às tradições do catolicismo. Viviam, portanto, em oposição aos ideais do iluminismo e do liberalismo.

Liberais republicanos e jesuítas ultramontanos foram os mais importantes agentes do processo de transformações urbanas que Itu vivenciou na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Embora o pensamento destes dois grupos fosse em muitos aspectos antagônico, a prática arquitetônica desempenhada por cada um deles demonstra convergências em muitos aspectos do processo de modernização da cidade.

Diante do objetivo comum de modernizar a cidade, políticos, religiosos, engenheiros e arquitetos provenientes de ambas as correntes de pensamento valeram-se das justificativas oitocentistas da salubridade e do embelezamento para empreender profundas transformações do espaço urbano ituano.

A ciência e a técnica, aclamadas como os instrumentos dessas transformações, circulavam-se produzindo uma nova forma de ver a cidade evidenciada nas alterações urbanísticas e arquitetônicas que, por sua vez, uniram jesuítas e liberais diante do desejo da modernidade, que tinha na Europa o modelo de civilização.

1.1 - O liberalismo na Roma Brasileira

O liberalismo em Itu tem suas mais antigas raízes nas ações das irmandades religiosas setecentistas, congregações que de certa forma foram influenciadas pelo iluminismo pombalino. Riolando Azzi, em seu livro *"A crise da Cristandade no Brasil e o projeto liberal"* afirma que partir da ascensão de Pombal ao poder na década de 1750 até meados do século XIX, a Igreja Católica no Brasil sofreu forte influência do iluminismo, pois da mesma forma que os luteranos, os *'católicos iluministas'* ressaltavam a importância das comunidades buscando dessa forma uma relativa restrição ao autoritarismo da Santa Sé, havendo ainda um *"interesse em utilizar os novos métodos aprovados pela ciência para desenvolver o conhecimento de matérias religiosas"*. (Azzi, 1991, p. 216)

No ano de 1774 D. Frei Manoel da Ressurreição, recém chegado a São Paulo, passou a residir no antigo colégio dos jesuítas, criando ali um seminário episcopal com *"aulas de Filosofia e Teologia inspiradas na reforma pombalina"*. (Azzi, 1991, p. 79)

O professor Agustín Wernet ressalta que esse seminário possuía uma *"linha [de ensino] antijesuítica: a presença de muitas obras de Santo Agostinho, com idealismo platônico, desdobra-se em significação com a ausência de obras de Santo Tomás de Aquino [...]"*. (Wernet, 1998, p. 34)

Azzi ainda afirma que assim como em Portugal, grande parcela do movimento iluminista brasileiro teve raízes promovidas por intelectuais católicos, na maior parte das vezes, clérigos. (Azzi, 1991, p. 215)

Assim como na cidade de São Paulo, em Itu, cidade conhecida como a *"Roma Brasileira"*¹, na primeira metade do século XIX religiosidade e liberalismo se

¹ Roma Brasileira é um título bastante conhecido e explorado na atualidade. Provavelmente nasceu da importância dos Jesuítas italianos na cidade; é também bastante difundido o mito (ou verdade) de que o Imperador D. Pedro II em visita a Itu teria assim chamado a cidade por sua grande quantidade de igrejas, de ordens religiosas e também pela forte influência da religiosidade na política local.

misturavam. Por volta de 1820, a congregação dos Padres do Patrocínio, liderada pelo padre Jesuíno do Monte Carmelo e que contava ainda com a participação dos padres Diogo Antonio Feijó e Antonio Joaquim de Melo, entre outros, era conhecida por suas atitudes pouco ortodoxas, certamente também influenciados pelas idéias iluministas, “[...] *o grupo de clérigos de Itu, ao qual pertencia Feijó, mostrava-se simpatizante pela mentalidade jansenista, inclinando-se para uma linha de ascese rigorista* [...]”. (Azzi, 1991, p. 210)

A forte presença de liberais em Itu na primeira metade do século XIX também foi sustentada pela freqüente ida de ituanos ao exterior para realizarem seus estudos, pois o enriquecimento advindo dos engenhos ituanos propiciou aos fazendeiros locais o envio de seus filhos para estudar na Europa.²

Segundo Sérgio Buarque de Holanda as necessidades da economia mercantil fortaleceram as influências liberais em Itu, uma cidade que foi “[...] *pioneira da lavoura comercial também apresenta desde cedo como pioneira do liberalismo e da emancipação nacional*” (Holanda, 1997, p. 456)

No início do Segundo Império o Partido Liberal já era uma das grandes agremiações políticas do país. Foi neste período, no começo do longo reinado de D. Pedro II, que ocorreu uma das mais destacadas revoltas liberais do Brasil: a Revolta Liberal de 1842.

Após a vitória dos liberais nas eleições de 1842, o imperador dissolveu a Assembléia Geral, ocasionando no movimento revoltoso que teve início na cidade de Sorocaba, sob a liderança do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, o qual ainda contou com o apoio do Padre Diogo Antônio Feijó. A câmara municipal de Itu, que então era liderada por liberais, desde logo apoiou o movimento revoltoso, tendo a cidade participado efetivamente da luta armada com centenas de homens entre os quais se encontravam o coronel Francisco Galvão de Barros França e o capitão Boaventura do Amaral – este último acabou falecendo na frente de batalha

² Veja na página 65 o comentário de Emilio Zaluar, viajante que passou por Itu no ano de 1861.

enquanto lutava contra as tropas de Caxias vindas do Rio de Janeiro para acabar com a rebelião.

Outros destacados políticos ituanos também se envolveram diretamente com o movimento revolucionário de 1842:

“Candido José da Motta, vereador, era o principal líder da participação dos Ituanos na Revolução Liberal de 1842. [...] Paula Souza não aderiu às armas. Mas o cunhado Antonio Paes de Barros e seu irmão Bento Paes de Barros, lutaram, buscando impor outro governo para São Paulo, na pessoa de Rafael Tobias Aguiar”. (Francisco, 2002, p. 72).

Paradoxalmente, coube a essa mesma câmara liberal, após ter sido reempossada no ano de 1843, recepcionar o imperador D. Pedro II em sua visita oficial a Itu no ano de 1846.

Na segunda metade do século XIX os liberais, enfim, conseguiram tomar o poder, derrubando a monarquia e implantando o sistema republicano no país. Formou-se então uma forte classe de intelectuais que se opunha radicalmente ao ultrapassado modelo do Antigo Regime ainda em vigor no país.

No último quartel do oitocentos a destacada atuação de liberais ituanos fez com que a cidade se tornasse um dos mais importantes centros do movimento republicano do país, pois ali se realizou em 1873 a “Convenção Republicana de Itu”, reunião de clubes republicanos de dezesseis cidades paulistas, mais representantes do Rio de Janeiro. Daí surgiu a decisão de se fundar o Partido Republicano Paulista, o PRP, instituição fundamental no processo de derrubada da monarquia e implantação do sistema republicano, além de praticamente dominar o cenário político do país durante a República Velha. (Carone, 1976).

Concomitantemente às agitações políticas que ocorriam na cidade, nas últimas décadas do século XIX produziu-se em Itu um amplo programa de

reformas urbanas onde as idéias liberais se refletiram no campo arquitetônico em nome de uma cobiçada modernidade.

1.2 - Os jesuítas na terra da Convenção

Se na primeira metade do século XIX movimentos liberais de misturaram às ações da Igreja, na segunda metade assistiu-se a uma radical transformação nos posicionamentos católicos. Nesse período encontra-se a igreja no meio de um fogo cruzado: de um lado o poder imperial com suas pretensões de perpetuar seu poder sobre a esfera espiritual; de outro, a oposição liberal, cada vez mais forte e também interessada na diminuição do poder ultramontano na sociedade. Se até o período regencial as bases da dinamização da Igreja no Brasil estavam centradas na Corte, a partir do Segundo Império essas bases acabam perdendo espaço à Cúria Romana.

“Mas a partir dos anos 50, esse clero liberal passa a ser progressivamente marginalizado pelo avanço dos bispos reformadores. Não obstante, haverá ainda em diversas províncias reações fortes por parte desses clérigos contra o ultramontanismo, sempre mais dominante pela colaboração de religiosos vindos da Europa” (Azzi, 1992, p. 151)

Os séculos que se seguiram durante a Idade Moderna produziram grandes transformações nas instituições civis e essas mudanças acabaram se tornando uma espécie de ameaça para a Igreja. Entre as Reformas Luteranas, iniciadas ainda no final do século XV, e os avanços da Revolução Francesa pelo século XIX, a Igreja sentiu os efeitos da filosofia cartesiana e do Iluminismo.

“A sociedade civil, em nome do liberalismo triunfante, dava guarida a toda sorte de teorias políticas, sociais e econômicas, que se chocavam e se entredoravam: democracia, república, positivismo, socialismo, comunismo, anarquismo, capitalismo, tudo

tinha voz e vez, tudo tinha defensores e opositores no caótico palco do séc. XIX. Paralelamente a esse caos, e de certa forma alheia a ele, a Igreja prosseguia sua imutabilidade, com seu cantochão, seu hábito talar, seus rituais seculares, seus dogmas inalteráveis, e seu latim. (Faustino, 1991, p. 04)

Enquanto que de um lado a Igreja Católica sentiu reflexos da modernidade oitocentista, por outro, buscou acentuar esforços para conter tal influência. O ambiente em que se desenvolveu tal contexto era de forte hostilidade entre a instituição católico-romana e determinadas alas da sociedade moderna.

Em 1864, em resposta a essa tendência universal em prol da modernização, o Papa Pio IX lançou a Carta Encíclica "Quanta Cura", com o adendo "*Syllabus dos principais erros de nossa época*", um documento que continha uma lista de oitenta proposições condenadas pela Igreja. Entre os conceitos condenados estavam todas as principais idéias do século XIX: o racionalismo, o socialismo, o positivismo, o comunismo, o liberalismo; (Faustino, 1991, pag. 4-7) também criticava a liberdade de religião, liberdade de pensamento, separação entre a Igreja e o Estado. O 80º item do Syllabus dizia que um desses principais erros propagados seria "*o Pontífice Romano ter de se reconciliar e acordar com o progresso, liberalismo, e civilização moderna*". (pt.wikipedia.org/wiki/Papa_Pio_IX)

Além do Syllabus, cinco anos mais tarde, Roma convocou o Concílio Ecumênico do Vaticano, que proclamou de forma solene a infalibilidade do Papa. (Faustino, 1991, p. 4-7)

Por todo o mundo ocorreram reações a essas medidas. No Brasil, ao longo do Segundo Império haviam tendências variadas do catolicismo, disposições estas que "*se matizavam de tal forma que na prática seria difícil encontrar duas pessoas que tivessem a mesma 'tonalidade' em matéria de religião*". Entre tais tendências, manifestaram-se com maior força o "*catolicismo iluminista*" e o "*catolicismo ultramontano*". (Faustino, 1991, p. 10)

A expressão "*catolicismo iluminista*" foi criada por Augustin Wernet em "A Igreja Paulista no século XIX". Busca designar uma determinada ala da Igreja que teve como atividade predominante a busca de entendimento e convivência entre o

clero e a elite letrada de Portugal e do Brasil no séc. XIX; tinha como característica, um pensar “ecclético” ou seja:

“A necessidade de conciliar o pensamento filosófico da ilustração com as crenças tradicionais do catolicismo. Seria a solução encontrada pela intelectualidade, quando se defronta com o imperativo de, por um lado, promover o progresso material pelo ‘novo saber da natureza’ e de atualizar o pensamento filosófico e científico no sentido de inseri-lo na modernidade, e por outro lado, de corresponder a uma aspiração não menos viva, de atender a um sentimento religioso, alimentado desde o berço.” (Wernet, 1998, p. 47)

Já o *catolicismo ultramontano* representa uma ala da Igreja que interpretava a história como sendo uma eterna luta entre o bem e o mal. Criado na França, o termo representava o católico que se mantinha fiel a Roma, fiel à autoridade papal, e vivia em oposição aos ideais do iluminismo.

Nas bases do pensamento ultramontano estão a ênfase da subordinação da razão à fé, da filosofia à teologia, da ordem natural à sobrenatural; a autoridade papal como única fonte de poder; o fortalecimento da Santa Sé mediante união das forças católicas para combater o avanço dos liberais; uma teologia clerical hierarquizada; exclusividade da fé católica contra a liberdade de consciência; oposição à “decadência da moral”, etc.

Embora não utilizando as mesmas expressões de Augustin Wernet, Oscar de Figueiredo Lustosa no livro “*A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso*” também identifica essas duas tendências que surgiram no interior da Igreja diante o dilema da modernidade: os *católicos realistas* e os *ultramontanos radicais*. Os católicos realistas reconheciam que a modernidade acrescentava coisas boas à sociedade, já os ultramontanos radicais observavam com desconfiança a modernidade e a República, que seria um “*antro de perversidades modernas*”. Ainda segundo o mesmo autor, o pensamento realista é predominante no Brasil, sendo que para ele, o inimigo não seria a república nem a modernidade, mas sim a má utilização delas. (apud. Aquino, 2007)

Ainda que tais divergências fossem claras, havia também convergências, sobretudo no que diz respeito ao disciplinamento da sociedade civil, pois ambos os setores buscavam evitar a desordem, a confusão e a perturbação da paz social. Podemos dizer que esse processo de disciplinamento social foi o cerne de convergência entre o catolicismo romanizado e as esferas defensoras da Modernidade. (Ribeiro, 2003, p. 16-18)

Inversamente às lutas pela implantação de um Estado liberal e republicano no Brasil, no período que se segue aos meados do século XIX desenvolve-se uma tendência à Romanização da Igreja Universal e restauração do poder papal. Nesse contexto, o retorno dos jesuítas ao Brasil, assim como a instalação do Colégio São Luis em Itu é peça-chave para a difusão dessa nova tendência.

Aos 25 de agosto de 1863 o navio Guyenne partiu de Bordeaux, na França, rumo ao Brasil. Em seu interior estavam dois padres jesuítas, cada qual com uma missão distinta: o padre Jacques Razzini era visitador da Companhia de Jesus e tinha na viagem a tarefa de negociar a instalação de um colégio na cidade de Desterro, atual Florianópolis-SC; já o padre Anthelmo Gold retornava de uma viagem à Europa para reiniciar seu ofício de capelão no Colégio São José, um colégio feminino que poucos anos antes tinha começado a funcionar em Itu.

Ambos envolvidos com a educação jesuítica acabaram por se conhecer no navio e, do nascimento dessa amizade, surgiu a idéia da criação de um colégio masculino em Itu. Pouco mais de cem anos após os jesuítas terem sido expulsos do Brasil – quando o padre jesuíta ituano José de Campos Lara e seus irmãos Miguel e Ignácio, noviços da Companhia, foram presos e exilados – os padres Gold e Razzini davam início ao projeto de reinstalação dos jesuítas na cidade de Itu.

Pouco tempo depois, em sua visita a Itu, o padre Razzini recebeu do vigário da cidade, padre Miguel Correia Pacheco, a oferta de custear a vinda dos religiosos, assim como instalar o colégio na cidade.

“O padre Miguel Correia Pacheco, então vigário da Paróquia e com o qual o padre Antelmo já havia fallado a respeito, entendeu logo com o Padre Razzini e promptificou-se a custear, á suas expensas, a vinda e installação de cinco jesuítas no antigo Convento dos Fanciscanos” (Nardi, 2000, vol.1, p. 156).

Luis Roberto de Francisco nos lembra que foi com o intuito de “fundar um Colégio católico para meninos e reconstruir seu projeto de influência sobre os paulistas” que, em fins do ano de 1865, chegou a Itu um grupo de quatro padres italianos. Era o início de um radical processo de transformação que buscava não apenas restaurar a presença jesuítica no local, mas também disseminar “*as rígidas imposições do catolicismo de Pio IX*” à sociedade paulista. (Francisco, 2002, p. 19-21).

Ainda que a vinda desses religiosos estivesse amparada pelo vigário da cidade, a instalação do Colégio na cidade foi complicada. O governo provincial, dominado por liberais, ao tomar conhecimento de que o corpo docente seria formado por jesuítas, e temendo a influência que esses padres pudessem desenvolver sobre a cidade, procurou a todo custo dificultar a liberação da licença à fundação do colégio.

Ainda segundo Luis Roberto de Francisco havia na elite liberal que dominava o governo provincial uma demasiada presença de membros da maçonaria e, portanto, anti-jesuítas:

“Ao que nos parece, a posição do governo paulista [com relação à não autorização do funcionamento do colégio] não seria anticlerical e não se trataria somente de um governo liberal, mas sim um governo formado por membros da Maçonaria, anti-jesuítas. A questão não se assenta sobre a educação religiosa ou mesmo ultramontana, mas a educação ministrada por jesuítas, que transformariam os seus alunos em seres abjetos, incapazes de raciocinar, repetidores de conhecimento assimilado por esquemas de raciocínio medíocre [...]” (Francisco, 2002, p. 98)

Já instalados no antigo Convento de São Francisco, enquanto aguardavam solução às dificuldades para a autorização da instalação do colégio, os quatro padres jesuítas procuravam conquistar a simpatia da população local promovendo orientações espirituais, organizando festas e procissões.

A importância do empenho em seduzir a população local foi uma das últimas orientações recebidas por eles antes de deixarem Roma. No momento da

partida dos padres ao Brasil, o superior dos jesuítas em Roma, padre Pieter Beckx, lhes deu a seguinte orientação:

“[...] antes da fundação de um Collegio era necessário preparar os espíritos por meio dos mistérios espirituaes; que muitas vezes, por falta desse principio, os Collegios passavam por angustias e dificuldades, como succedia então ao collegio de Desterro” (Madureira, 1927, p. 480. apud. Francisco, 2002, p. 89)

A sugestão do padre Beckx deu resultado. Em pouco tempo os jesuítas conseguiram uma grande adesão de ituanos ao projeto de instalação do colégio na cidade. Alcançaram inclusive apoio de alguns liberais, entre eles, Antonio Augusto da Fonseca que no dia 16 de abril de 1867 estava na capital da província se apossando da tal autorização:

“Na noite de 16 de abril de 1867, estando na residência do maestro Elias Lobo, para assistir um ensaio das músicas da Semana Santa, receberam a notícia, chegada via telégrafo, de que o senhor Antonio Augusto Guaianaz da Fonseca tinha alcançado a licença para o funcionamento do Colégio”. (Greve, 1939, p. 19).

No dia 12 do mês seguinte deu-se a inauguração do Colégio no antigo convento dos franciscanos. Após sua instalação na cidade, os jesuítas ali permaneceram por mais de meio século. Neste período influenciaram a cultura local difundindo um complexo ideal ultramontano. Criaram um colégio, jornais e associações católicas, entre outros instrumentos de propagação de suas idéias.

Embora há quase três décadas os jesuítas tenham deixado a cidade, hoje um conjunto de importantes monumentos, por eles concebidos, definem aspectos fundamentais do urbanismo ituano, guardando a memória de sua presença.

1.3 - Agentes da modernidade

Paralelamente às agitações políticas que buscavam derrubar a monarquia, engenheiros, padres e políticos locais promoveram em Itu profundas transformações urbanas, mudanças que visavam uma cidade salubre, embelezada e moderna.

Antônio Francisco de Paula Souza

Um dos principais agentes das transformações urbanísticas em Itu na segunda metade do século XIX foi Antônio Francisco de Paula Souza (1843-1917). Membro importante do Partido Republicano Paulista (PRP), Paula Souza foi parceiro de Ramos de Azevedo na reforma do frontispício da matriz de Nossa Senhora da Candelária, além de destacar-se em outras importantes obras de modernização da cidade.

Nascido em Itu em 1843, descendeu de uma família de tradição política liberal. Seu avô paterno, Francisco de Paula Souza de Melo, foi ativo político ainda no período colonial e, após 1822, foi deputado e também senador. O avô materno, Antonio Paes de Barros, também possuía importância política, evidenciada pelo título de primeiro barão de Piracicaba. Seu pai, de quem herdara o nome, formou-se em medicina na Universidade de Louvain, na Bélgica e, de volta ao Brasil, foi ministro da agricultura e deputado.

Nasceu e viveu em um período de intensas transformações e teve significativa participação nas mudanças de seu tempo e espaço. Aos 14 anos foi enviado para Dresden, onde concluiu o ginásio. Em 1861 iniciou seus estudos de Engenharia na ETH de Zurique; em 1864 transferiu-se para a TH de Karlsruhe, onde se formou em 1867.

Em sua passagem pela Europa consumou seus ideais de liberdade, democracia e sua preocupação com a educação até o final de sua vida. Numa das cartas enviadas a seu pai esses ideais já se encontram presentes:

"O Brazil é muito grande e a população esparsa; por conseguinte um dos elementos principaes da civilisação Brasileira vem a ser o estabelecimento de um systema de vias de communicação. Acima desse só diviso a difusão da instrucção primaria. Penso que a escravidão constitui o mais serio dos obstáculos contra esta ultima. E é ella por sua vez um dos fatores que mais pervertem os nossos costumes. Penso por esse motivo que qualquer passo tendente á introducção de trabalhadores livres adeantaré e moralisaré o nosso paiz." (Revista Polytechnica, 1918).

Já formado em engenharia, regressou ao Brasil em 1867 e, a partir de então, lutou ativamente pelo fim da escravidão e pela Proclamação da República, tendo participado ativamente da Convenção de 1873.

Logo teve uma breve experiência na construção de estradas de ferro e, em 1869 viajou aos Estados Unidos, onde trabalhou como carregador de algodão na cidade de St. Louis – Missouri; pouco mais tarde conseguiu emprego como

desenhista na empresa Rockford-Rhode-Island & St. Louis. Dos Estados Unidos viajou à Europa onde se casou com Ada Virginie Herwegh, filha do poeta e revolucionário Georg Herwegh. (Padilha, 2007).

De volta ao Brasil, tornou-se encarregado da construção da Estrada de Ferro Ytuana, período em que a Companhia se expandia até Piracicaba. Foi nesse período que participou ativamente da Convenção Republicana de Itu.

Alguns anos depois voltou à Europa, desta vez à França, onde fez um curso de especialização em ferrovias, período em que também presenciou a famosa Exposição Universal de Paris de 1889.

Figura 2
Lavadouro público de Itu, de 1888.
Projeto de Paula Sousa e construção de do arquiteto Amirat.

Após a Proclamação da República passou a atuar mais intensamente na política. Em 1892 foi eleito deputado estadual, chegando logo em seguida à presidente da Assembléia Legislativa. Em 1893 foi nomeado ministro das relações exteriores e logo depois, ministro da agricultura. Foi por esse período que fez forte campanha pela criação de uma faculdade de engenharia em São Paulo, fato alcançado em 1894, quando além de idealizador e fundador, passou a também exercer a função de diretor da Escola Politécnica de São Paulo, cargo que ocupou até a sua morte, em 1917. (Padilha, 2007).

Além de ser destacado político, Paula Souza participou como engenheiro de importantes empreendimentos em Itu. Durante alguns anos foi engenheiro encarregado na Companhia Ytuana de Estrada de Ferro; entre 1887 e 1888, desenvolveu um projeto que solucionou os problemas de falta de água na cidade; também atuou como construtor de residências, mas sua parceria com Ramos de Azevedo na reforma da igreja matriz sintetiza significativamente seus ideais “modernistas”.

Compromissado com os ideais de racionalismo, os quais são sempre verificados em seus métodos de projeção, Paula Souza contribuiu fortemente no surto de progresso vivenciado por São Paulo nas últimas décadas do século XIX e início do XX, sendo que sua obra deixada na cidade de Itu muito bem representa tais ideais.

Ramos de Azevedo

Francisco de Paula Ramos de Azevedo nasceu em São Paulo em 1851. Viveu infância e juventude na cidade de Campinas e, da mesma maneira que Paula Souza, realizou cursos na Europa, se formando como Engenheiro-Arquiteto na Universidade de Gand, Bélgica, tendo em Durand um dos tratadistas europeus que mais o influenciaram.

Professor de arquitetura na Politécnica de Paris, Jean-Nicolas-Louis Durand (1760-1834) desenvolveu teorias que marcaram profundamente o séc. XIX e que inclusive atravessariam o Atlântico e tornar-se-iam influentes na arquitetura brasileira do século XIX. (Rocha-Peixoto, 2004) Entre 1802 e 1805, publicou seu “*Compendio das aulas de arquitetura dadas na Escola Politécnica*”, trabalho que teve difusão por todo séc. XIX, fornecendo as bases conceituais de uma nova geração de arquitetos, entre os quais, Ramos de Azevedo.

Durand formulou um método universal de projeção, onde estruturas da edificação eram, além de econômicas e apropriadas, realizadas pela permutação de módulos de tipos fixos de plantas e com variadas alternativas para as elevações. De forma bastante didática, através de representações gráficas,

descreveu a transformação de elementos geométricos em arquitetura – parte fundamentalmente da divisão de um retângulo, realizando combinações de um sistema de coordenadas perpendiculares – posteriormente, a planta, realizada com base em uma grelha quadrada, era projetada verticalmente para o estudo das elevações e secções.

Figura 3
Ramos de Azevedo

Retornando ao Brasil em 1879, Ramos de Azevedo rapidamente começou atuar em importantes projetos na cidade de Campinas, não tardando a se tornar o mais destacado arquiteto da Província de São Paulo.

Da mesma forma que outros brasileiros que retornavam de seus estudos na Europa, Ramos de Azevedo também trouxe sua bagagem carregada de ideais liberais e democráticos. Isso certamente facilitou sua relação com Paula Sousa, sendo que além da grande amizade, ambos realizaram um significativo trabalho conjunto em obras de saneamento e demais obras públicas em várias cidades da província de São Paulo.

Entre outros trabalhos realizados pelos dois encontram-se procedimentos de estudos dos meios de saneamento e higiene de Campinas, o cemitério do Amparo, a escola Normal de São Paulo.

Também foi da relação entre esses dois engenheiros que nasceu a escola Politécnica de São Paulo. Muito antes de sua inauguração ambos já participavam da discussão sobre o ensino profissionalizante, atuação que mantiveram firme até o final de suas vidas. Paula Sousa foi além de idealizador e fundador da Politécnica, seu diretor, até sua morte (1917), cargo que então passou a ser ocupado por Ramos de Azevedo, também até sua morte, em 1928.

Figura 4
Edifício central do Liceu de Artes e Ofícios de Itu

Entre sua primeira concepção arquitetônica para Itu, o projeto do matadouro municipal de 1884, e o projeto do Liceu de Artes e Ofícios, realizado em 1924, seu último projeto na cidade, Ramos de Azevedo teve significativa atuação durante quarenta anos com a cidade. Entre outros frutos, gerou o novo frontispício para a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária, o mais importante templo ituano e que é objeto de estudo detalhado nesta pesquisa.

Octaviano Pereira Mendes

Octaviano Pereira Mendes foi um ativo e destacado personagem da Itu na virada do século XIX para o XX. Nascido em 1º. de julho de 1856, fez seus

primeiros estudos no Colégio São Luiz, tendo se formado na primeira turma de diplomados. Estudou posteriormente nos Estados Unidos, onde se formou como engenheiro no início da década de 1870.

Retornou a Itu em 1873, chegando à cidade através da recém-inaugurada Companhia Ytuana de Estrada de Ferro, que desempenhou importante papel como veículo de transporte de materiais e idéias para a modernidade ituana. A chegada de Pereira Mendes foi noticiada pelo jornal "O Ytuano":

"Como esperavamos chegou no dia 6 do corrente, em regresso dos Estados Unidos, apoz uma ausencia de cinco annos, o dr. Octaviano Pereira Mendes, formado em engenharia.

A família e grande numero de amigos do recenvindo forão espectral-o na estação d'esta cidade e o acompanharão até a residencia de exma. d. Francisca Emilia Correia Pacheco, onde foi servido um opiparo jantar, sendo por essa ocasião entusiastamente saudado o jovem engenheiro". (O Ytuano 27/04/1873, ed. 16, p. 01).

Figura 5
Pereira Mendes

Pereira Mendes foi um dos agentes das transformações modernizadoras de Itu em fins do XIX e primeiras décadas do XX.

Segundo Anecleide Zequini, Pereira Mendes ainda foi pioneiro na idealização da produção de papel no Brasil: retornando ao Brasil em 1879, seu principal objetivo era a implantação de uma fábrica de papel na vizinha cidade de Salto, principalmente voltado à produção de papel jornal, pois essa seria a solução “*para libertar a imprensa nacional da contingência em que se acha de importar do estrangeiro todo papel por ela empregado.*” (IY, 18/06/1882, pag. 02)

Embora tenha finalizado o edifício para a fábrica de papel, o projeto não foi concretizado e o edifício passou a servir de fábrica de tecidos, a “*Octaviano Pereira Mendes & Cia.*”, indústria que se diferenciava das outras “*pela utilização do vapor como força motriz*” (Zequini, 2004, p. 95).

Herdeiro de uma das mais abastadas famílias da cidade – a Pacheco e Silva, logo que retornou de seus estudos herdou a Fazenda Vassoural, realizando uma profunda transformação no local. Reformou e ampliou a casa sede, construiu um novo engenho, um casario para colonos, fez cavalariças na antiga senzala, cocheira, depósitos, chiqueiro e terreiros de café.

Enquanto as fazendas paulistas se mantinham monocultoras, a Vassoural era policultora e, já no início do século XX, tinha seus maquinários funcionando com energia elétrica gerada na hidrelétrica que o próprio Pereira Mendes idealizou, projetou e construiu.

Figura 6
Na tradicional casa bandeirista do século XVIII, sede da fazenda Vassoural, Pereira Mendes implantou diversos elementos do classicismo.

Também foi um homem bastante ativo socialmente, sendo responsável por significativa parte da benemerência ocorrida na cidade: em 1903 foi um dos fundadores do Asilo de Mendicidade de Nossa Senhora da Candelária; também foi um dos principais benfeitores da Santa Casa de Itu.

Pereira Mendes foi responsável pelo ajardinamento de algumas antigas praças da cidade, entre elas, a da matriz. Foi idealizador e o mais importante empreendedor da Companhia Ytuana de Força e Luz. Foi também o projetista e construtor da Usina de Lavras, a primeira usina da Companhia Ytuana; o engenheiro ainda figurava no topo da lista dos acionistas da Companhia e foi seu primeiro presidente.

Empreendedor e bastante ativo socialmente, preocupou-se, sobretudo com a modernização da cidade. Político

liberal, Pereira Mendes tem seu nome anotado na "*relação dos vereadores eleitos para a Câmara de Itu*", no ano de 1888, ano da abolição da escravidão, significativo marco da política liberal brasileira. (Zequini, 2004, p. 100).

Vitima de um acidente de trole, Pereira Mendes faleceu no dia 7 de setembro de 1917.

As ações de Pereira Mendes demonstram clara preocupação com o caráter urbanístico. Seu interesse pela integração dos novos espaços ajardinados a um novo sistema de circulação urbana são reflexos de sua preocupação com uma nova concepção urbanística, de uma cidade que deveria ser dinâmica e administrada segundo os novos recursos da ciência, alicerces de seus empreendimentos privados.

Figura 7
Propaganda de Pereira Mendes, publicada no
Jornal Imprensa Ytuana no ano de 1878.

Padre Miguel Correia Pacheco

Ituano, nascido no ano de 1826, o padre Miguel foi um dos mais notáveis personagens da cidade na segunda metade do século XIX. Fez estudos em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde foi ordenado padre no ano de 1849, com apenas 23 anos de idade. Entre sua ordenação e o ano de 1856 exerceu sacerdócio nas cidades de São Paulo e Betlém de Jundiá (atual Itatiba); no período em que esteve na capital paulista, freqüentou a Faculdade de Direito São Francisco – importante reduto do liberalismo – não se bacharelando devido à sua transferência.

A partir de 1856 retornou a Itu onde passou a exercer o cargo de vigário da cidade, posição ocupada até o final de sua vida no ano de 1892. (Nardy, 2000, p. 91-142)

Durante as quase três décadas em que esteve à frente da Matriz de Itu, padre Miguel ocupou destacada posição na sociedade ituana. Certamente sintonizado com as rápidas transformações que o mundo vivenciava, fez parte dessas mudanças, sendo a reforma executada na Matriz um exemplo notável de sua moderna personalidade.

Padre Miguel viajou por diversas partes do mundo, como Índia, Estados Unidos e vários países europeus. No decorrer dessas viagens, como atento observador, registrou vários aspectos arquitetônicos de monumentos que o impressionaram. O Jornal Imprensa Ytuana publicou algumas dessas “*impressões de viagens*”; a carta publicada em junho de 1876 revela o quanto a modernidade londrina o atraía:

"[...] Londres é hoje o centro da gravitação da riqueza do mundo [...] o vastíssimo e magnífico palacio de Christal de Londres é um dos maiores monumentos do poder e da intelligencia humana com suas riquezas em nossos tempos: juntamente com o Museu Britanico e seu grande jardim Zoológico; porem sobretudo o palácio de Christal.

Seo brilhante e magnífico exterior me encantou [...]" (Imprensa Ytuana 18/06/1876 - ed. 19 - P. 2).

De um lado, o impressionante Neoclassicismo do Museu Britânico de Robert Smirke, de outro, o monumental racionalismo projectual e construtivo do Palácio de Cristal de Joseph Paxton, eis os edifícios que impressionaram padre Miguel na Europa e certamente o motivaram a imprimir modernidade em sua igreja.

Ainda que padre Miguel não estivesse a par dos embates teóricos do ensino da arquitetura no período, uma afinidade de gosto, por assim dizer e um anseio por modernização o unia àqueles personagens de maior importância e diretamente ligados com as reformas urbanas e arquitetônicas ocorridas em Itu na segunda metade do século XIX.

Figura 8

José Ferraz de Almeida Júnior. "Padre Miguel Correia Pacheco". Óleo sobre tela, 1889. Pintura encomendada pelos paroquianos que presentearam o padre em ocasião do benzimento e inauguração da reforma da igreja.

Atento às transformações culturais de seu tempo, padre Miguel Correa Pacheco foi a primeira pessoa a notar as inclinações artísticas do jovem José Ferraz de Almeida Júnior, pois quando ele ainda era sineiro na matriz ituana o padre se encantou com seus dons e obteve, através de uma coleta pública, recursos para que o artista pudesse viajar ao Rio de Janeiro e frequentar as aulas da Escola Imperial de Belas Artes. A partir da observação e esforços do padre Miguel, Almeida Junior teve a chance de ir à capital para se tornar um dos mais destacados pintores brasileiros de fins do século XIX e início do XX.

Padre Miguel parece ter sido bastante querido pela população ituana. Em oportunidade da inauguração das reformas promovidas na matriz, a população local lhe presenteou com uma tela pintada pelo mesmo Almeida Júnior, o qual ajudou anos antes.

“Acha-se aberta em a casa comercial do nosso amigo sr. Capitão Antonio Teixeira, uma subscrição popular, a fim de ser offerecido ao mui reverendo padre mestre Miguel, nosso popular e virtuoso vigário, no dia da benção da matriz seu retrato, para ser collocadao na respectiva sacristia. É uma prova de respeito, amisade e gratidão que preta ao digno e respeitável sacerdote. Iremos publicando o nome dos subscriptores” (IY, ed. 451, 07/04/1889, p. 2)

Preocupado com a educação, foi uma das pessoas que mais se empenhou na instalação de dois importantes colégios na cidade: o colégio de Nossa Senhora do Patrocínio, fundado em 1858, pelas Irmãs de São José, instituição ainda hoje bastante ativa; e o Colégio de São Luiz do Gonzaga, fundado pelos jesuítas.

O padre Miguel também se preocupou com as questões de sanitarismo e embelezamento de Itu, sendo um dos mais fortes defensores da criação do novo e centralizado cemitério para a cidade.

Segundo Nardy, padre Miguel pouco se envolveu na política. Embora tenha adquirido herança de filiação ao Partido Conservador, apoiou o liberal Paula Sousa quando de sua candidatura a Deputado.

“[...] pertencia ao partido conservador porque a ele pertencera seu pai, porque dele era chefe seu irmão Francisco e porque a ele pertenciam todos os membros de sua família; porém a política jamais o seduziu e jamais se cingiu mesmo à disciplina partidária. Apresentando-se candidato a deputado o dr. Antonio Francisco de Paula Souza, embora este fosse apresentado por partido adverso ao seu, o Pe. Miguel deu-lhe conscienciosamente o seu voto [...]” (Nardy, 2000, vol. 6, p. 109)

No entanto, a afirmação do professor Nardy deve se entendida de forma relativa, pois ainda que o padre Miguel não tivesse relação direta com algum partido político, vemos claramente que suas atividades o situam como um árduo ativista das transformações – definidas no âmbito político – que davam nova forma à cidade.

Precursor na idealização da reforma dos frontispícios dos templos ituanos, Padre Miguel também se preocupou com as questões de sanitarismo.³

Faleceu como vítima febre amarela no dia 21 de abril de 1892, deixando em seu testamento, grande fortuna à matriz ituana, dinheiro que nos subseqüentes anos serviu a outras intervenções na igreja.

Luis Marins Amirat

Louis Marins Amirat nasceu na França no ano de 1845. Segundo a historia oral, teria ele se formado em arquitetura na Universidade de Paris e, posteriormente, se transferido ao Brasil.⁴

Após ter fixado residência inicialmente no Rio Grande do Sul, onde se casou e, posteriormente, transferiu-se a Itu onde realizou várias obras arquitetônicas. Entre elas, se destacam as reformas das fachadas de duas igrejas: a de Nossa Senhora do Patrocínio, realizada entre 1894 e 1896, e a do Bom Jesus, realizada

³ Veja no sub-capítulo 2.3 a defesa de um novo cemitério, feita por Padre Miguel.

⁴ Segundo a pesquisadora francesa, Nelly de Freitas, a quem solicitamos investigação sobre a formação de Amirat, o construtor não concluiu curso de arquitetura na “ÉCOLE DES BEAUX-ARTS” de Paris, assim como não foi estudante da “ÉCOLE POLYTECHNIQUE”. Concluímos, portanto, que Louis Marins Amirat pode ter apenas freqüentado o curso, mas não concluído, ou ainda, pode ele ter estudado em alguma das escolas de arquitetura já existentes no interior da França às quais não nos foi possível investigar.

entre 1896 e 1904; além de intervenções na matriz da Candelária, como a reforma do telhado (1894) e o alargamento do coro (1904), realizadas após a reforma de Ramos de Azevedo e Paula Souza no frontispício do templo.

Trabalhando principalmente como mestre construtor, Amirat teve participação em diversas importantes obras de Itu na virada do século XIX para o XX.

Como europeu, trouxe consigo rica vivência do processo de transformações que a França passava em meados do século XIX e foi recorrentemente contratado pela abastada elite ituana, que almejava as marcas da modernização da “civilizada Europa”.

Em 1888, foi o construtor responsável pelas obras do lavadouro público, projetado por Paula Souza.⁵ Em 1894 Amirat foi contratado pelas Irmãs do Patrocínio que queriam um templo mais relacionado à sua identidade européia. Dessa forma, o arquiteto-construtor realiza uma completa reforma na igreja, não só modificando seu frontispício, mas todo seu interior, além de realizar novas construções no interior do colégio.

Figura 9
Bloco “novo” da Fábrica São Luiz, construído por Amirat em 1896.

⁵ O lavadouro público de Itu era parte do projeto de Paula Souza para solucionar as deficiências do abastecimento de água na cidade.

Em 1896, dois anos após a reforma do Patrocínio, Amirat foi o responsável pelas obras de ampliação da Fábrica São Luiz. Ao lado do primeiro bloco já existente construiu um novo sobrado que, embora tenha sido projetado por outro engenheiro, o inglês Arthur Sterry, possui um conjunto de janelas que em muito se assemelham às do segundo pavimento da fachada da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio.

Seu estilo elegante, mas com forte acento laico, pode endereçar àquelas típicas construções burguesas em voga na Europa.

Adequava-se bem a distintos interesses de diferentes grupos. Mas a laicização das formas convinha, sobretudo, àquelas elites cultas que ansiavam por refinados expedientes da razão, elites estas que não se restringiam aos republicanos.

Amirat ainda foi contratado pelo padre Taddei, membro da Companhia de Jesus, para realizar as obras da construção da capela-santuário do Sagrado Coração de Jesus e a reforma no frontispício da igreja do Bom Jesus, dois dos mais significativos monumentos da presença jesuítica na cidade.

Da década seguinte à implantação da ferrovia até final da segunda década do século XX participou como construtor de algumas das mais importantes obras realizadas em Itu.

Em maio de 1918, na ocasião de seu falecimento, o jornal “A Federação” publica uma nota em que destaca a importância de Amirat para a cidade, observando que sua falta deixava uma lacuna impreenchível:

“[...] experimentou os revezes da sorte com sorrisos nos lábios, brotado de uma consciência recta. O seu jornadear foi longo; surpreendeu o atro pos quando elle 72º. Passo na senda da vida” [...] “Ante-hontem veloz se propagou a triste nova do fallecimento do bondoso ancião – sr. Luis de Amirat. A moléstia que o accometeu desprezando os desvelos médicos e não vendo que ia alanceando profundamente, abrir uma **lacuna impreenchível** [...]” (A federação, 18/05/1919, p.3) (grifo nosso)

1.4 - Ideais de modernidade em Itu

Fruto dos progressos revolucionários que começaram ainda em meados do século XVIII, sobretudo decorrentes da Revolução Industrial, os avanços científicos ocasionaram a profunda crença de que o homem poderia dominar totalmente a natureza.

Ciência e técnica aliadas deveriam fornecer os meios para consumir mudanças no ambiente, assim, o cientificismo passou a ser considerado o único conhecimento válido e, portanto, condicionador de todos os campos da atividade e investigação do homem. (Aranha, 1986, pag. 180).

Esse mesmo cientificismo foi exaltado e empregado na reforma das fachadas das igrejas ituanas no final do século XIX, quando a razão passou a ser colocada em primeiro plano, quando as inovações tecnológicas acabam se impondo à tradição, quando os engenheiros tomaram significativa parcela das atividades do arquiteto, enfim, quando as formas deixaram em segundo plano a metafísica do classicismo para servir fundamentalmente à racionalidade iluminista.

É em meio a esse clima que toma corpo no século XIX o movimento intelectual de Isidore-Auguste-Marie-François-Xavier Comte, conhecido como Auguste Comte (1798-1857). Defensor de que todo o conhecimento do mundo físico provém da experiência e de que estes deveriam ser os únicos objetivos de investigação do conhecimento. *"Auguste Comte sustentava a existência de um campo de ação, no qual as idéias se relacionavam de forma lógica e matemática e, por fim, toda investigação transcendental ou metafísica que não pudesse ser comprovada na experiência deveria ser desconsiderada"*. (Sêga, 2004).

De acordo com este pensamento o estado positivo corresponde à maturidade do espírito humano, positivo qualifica a certeza, o real, o preciso. O positivismo de Comte se opõe completamente a formas teleológicas ou metafísicas de explicação do mundo. Segue, portanto, a marca da crítica à metafísica deixada

por Kant ainda no século XVIII, levando às últimas conseqüências a idéia de que o reino da razão é o reino da necessidade. (Aranha, 1986, 182-183).

Segundo Rafael Sêga, além da França, o Brasil foi o país onde mais fortemente o positivismo agiu. Para ele *"o Brasil, país latino-americano, se transformou numa segunda pátria do positivismo. O pensamento positivista chegou ao Brasil em torno de 1850, e foi trazido por brasileiros que estudaram na França; alguns tinham até mesmo sido alunos de Comte."* (Sêga, 2004).

Da mesma forma o professor Raimundo Faoro também afirma que a opção republicana tomada pelo Brasil reforçou o positivismo, que se constituiria numa *"peculiaridade essencial do pensamento brasileiro, no período da denominada República Velha (1890-1930)"* (Faoro, 1989, p.45).

O positivismo certamente contribuiu para a materialização dos novos meios de intervenção na cidade. É neste ideal que se apóiam as transformações urbanísticas ituanas ocorridas em meio às agitações políticas das últimas décadas do período monárquico e primeiras décadas do período republicano e que uniram, no campo arquitetônico, ideais provindos tanto do liberalismo quanto do ultramontismo. Em nome de uma cobiçada modernidade de raízes européias, estes grupos, a princípio opostos, imprimiram em Itu uma nova lógica de organização cidade.

Para que a modernidade fosse alcançada os agentes dessas alterações urbanísticas valeram-se de premissas que podem ser resumidas nos seguintes termos: aformoseamento, higiene, saneamento, salubridade, civilização, embelezamento, progresso, ordem. Palavras comuns ao vocabulário do positivismo, de uma forma ou de outra remetiam à idéia de modernidade e balizaram a atividade profissional de arquitetos, engenheiros, urbanistas e políticos que atuaram em Itu neste período.

No campo arquitetônico, porém, os ideais de modernização e exaltação de racionalidade – promotores de radicais transformações na lógica de organização política, econômica e social do espaço urbano – nem sempre compareceram como originários dos republicanos, muitas vezes alentaram expectativas provenientes de ultramontanos e de conservadores também.

Embora desde o período colonial os ideais republicanos fossem acentuados, foi somente na segunda metade do oitocentismo que ganhou força suficiente para derrubar a monarquia.

O Brasil então vivia uma situação de muitas transições: da monarquia à República, da escravidão ao trabalho livre, além da própria transição psicológica da virada de século, que fazia surgir a *"esperança de que o próximo, no caso o século XX, seria melhor"*, os *"iluministas"* aqui passam a imaginar um novo século onde definitivamente a técnica e a ciência superassem a superstição. (Faustino, 1991, p. 129-130).

Neste contexto a elite passava então a correr contra o tempo, no sentido de inscrever-se no novo século que se aproximava e consolidar o novo regime com seus ideais de progresso e civilização. Quando a República brasileira nasceu, os ideais do Positivismo lhe possibilitaram fundamentação teórica e prática para consolidar a nova ordem política exemplificada no lema: "Ordem e Progresso".

O lema da nova bandeira foi apenas um dos fundamentos do novo imaginário republicano. Segundo José Murilo de Carvalho este recurso foi fundamental para difundir os ideais republicanos nos primeiros anos do novo regime.

É consolidada pela historiografia a não participação popular na Proclamação da República sendo bastante célebre a frase *"o povo assistira bestializado à proclamação da República"*, escrita pelo professor José Murilo de Carvalho, de tal forma que no início do regime republicano se fazia imperativo marcar para o mundo extra-elite a nova situação política que o país vivenciava e isso *"não poderia ser feito por meio do discurso, inacessível a um público com baixo nível de educação formal. Ele teria que ser feito mediante sinais mais universais, de leitura mais fácil, como **as imagens, as alegorias, os símbolos e os mitos**"*. (CARVALHO, 1990, p. 10) (grifo nosso).

A nova concepção política apoiava a separação dos poderes religioso e político, pois a aliança com a Igreja abrandava a autonomia do Estado. Se na primeira metade do século XIX movimentos liberais de misturaram às ações da Igreja, na segunda metade assistiu-se a uma radical transformação nos posicionamentos católicos. Nesse período a igreja encontra-se no meio de um fogo cruzado: de um lado o poder imperial com pretensões de perpetuar seu poder sobre a esfera espiritual; de outro, a oposição liberal, cada vez mais forte e também interessada na diminuição do poder ultramontano na sociedade.

Emanuela Sousa Ribeiro adverte, no entanto, que as ações empreendidas pelo Estado, Sociedade e Igreja Católica na última metade do século XIX estão profundamente relacionadas, pois atuaram conjuntamente no processo que visava a Modernidade. Dessa maneira, os discursos e orientações das lideranças católicas buscavam transmitir duas principais idéias: *"a de que a religião católica podia ser a principal auxiliar da república na manutenção da **ordem social e do progresso do país**, [e] a idéia de que o catolicismo era inerente à identidade nacional que se buscava construir naquele período"*. (Ribeiro, 2003, p. 54) (grifo nosso).

A Igreja, desde o final do século XIX, adotou procedimentos de atualização vinculados às estratégias de comunicação, sem romper com seu passado e sempre mantendo o "núcleo duro" que, milenarmente, a caracterizou, qual seja, o conjunto de seus dogmas e ideologias. Na defesa da racionalização da cultura, a Igreja Católica inseriu-se na arena das disputas político-educacionais brasileiras, recorrendo a diferentes estratégias ligadas aos campos da educação e cultura em sua dinâmica de atualização. Incorporou ideários e metodologias ligadas aos valores modernos e científicos, penetrou no debate cultural e educacional, criou periódicos, editoras e associações de leigos. (Gonsalves, 2004, p. 79)

Os jesuítas "ituanos", embora defendessem ferrenhamente as prerrogativas ultramontanas de Pio IX, imprimiram em sua arquitetura uma modernidade que claramente procurou acompanhar as transformações urbanas vivenciadas pela cidade naquele período.

Começando pela instalação da ferrovia, muitos empreendimentos passaram a representar modernidade na cidade, como a construção do novo cemitério (1884) e do Matadouro Municipal (1886), ambos situados extra-muros, pois o embelezamento e salubridade estavam na ordem do dia; as transformações das antigas praças, a construção do Mercado Municipal (1905) e a chegada da energia elétrica (1905) completam o quadro dessa nova imagem urbana.

Ao sabor das últimas décadas do século XIX a sociedade ituana empenha-se no nascer da modernidade, que terá na reforma da fachada de seus mais importantes templos coloniais um dos seus principais emblemas. As obras no frontispício da Candelária findadas no “1889” foram além do “15 de Novembro”, de tal forma que, contemporânea às comemorações da Proclamação da República, também se anunciava “nova matriz”. Era mais uma face da modernidade, mais uma imagem para a nascente República e para a nova era que o país adentrava.

Essas transformações tiveram ampla continuidade, sendo que outros templos logo passariam pelo mesmo tipo de intervenção. Entre 1894 e 1896 a “colonial” Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio passou por uma completa reforma do frontispício. Os jesuítas promoveram um grande conjunto de obras: em 1869 iniciaram a construção de seu colégio, que teve sua Igreja de São Luis inaugurada em 1891; entre 1896 e 1904 reformaram o frontispício da igreja Bom Jesus e construíram o Santuário do Sagrado Coração de Jesus; e, enfim, nos primeiros anos do século XX, reformaram a fachada da Igreja de Nossa Senhora do Bom Conselho.

II – Construindo a modernidade ituana

As transformações pelas quais passaram algumas das mais importantes cidades européias não tardaram a atravessar o Atlântico, pois o mesmo progresso que “eliminou” os navios movidos a vento também alimentou um maior fluxo de estudantes brasileiros pela Europa. Alguns desses estudantes se tornariam destacados personagens no contexto das reformas urbanas verificadas nas cidades brasileiras. Em Itu foram eles os principais agentes da difusão e prática dos ideais de modernidade.

Fruto das transformações revolucionárias que começaram ainda em meados do século XVIII, sobretudo decorrentes da Revolução Industrial, os avanços científicos ocasionaram a profunda crença de que o homem poderia dominar totalmente a natureza. Ciência e técnica se aliaram acarretando intensas mudanças no ambiente, assim, o cientificismo passou a ser considerado como o único conhecimento válido e, portanto, condicionador de todos os campos da atividade e investigação do homem. (Aranha, 1986, p. 180).

Esse mesmo cientificismo foi empregado na reforma das fachadas das igrejas ituanas no final do século XIX, quando a razão passou a ser colocada em primeiro plano, quando as inovações tecnológicas acabaram se impondo à tradição, quando os engenheiros, por sua maior afinidade à ciência, tomaram significativa parcela da atividade do arquiteto, enfim, quando as formas deixaram em segundo plano a metafísica do classicismo para servir fundamentalmente à racionalidade iluminista.

Muitos foram os aspectos inovadores do século XIX, conhecido como o século da modernidade, que tem em suas bases a urbanidade, a indústria e todos os demais elementos decorrentes dos avanços que a ciência e a técnica propiciaram neste período.

Para a professora Stella Bresciani, a história das cidades no século XIX, tem na questão da técnica e na questão social suas mais importantes faces. Segundo ela são sete as questões fundamentais da historiografia sobre o tema: a questão da “*técnica como instrumento de transformação do meio*”; a problemática da

"*questão social*" que se somou à maciça presença de trabalhadores nas áreas urbanas; a busca pela formação e consolidação das "*identidades sociais*"; a formação de "*uma nova sensibilidade, uma reeducação dos sentidos do habitante da cidade*", pois neste século as novidades urbanas não se cansavam de reaparecer, sendo exaustivamente manifestados termos como "*homem moderno*" ou "*sociedade moderna*"; a quinta definição é a de que a cidade se torna o "*lugar da história*" e seu habitante "*o sujeito da história*", a burguesia urbana se conscientiza das noções de progresso onde ela tem o papel de alavancar e mover a história que "*modifica os meios e as condições de vida*"; as questões relativas à "*cultura popular*" também se reforçam nesse período, sendo freqüente "*nas entrelinhas irônicas dos ilustrados burgueses a difícil convivência e a não aceitação de uma outra cultura*"; finalmente a professora Bresciani aponta para uma divisão da cidade em "*áreas subordinadas a lógicas diversas*", pois nas cidades oitocentistas as "*imagens plenas e as representações racionais se esgarçam e deixam entrever territórios, que podem ser espaços, meios geográficos, mas podem também levantar o véu racional que encobre as fugidias subjetividades*". (Bresciani, 1991, p. 10-15).

Flávio Cavalcanti Neto reforça que nesse período as cidades ganharam vigor, vindo a se tornar fonte de ostentação e ufanismo. Contemplada "*como a realização de uma história que se desenvolve como uma trajetória progressista, como uma síntese de toda capacidade realizadora dos homens, pelo recurso à indústria e à arte. A cidade se torna a verdadeira obra de arte do homem. Assim, pelas mãos caprichosas do progresso, as cidades tiveram seus espaços reformulados, transformando-se obras em arte para ser contemplada por seus habitantes*". (Neto, 2006).

Bastante difundido nesse período, o termo modernidade adquiriu uma variedade de significados ao ser extensamente utilizado para designar tudo que fosse relativo ao novo e à novidade. Ana Maria Cavalcanti nos lembra que ainda que hajam variadas definições para "modernidade", nos meios artísticos é possível encontrar um elemento comum a todas elas: nessas aspirações à modernidade, "*os artistas reclamaram por uma atualização e sempre houve um passado a ser esquecido, algo a ser eliminado*". A autora ainda complementa que:

"Em nome da modernidade, os estudantes da Academia de Belas Artes no século XIX pediram a reforma da instituição. Posteriormente, em nome da modernidade, os modernistas de 1922 criticaram os artistas brasileiros do século XIX. E mais tarde, em nome da modernidade, os defensores da arte abstrata questionariam o papel vanguardista dos modernistas de 1922" (Cavalcanti, 2006, p. 18).

As grandes reformas urbanas do Rio de Janeiro, Salvador, Niterói, Santos, entre outras cidades, rapidamente se espalharam de tal forma que na segunda metade do século XIX abastadas cidades paulistas envolvidas na produção cafeeira não demoraram a sentir tais reflexos, sendo a reforma de igrejas coloniais uma parte significativa dos emblemas dessa modernidade.⁶

O professor Hugo Segawa também lembra que houve um "*pioneirismo do empreendimento paulista ao organizar, nos primeiros anos da década de 1890, setores da administração pública voltados para o desenvolvimento de projetos arquitetônicos contemplando objetivos que supostamente a República pleiteava em oposição às realizações do período anterior.*" (Segawa, 1988, p. 06).

Acrescente-se ainda o fato de que foi apenas com a implantação da República que o "*Estado de São Paulo assumiu, com todas as letras, a ordenação dos espaços, com a promulgação do Código Sanitário de 1894.*" (Segawa, 1988, p. 40).

Em São Paulo, para que tais transformações fossem efetivadas, muitos fatores contribuíram: a implantação da primeira estrada de ferro, já em meados da década de 1860 foi ferramenta fundamental da arquitetura, pois transportava a produção cafeeira do oeste paulista para o porto de Santos e retornava com materiais de construção vindos da Europa, os quais serviriam para a renovação das construções; a imigração trouxe uma grande quantidade de arquitetos, mestres-de-obras e artífices com alta qualificação e de várias nacionalidades; já a República, além dos ideais citados acima, trouxe um tanto de vantagens a São Paulo geradas, sobretudo pelo federalismo, pois com isso "*a província imperial*

⁶ Apenas ao longo da década de 1880 mais de uma centena de projetos para reformas de antigas igrejas coloniais ou para construções de novas igrejas foram agraciados financeiramente pelo Governo da Província. O Arquivo Público do Estado de São Paulo ainda guarda os relatórios desses gastos.

tornada Estado pôde negociar diretamente com o exterior em condições vantajosas, propiciadas pelo dinheiro do café, nas últimas décadas do século [...] A receita pública subiu, assim, de 6 mil contos em 1889 para 50 mil em 1895". (Pires, 1990, p. 63).

Na esteira desses ideais, para a elite das cidades paulistas, no século XIX, ser Moderno, além de republicano e abolicionista, também significava estar em sintonia com o as modernizações que ocorriam na Europa, assim:

"[...] o que passou a ser considerado como um sinônimo de civilização e de progresso dizia respeito à introdução de uma arquitetura que, incorporando novas técnicas construtivas, novos programas e soluções formais, se opusesse àquela taipa. Significava também, a inclusão de conceitos que previssem a racionalização, o saneamento e o conseqüente embelezamento do meio urbano". (Monteiro, 2000, p. 05)

Acrescente-se ainda o fato de que foi apenas com a implantação da República que o "*Estado de São Paulo assumiu, com todas as letras, a ordenação dos espaços, com a promulgação do Código Sanitário de 1894.*" (Segawa, 1988, p. 40)

Segundo o Professor Octavio Ianni, a produção cultural de Itu foi razoavelmente diversificada, mas "*foi principalmente na segunda metade do século XIX e primeiros anos do XX que ela se realizou em maior escala. Há que se notar, também, que a cultura material e espiritual desenvolvida dessa época esteve fortemente influenciada pela economia e política locais*". (Ianni, 1988, p. 73). Foi, portanto, nessas décadas finais do século XIX e início do XX que ocorreram na cidade as principais transformações que visavam sanitarismo, embelezamento e progresso.

Essa busca pela modernização é também significativa quando as realizações dão à arquitetura uma espécie de missão renovadora.

Assim é que a cidade de Itu promove um amplo "programa" de modernizações que se inicia pela construção da estrada de ferro, continua com as reformas e ajardinamentos das praças, a construção do novo cemitério, a constituição do matadouro municipal, a edificação do mercado municipal e,

finalmente, a chegada da energia elétrica. Tais realizações tiveram profunda influência no modo como a igreja se apresenta e se relaciona com o espaço urbano, coordenando-se às transformações dos próprios edifícios religiosos.

2.1 – Vai café e vão estudantes, voltam tecnologias e idéias

"O futuro de São Paulo definiu-se mesmo foi com a inauguração da estrada de ferro dos ingleses em 1867. A partir daí, são facilmente detectáveis, através de depoimentos contemporâneos, todos os passos relativos à mudança gradual de usos, costumes e comportamentos, cujas novas expectativas iam exigindo alterações"

Carlos Lemos

A implantação da ferrovia foi sem dúvida um dos mais importantes aspectos que influenciaram na modernização da cidade de Itu, pois o mesmo trem que levava o café e o açúcar ao porto de Santos retornava carregado de manufaturas européias que serviram de base ao progresso almejado pela elite local. Foi essa ferrovia fundamental para a reforma das igrejas da cidade.

A modernidade, tanto materializada quanto em forma de idéias, chega pelos trilhos da Companhia Ytuana de Estrada de Ferro: a reforma que mudou a face da principal igreja da cidade também lhe proporcionou novas telhas, vindas direto da França, telhas que certamente subiram a serra e a Itu chegaram pela Estrada de Ferro Ytuana. Acrescente-se ainda que se de um lado a ferrovia levava café e trazia manufaturas por outro levava estudantes e trazia idéias, é, pois, a estação ferroviária o primeiro ponto de partida e último de chegada dos ituanos que em São Paulo, Rio de Janeiro ou mesmo no exterior realizavam seus estudos. Com frequência os jornais da cidade noticiavam o retorno desses estudantes, como ocorreu com Octaviano Pereira Mendes, um dos mais ativos e destacados personagens da Itu na virada do século.

Uma década antes da ferrovia o viajante Emilio Zaluar em sua passagem por Itu já chamava a atenção ao o fato de que os filhos das principais famílias da cidade eram estudados e conheciam a Europa.

Os Ituanos são naturalmente sérios e circunspectos, manifestando grande propensão para as artes liberais, e muito desejo de se instruírem e se ilustrarem. Os filhos das principais famílias de Itu são formados, e a maior parte deles tem viajado a Europa. Encontra-se aqui portanto uma plêiade de moços distintos pela sua educação e pelas prendas de sua inteligência, como não é fácil

achar por lugares tão remotos e afastados dos grandes centros de civilização” (Zaluar, 1945, p. 207-208).

Certo é que direta e indiretamente os novos frontispícios das igrejas de Itu tiveram nos trilhos da Ytuana um de seus mais importantes alicerces.

Idealizada por um grupo de fazendeiros e negociantes que necessitavam de um meio de escoar o café e o açúcar para ser exportado, a Companhia Ytuana foi inaugurada em 17 abril de 1873, fruto do esforço dos próprios ituanos que com seus *“espíritos adiantados e empreendedores e esforçados no progresso e desenvolvimento de sua terra”* (Nardy, vol.1, 2000, p. 226) logo perceberam a necessidade de um mais rápido e barato elo de comunicação com a capital e consequentemente com o porto de Santos.

Já em 1869 surgiu a idéia dos ituanos de construírem uma via férrea ligando Itu a Jundiaí, cidade em que já se instalara a companhia dos ingleses, com ramais até a capital e litoral. Em reunião realizada a 20 de janeiro de 1870 os próprios capitalistas ituanos constituem a Companhia Ytuana com capital subscrito rapidamente: logo em *“20 de novembro do mesmo ano, com grande solenidade e com a presença do Presidente da Província, foi batida a primeira estaca para os serviços de factura dessa estrada [..].”* (Nardy, vol. 1, 2000, p-228)

Nesse período, formou-se um grupo, composto tanto por liberais quanto por conservadores, que possuía ideais capitalistas e pretendia dar maior impulso ao desenvolvimento do comércio e indústria, buscando através da ferrovia fazer com que a cidade atingisse a tão almejada modernidade.

O historiador Luis Roberto de Francisco reforça a idéia de que, para os empreendedores ituanos – liberais ou conservadores – a ferrovia possuía um forte caráter de modernidade e progresso. De acordo com ele:

“O progresso oriundo da estrada de ferro e outros aparelhamentos técnicos não são prerrogativas republicanas ou mesmo liberais, mas uma expressão clara da elite ituana. Em cada incorporação pode haver membros de um ou outro partido, dependendo de seus interesses no negócio e de suas posses para participação. Os monarquistas conservadores que lideraram a campanha para a construção da estrada de ferro não hesitaram em estender uma faixa, no momento da sua inauguração,

saudando àqueles que assistiam a festa da via férrea com o dístico '*ao progresso ituano*.'" (Francisco, 2002, p. 119).

Como relata o então presidente da Câmara Municipal de Itu, Capitão Francisco Pereira Mendes Junior:

"Tendo sido designado o dia 20 de janeiro de 1870 para a 1ª. reunião, afim de tratar-se da realização da Idea da linha férrea ytuaana, e sendo para ella convidado o EX^{mo}. Presidente da Província, Dr. Antonio Candido da Rocha, não podia esta câmara ser indifferente á um comettimento de tão subido alcance, e nelle deixar de tomar parte. E assim reunio-se em sessão extraordinária naquelle dia, para o fim de receber S. Exa., mostrando dest´arte, o jubilo de que se acha possuída" (OY ed. 03, 19/01/1873, p. 02).

Com a lei n. 34 de março de 1870 o governo provincial despense quarenta contos de reis para o levantamento da planta e orçamento para sua construção. A mesma lei oferece "*garantia de juros de 7% para a construção...* [já em outubro do mesmo ano, a companhia assina contrato com o Governo, que concede] *o privilegio por 90 annos para a construcção, uso e custeio da estrada de Ytu a Jundiahy*" (Nardy, vol. 1, 2000, p. 227). Suas obras se iniciaram em novembro de 1870 e após dois anos e meio de trabalho a ferrovia foi inaugurada, sendo a data coincidente com a da realização da Convenção dos Republicanos: 17 de abril de 1873, fato relatado por um dos jornais da cidade, com grande entusiasmo.

"Esta inaugurado o trafego da linha férrea Ytuana em toda sua extensão. O dia 17 de Abril fica inscripto na memória dos ytuanos, como data de seo feito mais glorioso; de seus corações jamais se extinguirá a vibração que sentiram, tão intima e doce, ao ver bella e deitosamente coroados seus esforços. Foi uma festa explendida, solene e estrepitosa" (OY, 27/04/1873, ed. 16, p. 01).

Além de trazer materiais e estudantes que se formaram no exterior, a ferrovia também trouxe imigrantes. Recenseamento do início do século XX aponta

que quase 20% da população ituana era formada por estrangeiros, (Ianni, 1996, p. 56) imigrantes que também chegaram à cidade pela Ytuana e que, em sua maioria se dirigiu aos trabalhos rurais; entretanto, não foram poucos os italianos que, sabemos, contribuíram na arquitetura e arte da cidade nesse período.

Após duas décadas de empreendimentos e expansões, a Companhia Ytuana acabou, em 1893, se unificando com a Estrada de Ferro Sorocabana, fusão que deu formato, na época, a maior rede ferroviária do Estado de São Paulo.

Um dos mais expressivos símbolos das inovações geradas pela Revolução Industrial, a estrada de ferro foi fundamental para o desenvolvimento dos ideais de progresso na cidade. Os trilhos que levaram café e açúcar também trouxe modernidade, que em forma de idéias e materiais certamente contribuíram aos novos frontispícios das igrejas, à “nova cara da cidade”.

Figura 10
A Estação da Companhia Ytuana de Estrada de Ferro no início do século XX

2.2 - De praças a jardins

"O Passeio Público não se prestava para emoldurar nenhum monumento; ao contrário, como um insubordinado da hierarquia colonial era um monumento à vegetação, à natureza, monumento em si mesmo" (Hugo Segawa).

Paralelamente às reformas das igrejas, no último quartel do oitocentos e primeiras décadas do século seguinte, as antigas praças de Itu se transformaram em novos espaços ajardinados, era mais uma face do "programa" de modernização que a cidade vivenciou nesse período. O ideário de embelezamento e ajardinamento dessas praças unia-se à plena desvinculação das praças com os fundamentos urbanísticos da colonização portuguesa.

Desde os primórdios do período colonial as praças sempre se configuraram como um prolongamento da igreja – outro símbolo da colonização, uma continuação de seu adro, já os novos jardins criam um novo espaço de configuração social distinta: agora o novo espaço não é mais parte do edifício religioso, da Câmara, da Cadeia ou do Pelourinho; é o lugar projetado onde as pessoas desfrutam de lazer, árvores fornecendo sombra e ar puro, bancos, coretos, enfim, aqueles ideais de embelezamento e salubridade tão almejados.

Mais do que símbolos de progresso, modernidade e salubridade, os jardins sempre foram um dos principais "espelhos" do relacionamento entre homem e natureza. Inseridos no contexto urbano ou junto às residências, jardins, praças e parques são, historicamente, locais diferenciados na preocupação do homem.

Na Europa, desde o século XVIII os espaços públicos projetados como jardins estão intimamente relacionados às questões estéticas e ao chamado "embelezamento". No século XIX, com as transformações geradas pelas Revoluções Industrial e Francesa, os jardins públicos ganham grande impulso, pois passam a ser parte fundamental da necessária salubridade dos centros urbanos.

No Brasil, para uma compreensão da história dos jardins públicos se faz necessário entender o papel político das praças públicas, pois é de sua transformação que nascem novos espaços ajardinados. Símbolo da presença Real na colônia, as praças sempre foram uma parte dos adros das igrejas e, nos casos

de vilas ou cidades, a principal praça ainda continha a presença intimidante do pelourinho, elemento que era encimado pelo emblema da união entre Coroa e Igreja, portanto um significativo símbolo do poderio imperial e religioso sobre a colônia.

A praça pública

“[...] deve sua existência, sobretudo, aos adros de igrejas, ocupando um papel central na dinâmica da cidade colonial e compondo-se por edificações e atividades vitais à ordem social. Reunia em torno de si casas, vendas, o Paço, congregava fiéis e atendia às necessidades seculares como as de recreio, mercado, bem como as de caráter político e militar” (Lima, 2000, p. 11)

Isso significa que em sua transformação, ou seja, com a alteração das praças em Jardins, toda a cidade necessitava de mudança. “Transformar a praça em jardim, modificar sua forma e função, significa interferir na estrutura mesma da cidade, alterando sua lógica de organização espacial, política e social” (Lima, 200, p. 11)

Não só o uso e a forma caracterizavam a diferenciação entre praça e jardim; enquanto que a praça necessariamente “*faz parte*” dos edifícios que a circundam como a Casa de Câmara e Cadeia e a igreja, o jardim se faz autônomo, ele próprio se constitui um monumento. A realização do jardim paralelamente à reforma do frontispício da igreja cria uma nova relação espacial urbana. Como elementos da “cidade moderna” redefinem toda a paisagem criando um novo arranjo na dinâmica dos comportamentos e costumes do cidadão (Lima, 2000, p. 37)

Fenômeno semelhante também ocorreu em várias regiões do país, principalmente no Rio de Janeiro. Nas transformações urbanas do século XIX a necessidade de tornar a cidade “mais salubre e moderna”, foi fundamental a inclusão de áreas verdes. As espécies aqui introduzidas foram cultivadas pela mão de um profissional qualificado – o jardineiro, que dotará a cidade de importantes jardins, tanto em áreas antes insalubres como nas novas áreas nobres. Os projetos de ruas arborizadas, casas ajardinadas e jardins públicos contribuíram

para tornar o Rio de Janeiro uma capital mais conhecida e exemplo para outras cidades brasileiras.

A prática do jardim, que no Brasil teve início com o Passeio Público do Rio de Janeiro, projetado e construído pelo Mestre Valentim, persiste por todo século seguinte; entretanto, é na segunda metade do século XIX que os jardins se multiplicam de forma a se tornar *"elemento imprescindível na paisagem urbana. Nesse momento, o jardim se sobrepõe ao tradicional espaço da praça pública"*. (Lima, 2000, p. 35).

Em Itu, paralelamente às transformações pela qual passavam os frontispícios das igrejas coloniais, as praças, também coloniais, acabaram da mesma forma por sentir reflexos dessa modernidade. Já em 1844 o português Felix dos Santos *"solicitava e obtinha da Câmara Municipal licença para plantar árvores de casuarinas no largo de S. Bom Jesus"*. (Nardy, vol.1, 2000, p. 237) No entanto, a pintura de Miguel Dutra, datada de 1841, três anos antes da solicitação do senhor Felix, já mostra as casuarinas no largo do Bom Jesus; acreditamos que a datação não esteja correta; outra pintura do mesmo autor, datada de 1851, também mostra as mesmas árvores já crescidas. De qualquer forma, essa foi a primeira tentativa de ajardinamento de uma praça ituana.

figura 11
Centro histórico de Itu, área tombada pelo Condephaat.
Em evidência, suas principais praças e jardins.

O largo do Bom Jesus é o mais antigo da cidade, foi naquele local que em fevereiro de 1610 o bandeirante Domingos Fernandes junto com seu genro Cristóvão Dinis fundaram a primitiva capela em devoção a Nossa Senhora da Candelária.

Segundo o mesmo professor Nardy Filho, essas casuarinas se tornaram motivo de uma grande discussão entre dois destacados personagens da Itu no ano de 1877. De um lado o padre Bartolomeu Taddei, responsável pela igreja do Bom Jesus, que apoiado por outros moradores do largo, queria arrancadas as arvores dali, pois *"essas casuarinas [...] com suas raízes e folhas estavam danificando os alicerces e telhados da igreja e de outras casas desse largo"*. Do outro lado, encontrava-se o vereador Coronel Anhaia, contrário a retirada das árvores. (Nardy, vol.1, 2000, p. 237)

A interpretação do professor Francisco Nardy aponta que essa discussão foi fruto de uma briga pessoal que nada tinha de relação direta com as árvores, mas sim com os rojões que os paroquianos e a Igreja soltam em dias de festa, uma vez que o Coronel Anhaia, também morador do largo, não gostava dos assíduos barulhos. (Nardy, vol.1, 2000, p. 237)

No entanto, essa discussão reflete claramente o embate entre o conservadorismo, defensor da manutenção do espaço religioso, e a busca da modernidade, refletida na primeira idealização de se transformar uma praça pública em um espaço ajardinado.

Levada à Câmara Municipal, pelo vereador Vasconcelos Tavares, a questão acabou sendo pauta de *"sessão da Câmara [em] 5 de abril de 1887"* e acabou sendo resolvida com a decisão de se arrancar as arvores. (Nardy, vol.1, 2000, p. 237)

O liberal jornal Imprensa Ytuana do dia 8 de abril, logo na seqüência da decisão da câmara, publica uma nota repudiando a medida, pois seria uma contradição realizá-la uma vez que a cidade passava por um processo que visava seu embelezamento, sendo que inclusive naquele exato momento a praça da Matriz também vivenciava experiência de arborização e, se efetivassem o corte das casuarinas do Bom Jesus, no futuro também poderia ocorrer o mesmo com o largo da Matriz.

Figura 12
Largo do bom Jesus com as casuarinas já grandes em detalhe de pintura de Dutra 1851

O episódio do corte das casuarinas assinalou o início do processo de separação entre Igreja e espaço público. À Igreja, solicitava-se a partir de então, uma nova impoção do publica do domínio do espaço urbano.

No ano de 1873, o Capitão Francisco Pereira Mendes, em sua despedida do cargo de presidente da câmara municipal, apresentou um relatório onde situa entre seus principais feitos as obras de sanitarismo e embelezamento referente às principais praças da cidade.

“[...] Como embelezamento para a cidade e mesmo por um princípio hygienico, resolvemos arborisar alguns largos, tendo sido até o presente arborisado o da Matriz e augmentado a arborisação do largo do Carmo” (OY, ed. 3. 19/01/1873, p. 02)

Embelezar e higienizar foram qualificativos que caminharam juntos. Seja nos jardins, nos templos, no mercado ou no novo cemitério, esses elementos acompanharam praticamente todos os empreendimentos do “programa” de cidade moderna.

Vale lembrar que o ano de 1873 é o mesmo ano da inauguração da estrada de ferro e de sua estação que, como salientamos, materializavam as novas idéias para a modernização da cidade.

O largo do Bom Jesus passou por outra intervenção significativa no início do século seguinte, logo após a reforma do frontispício da igreja do Bom Jesus, quando também se realizou o novo ajardinamento da antiga praça.

Figura 13
O largo do Bom Jesus após o ajardinamento de 1905

O jornal Cidade de Ytu em fevereiro de 1905 publicava uma nota em que elogiava a planta da reforma do largo do Bom Jesus, cujas obras já haviam sido iniciadas. Em nota sobre os serviços municipais, o referido jornal publicou:

"Serviços Municipaes

Já tiveram começo os serviços para o embelezamento do Largo do Bom Jesus, que segundo a planta que vimos, ficará muito chic" (CY, no. 868, 23/02/1905, p. 02).

A intervenção criou duas grandes calçadas laterais, mantendo ao meio um amplo leito carroçável, um grande corredor que acabava à porta da igreja, criando um novo tipo de relação entre elas, não mais o da praça subordinada aos edifícios, mas o de edifícios que se somam ao jardim para criar um espaço mais aprazível e condizente com novos valores estéticos e sociais. Era um novo espaço que não mais simbolizava elementos coloniais e sim uma nova representação, um monumento em si mesmo. O antigo espaço religioso ocupado nos fins de semana quando se realizam os cultos religiosos passou a representar uma nova maneira de se viver na cidade.

Essa forma durou algumas décadas até que uma nova intervenção modificou-a radicalmente, criando vários jardins ao centro da antiga praça e ruas ao seu redor.

figura 14
O largo do Bom Jesus em foto da década de 1940 (?)

Provavelmente é a década de 1870 que marca uma das mais significativas realizações no sentido de embelezamento e modernização das praças ituanas. Entendemos ser essa a década que propiciou a Itu as palmeiras imperiais plantadas no largo do Carmo. Vimos anteriormente que no relatório o presidente da câmara, Capitão Francisco Pereira Mendes Junior apontava para um aumento da arborização do largo do Carmo que teria ocorrido em sua gestão, período compreendido entre 1869 e 1873; diversas fotografias da década de 1890 apresentam o largo do Carmo já com as palmeiras crescidas.

Figura 15
O largo do Carmo em foto da década de 1950 (?)

Embora seja originária das Antilhas, foi trazida ao Brasil em 1809 pelo chefe de divisão da marinha portuguesa Luiz d'Abreu Vieira e Silva, que chegava ao Rio de Janeiro, vindo diretamente da Ilha de França (atual Ilhas Maurício), onde esteve capturado e preso pelos franceses após o naufrágio de sua embarcação. Quando liberado, seguiu para cá, trazendo, de forma ilegal, vinte caixotes carregados com sementes de plantas exóticas, entre as quais também se

encontrava a "*Roystonea oleracea*" – que foi plantada no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, pelo próprio Príncipe Regente, D. João VI e acabou por se tornar símbolo da Monarquia aqui instalada. (D'Elboux, 2006)

A palmeira, espécie preferida de D. João VI, teve sua imagem vinculada diretamente ao império e, posteriormente, à Primeira República. Segundo Roseli Maria Martins D'Elboux essa espécie assumiu forte significado na história brasileira. Distribuída pelo imperador à elite agrária ajudava a criar certo vínculo entre ele e os cafeicultores, pois havia uma necessidade de fortalecimento de sua identidade no Segundo Reinado. (D'Elboux, 2006)

Figura 16
Palmeiras do Carmo já com tamanho significativo.
Foto de 1890.

Segundo Nardy Filho, as “*bellas palmeiras imperiais do largo do Carmo* [hoje – Praça da Independência], *foram plantadas pelo sr. Barão do Itahym*”. (Nardy, vol.1, 2000, p. 238). Curiosamente, a história oral nos conta que essas palmeiras teriam sido presente de D. Pedro em uma de suas visitas a cidade. Sabemos que o Imperador esteve em Itu por duas vezes: a primeira, ainda na década de 1840, pouco após ter assumido o trono; a segunda, em 1876, quando esteve em visita a diversas cidades da região.

Figura 17
As palmeiras do Carmo em meados do século XX

A Igreja de Nossa Senhora do Carmo, a única igreja colonial da cidade que não experimentou reformas significativas no período de nosso estudo, teve, ainda assim, uma radical modificação em sua relação com o espaço urbano: se antes a praça figurava como uma continuação de seu adro, agora o corredor formado pelas palmeiras conduz o olhar do espectador a seu frontispício, ainda colonial, mas imediatamente remetendo a um significado de modernidade cunhado pelas monumentais palmeiras da alameda.

A praça da matriz foi com certeza uma das mais agraciadas por essas intervenções como mostra a nota do jornal Imprensa Ytuana do mês de julho de 1876.

"O ajardinamento da Matriz

Há algum tempo despertou entre algumas pessoas a idéia de ajardinamento do largo da Matriz desta cidade [...] Deixando de parte as vantagens que colherá a salubridade publica da execução d'esse projecto, pois esta no animo de todos o quanto a vegetação purifica o ar; acresce ainda que a cidade lucrá immensamente pelo lado de seu embelesamento [...]

Em algum lugar como este, onde, infelizmente não temos um só passeio digno de tal nome não se deve dar mão de um projecto que, posto em prática, será de um resultado tão bonito não só pelo lado da hygiene como também por fornecer um excellente ponto de reunião às tardes e nas aprasiveis noites de luar [...] sem ser preciso dispende-se grande capital para por-se em pratica, como estamos vendo em outras cidades , como Santos, Campinas, Jundiahy, sem fallar-mos no Rio de janeiro, onde tem grande porção de largos ajardinados [...].

O gradel, os portões e os bancos serão só, podemos affiançar, as únicas despesas que pesarão sobre a câmara, porque a factura do jardim, seo plantio, principalmente hoje com o systema de ajardinamento inglez, não é de grande dispêndio [...]" (IY, ed. 22, 09/07/1876, p. 01)

A nota demonstra, de forma bastante objetiva, como a transformação da praça em jardim estava relacionada aos demais aspectos que propiciavam modernidade à cidade: fala em "*salubridade pública, embelezamento, hygiene*", elementos fundamentais do "projeto de cidade moderna" difundido naquele momento; indiretamente critica a praça, pois o antigo espaço não mais condiz

com a nova realidade de cidade que precisa de um “*passeio digno*” onde se possam realizar reuniões “*às tardes e nas aprazíveis noites de luar*”; certamente aqui se faziam influentes aspectos da Europa “civilizada”, sobretudo da Inglaterra, de onde chegam os modelos de “*sistemas de ajardinamento*”.

Vemos ainda, uma clara demonstração de que essas reformas não se verificavam como evento localizado, mas ao contrário, eram reformas que ocorriam em todas as importantes cidades da província. Também percebemos certa preocupação com a importação de modelos europeus para a prática dessa modernização. Essa mesma influência que veremos mais adiante, quando o pároco Miguel Correia Pacheco, impressionado pelos edifícios londrinos, resolve pela reforma na fachada da matriz ituana.

Edição posterior do mesmo jornal volta a enfatizar que a preocupação com o ajardinamento dessas praças estava realmente relacionado às questões de embelezamento e sanitarismo.

“[...] nutrimos firme convicção, effectuar-se o ajardinamento do largo da Matriz, vantagens não só para o aformoseamento daquelle largo [...] mas sim para a salubridade publica” (IY, ed. 25, 06/08/1876, p. 01)

Já em 1889, mesmo ano em que seria finalizada a reforma no frontispício da Matriz, outra nota do mesmo jornal falava em “*subscrição popular*” para um jardim no largo da Matriz.

“Jardim

“Consta-nos que os srs. Paulino Pacheco, José Jacinto Ribeiro e Luiz Gabriel de Souza Freitas, pretendem promover uma subscrição popular para um jardim no pateo da matriz.

Magnífica idéia.

Que sejam felizes e que não esmoreção” (IY, 09/06/1889, ed. 467, p. 02)

A fotografia de 1890 mostra o largo da matriz já reformado: uma grade agora o separa da igreja, ou melhor, da Igreja. O passeio público não é mais o lugar da fixação de monumentos, opostamente à tradição colonial ele próprio se faz monumento e transforma o modo de viver na “cidade moderna”. Monumento ladeado a outros, em imponentes avenidas, jardim e igreja guardam entre si forte relação, pois os dois representam uma nova forma de viver na cidade: é a

possibilidade de se apreciar a 'moderna' fachada da matriz sentado em um banco à sombra da árvore. O novo espaço possui também um coreto: o antigo espaço das procissões foi transformado em espaço laico – é o local onde aos domingos a população se dirige para assistir à apresentação das bandas da cidade.

Figura 18

A Matriz já com nova fachada e a praça, ainda sem ter sido ajardinada. 1890

Figura 19

Em 1899, o largo da Matriz já com ajardinamento, coreto e grades em todo seu contorno.

Na cidade de Itu do princípio do século XX já não mais se observava praças de chão de terra, pois esse antigo espaço de representação colonial se transformou em espaço ajardinado, próprio para a convivência da “sociedade moderna”. Os novos jardins configuram-se em espaços consoantes com as alterações urbanísticas que visavam modernizar a cidade, valorizando a natureza e o lazer e possibilitando uma vivência salubre.

2.3 - O cemitério municipal

“Verdade é o facto desse grande número de cemitérios dentro dos muros da cidade, dando-lhe um ar tristonho e pondo em perigo a saúde publica, foi sempre visto como um mal que necessitava ser sanado”

Francisco Nardi Filho

No Brasil, desde o período colonial, era tradição o enterro dos mortos no interior das igrejas ou nos cemitérios das Ordens ou das Irmandades. Entretanto, essa prática já há muito tempo estava sendo contestada, principalmente por sanitaristas. É assim que no começo do século XIX se assiste a um forte debate, pois, com a influência da Revolução Francesa e do positivismo de Comte, os médicos e sanitaristas passam a defender o fim dos sepultamentos nas igrejas, por considerarem essa prática extremamente arcaica e, sobretudo, nociva à saúde pública. Mirando-se no exemplo do que já acontecia em muitos países europeus, onde esse hábito havia praticamente sido abolido, esses sanitaristas passam a defender a construção de novos cemitérios.

Consequência dessa discussão, ritos fúnebres que até então pertenciam às ordens religiosas passam por profundas transformações. Os ideários de salubridade, sanitarismo e embelezamento também se fizeram influentes nos rituais relativos à morte, os antigos cemitérios adjacentes às igrejas são extintos paralelamente à reforma que se processa nestes templos: os edifícios de fachadas “modernas” não mais poderiam ter em seu interior, ou mesmo em área extensa

ao seu lado, uma prática tão arcaica e tão oposta aos higiênicos hábitos dessa nova sociedade urbana.

Em Itu era grande o número de ordens. Havia ordens primeiras, ordens segundas e ordens terceiras, cada uma delas com seu cemitério particular, assim é que:

"Alem do Cemitério Parochial, [que era o principal, havia o] Cemitério Reúno, á que também davam o nome de Cemitério dos Escravos, havia o Cemitério da Irmandade de São Benedicto, o da Rosário, da Boa Morte, o da V. O. T. do Carmo, da V. O. T. de S. Francisco, o Jazigo do Carmo, os cemitérios dos Conventos do Carmo e de S. Francisco. (Nardy, vol.1, 2000, p. 231)

O debate sobre a questão do novo cemitério da cidade começou cedo. Em sessão da Câmara Municipal, no dia 20 de julho de 1829 o capitão Antonio Correia Pacheco e Silva fez um requerimento pedindo a transferência do cemitério paroquial para fora da vila, sendo que após o pedido ter sido aceito, determinou à câmara que se realizasse balizamento do terreno ao lado do hospital para o novo cemitério. Entretanto, devido à oposição das irmandades e confrarias a idéia acabou não se realizando. (Nardy, vol.1, 2000, p. 231)

figura 20
Ruínas do Cemitério do Carmo

No início da década de 1870, a discussão volta à tona, sendo que por mais de um decênio tal discussão foi permanente.

Toda essa discussão repercute claramente no mais importante jornal da cidade, o Jornal Imprensa Ytuana, em que frequentemente se publicam textos ora contra, ora a favor do novo cemitério. É assim que já em 1876, questionando o não cumprimento de lei que proibia o enterro no interior das igrejas, o jornal publica o seguinte texto com o título "*Enterramento nas Igrejas*":

"Muito se tem dicto e escripto sobre o fatal costume de enterrar cadáveres nas igrejas e sachristias; já tem sido latamente demonstrados os males, as conseqüências funestas que podem nascer d'esse facto; visto como elle vai de encontro a todos os preceitos da hygiene publica.

No entanto, entre nós, não vemos uma prohibição terminantemente expressa (...) A Câmara consente no enterramento mediante a multa de 30\$000 e 8 dias de prisão (...) Em vista do que levamos dicto uma vez demonstrado que o artigo de postura não é expressamente prohibitivo, pedimos a câmara municipal (...) para remover aquelle mal (...).

Consta-nos que há uma lei Provincial authorisando as câmaras municipais de todas as localidades a promoverem a criação de cemitérios públicos prohibindo assim o enterramento de cadáveres em cemitérios particulares dentro das povoações" (IY, 28/05/1876, ed. 16, p. 1)

Novamente os ideais sanitaristas se encontram no centro do debate.

Alguns anos depois, em 1883, o jornal Imprensa Ytuana outra significativa referência, onde o autor reclama "[...] *pela hygiene em bem da salubridade pública, pela própria lei, em bem da humanidade o estabelecimento do cemitério para todos...*". Além da questão da hygiene, o autor situa a retirada dos cemitérios como um ato de embelezamento, pois com a construção de um novo cemitério se realizará "[...] *aformoseamento da cidade que jamais se poderá realizar sem a extinção do grande número de focos pestíferos que ela possui em seu seio*". (IY, 22/02/1883, ed. 357, p. 02) A cidade bela é a cidade racional e salubre.

A construção do novo cemitério, da mesma forma que os novos jardins e novas fachadas das igrejas, contribuía fortemente para apagar aquela imagem de

cidade antiga; o cemitério novo não apenas representava preocupação com a salubridade pública, não apenas se buscava eliminar os “focos pestíferos”, deixa claro o autor que sem a retirada dos antigos cemitérios da área central da cidade não se alcançaria o aformoseamento pleno: toda a cidade teria de participar do “programa” de sanitarismo e embelezamento.

O padre Miguel Correia Pacheco, pároco da cidade, também se preocupou com as questões de sanitarismo e embelezamento da cidade; foi um dos mais fortes defensores da criação do novo e centralizado cemitério para a cidade. No início de 1883, em meio às discussões sobre a construção do novo cemitério municipal, padre Miguel envia uma carta à Câmara Municipal onde defende, com veemência, o novo cemitério:

“Exmos. Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal:
Sendo hoje, entre nós, geralmente praticado o uso de um só cemitério, situado em lugar aconselhado pela hygiene [...] tem já várias câmaras tratado de pôr em prática entre nós este uso, porém aqui ainda não pude; o que me obriga agora a propor a alta apreciação de VV.SS. Estas verdades e instar pela realização delas [...] não convém que se sepultem por tantos cemitérios sem decência nem ornatos, em lugar diametralmente oposto aos conselhos como se acha o cemitério da Boa Morte, contrário à prática de S. Paulo, Rio de Janeiro e de toda Europa Culta. É a experiência, o bom senso e a hygiene que soem aconselhar essa medida como indispensável no nosso tempo [...] sendo muitos os cemitérios e o lugar pobre, segue-se que serão indecentes e incapazes estes cemitérios todos, o que, pelo contrário, estando reunidos num só assim não acontecerá [...] e poder-se-á ter um bom e bem ornado cemitério [...]” (apud: Nardy, 2000, vol. 6, pp.119-120)

Embora a tendência fosse pela extinção dos antigos cemitérios e construção de um novo “*extra-muros*” havia opositores a essa idéia, como as próprias ordens religiosas que, por um lado, não aceitavam o desaparecimento de mais uma de suas antigas tradições e, por outro, tinham nessa atividade uma importante fonte de renda, como nos demonstra um relatório da Câmara Municipal de 1837, endereçado ao Governo Provincial, informando a causa da diminuição da renda da fábrica da Matriz: “*se achão diminutas as rendas da fabrica da Matriz devido à*

proibição de se enterrarem corpos dentro da Matriz, que então havia sepulturas de cinco a quinze patacas". (Nardy, vol.1, 2000, p. 231)

Sim, além da questão sanitária, o embelezamento também será promotor do novo cemitério. "*Merencório e triste*", (Nardy, vol.1, 2000, p. 232) esse é o aspecto que apresenta a cidade, devido aos vários cemitérios existentes, o que também vai justificar o fechamento dos cemitérios das irmandades e a construção de um novo – no subúrbio da cidade.

figura 21
Mapa de Itu em fins do XIX. Cemitério afastado da área urbana

"... Fala, pois, da edificação do cemitério extramuros que já se acha em começo e sua construção, em lugar muito apropriado em um dos subúrbios desta cidade (...)

É bem verdade que o aspecto de nossa bela cidade apresenta-se merencório e triste aos olhos do viajor que a vista, encontrando diversos cemitérios, nas entradas e vias principais". (IY. 06/05/1883, ed. 378, p. 04)

É assim que, em 1883, a "*Câmara Municipal aceitou a proposta do Ten. Luciano Francisco de Lima para a factura desse cemitério. Deve ter 725 palmos*

em cada face e custará 6:500\$500'. (Imprensa Ytuana, ed. 374, 19/04/1883, p. 02) Segundo Francisco Nardy Filho, as exigências da Câmara fizeram com que o Ten. Luciano se negasse a prosseguir com a proposta e a obra acabou sendo entregue ao senhor Antonio Joaquim Rodrigues. (Nardy, vol.1, 2000, p. 232)

E assim foi construído o cemitério que, algumas semanas antes de sua inauguração, ainda provocava manifestações, como a demonstrada na "*sessão livre*" do Jornal Imprensa Ytuana de 2 de setembro de 1884, escrita de forma irônica por um leitor inconformado com o fechamento dos cemitérios das irmandades.

"Cemitério Extra Muros

Está reservado para a Câmara Municipal, desta cidade, solenizar de modo singular o dia 28 de setembro ! Essa data que há de ser para o Brasil a página mais brilhante de sua história, foi todavia a escolhida para o fechamento dos jazigos e cemitérios das diversas irmandades, mostrando deste modo, o respeito e veneração que esta Câmara vota às cinzas dos nossos antepassados e isto, sob o fútil pretexto de conveniências da salubridade pública. Se é contra a higiene enterrar-se cadáveres em cemitérios intra-muros, como permitiu a nossa Câmara que, no Colégio de São José, onde habitam centenas de meninas, se façam os enterramentos das freiras dentro de igreja, sendo aí, o lugar onde as meninas passam a maior parte do tempo [...].

Não seria de melhor aviso que a Câmara comunicasse a cada uma das irmandades, indicando a parte que lhe fosse reservada no quadro do cemitério, do que mandar intimá-las para fecharem os seus jazigos [...]" (IY, ed. 513. 02/09/1884, p. 02)

O texto ainda mostra que havia ou haviam exceções, como a permissão dada ao Colégio das Irmãs de São José para a manutenção do enterro no interior da igreja.

O novo cemitério foi benzido e inaugurado no dia 28 de setembro de 1884. Era a inauguração de mais uma face da modernidade. A solenidade contou com a presença de

“uma comissão da Câmara Municipal, composta pelos Srs. Vereadores, Ten. Joachim Clemente da Silva, Carlos Kiehl e Adholfo Bauer e de muitas outras pessoas [...] Está preenchida uma das grandes necessidades reclamadas pela higihene desta cidade” (IY, ed. 512, 28/09/1884, p. 02)

Alguns dias após sua inauguração foi publicado o regulamento de seu funcionamento. Seu 25º. Artigo dava “às *Irmandades ou Confrarias* [a possibilidade de] *edificação de Catacumbas mediante plano aprovado pela Câmara*”. (IY, ed. 515, 09/10/1884, p. 03) Esse “*benefício*” não foi suficiente, pois, no dia 22 de janeiro de 1885, a Ordem Terceira de São Francisco, também não aceitando a obrigação da utilização do Cemitério Municipal, fez um requerimento à Assembléia Provincial solicitando autorização para manter o uso de seu cemitério particular como se observa neste documento:

“Ilustrissimos eExcelentíssimos Senhores Deputados a Assembleia Legislativa Provincial

Requerimento da Ordem 3º de São Francisco da cidade de Ytú pedindo permissão para continuar a gosar do cemitério particular que possui.

A Veneravel Ordem 3º de São Francisco da cidade de Ytú pede a Vossas Exas que dignam-se autorizar que a Ordem continue a gosar do cemitério particular que possue.

O Ato Adclcional a Constituição Política do Império conferiu a Assembleia Provincial o poder de legislar sobre os cemitérios, sem prejuízos dos direitos do Estado e dos da Igreja. A lei proíbe cemitérios particulares e estabeleceu o enterro obrigatório em cemitério municipal.

Mas a Assembléia Provincial pode dispensar na lei a imitação da Assembléia Geral Legislativa.

O cemitério da Ordem não offende a salubridade publica. Se não for dada a autorização solicitada dificilmente se manterá a Ordem. É de equidade a dispensa da lei que pede. Arrumar o espírito religioso e auxiliar a associação religiosa, sem prejuízo do interesse publico, é um aderir público.

Pede pois a V. Exas. Que se dignem autorizar a manutenção do referido cemitério para o enterro dos membros da mencionada Ordem, sendo-lhes conferida a adminstração do cemitério.

Confiada na illustração e equidade de V. Exas. Pede deferimento na forma requerida.

E.R.M

Ytú, 22 de janeiro de 1885". (AALESP, doc. CJ85.012)

A postura de determinadas alas da Igreja nos permite entender que num primeiro momento essas modernizações não foram bem aceitas, sendo que as ordens, confrarias ou irmandades, além de ter a antiga tradição rompida, perderam parte significativa de sua autonomia e uma de suas principais fontes de renda. Entretanto, num segundo momento essas mudanças acabaram por ser amplamente absorvidas, pois a mesma Ordem Terceira de São Francisco, que a princípio não aceitava o novo cemitério, promoveu alguns anos depois – provavelmente por influência da reforma da Matriz - uma modificação na fachada de sua igreja professamente inspirada nos ideais de modernização.

Se as praças deveriam ostentar aspecto salubre e belo e se os novos frontispícios das igrejas também tinham de refletir modernidade, seus interiores não mais poderiam continuar com a antiga prática do enterro, nem mesmo na lateral ou nos fundos do templo poderiam continuariam os insalubres cemitérios, pois o “programa” de reformas urbanas – aquele do embelezamento e do sanitarismo – deveria funcionar para toda a cidade; assim também ocorreria com o novo matadouro e mercado.

Mesmo fora da cidade o novo cemitério não é mais aquele descrito pelo professor Francisco Nardy – *“Merencório e triste”*. Agora ostenta monumentos representativos da nova ordem vigente.

Um dos aspectos que hoje mais nos chama atenção no cemitério é a sua ornamentação, pois, no final século XIX, marcado por rupturas entre Igreja e Estado, as imagens laicas passam a ser fundamentais adornos das sepulturas.

Buscando o significado dos símbolos e suas relações com o Positivismo nas sepulturas do cemitério de Itu no século XIX, Carlos Eduardo Massoco acabou encontrando diversas alusões às questões que dominavam o cenário cultural. Entre elas, algumas exaltam exatamente questões que levaram ao surgimento do novo cemitério e a ideais políticos e culturais daquele período. O trabalho mostra a forte influência do imaginário positivista na Igreja Católica que, de uma forma ou

de outra, acabou por incorporar ritos do positivismo, como por exemplo, o aspecto de exaltação e comoção no culto aos mortos. (Massoco, 2006, p.23-27)

Entre os símbolos encontrados em túmulos ainda de fins do século XIX, verifica-se uma grande quantidade de alegorias referentes à República e ao Positivismo. Destacam-se a figura feminina e o globo alado, amplamente utilizados. (Massoco, 2006, p. 32-35). Desde a antiguidade a sociedade se apossou da figura feminina como representação da República; essa utilização foi retomada na França com a Proclamação da Segunda República.

figura 22
Globo Alado. Cemitério Municipal de Itu.

Uma combinação da religião e filosofia, eis a representação do Globo Alado – “*um antigo emblema dos romanos*” que os positivistas também retomaram no século XIX. Sua semelhança com o globo da bandeira adotada no início da República é impressionante, pois se trata de um globo com uma faixa que o cruza em sentido descendente. Assinale-se ainda que a bandeira brasileira é obra de Décio Villares, importante membro da Igreja Positivista do Brasil. (Massoco, 2006, p. 34).

A nascente República seria frequentemente lembrada: os monumentos do novo cemitério não esqueceriam de também assinalar a existência de um novo sistema político. É assim que com o falecimento de personagens republicanos suas famílias tinham a preocupação de deixar em seus túmulos algumas marcas de suas idéias em vida, idéias que se materializam rapidamente nos novos edifícios da cidade.

figura 23
Figura feminina - Cemitério Municipal de Itu.

2.4 – O Matadouro Municipal

Segundo Ana Maria Monteiro, o ano de 1879 foi um dos mais importantes na carreira de Ramos de Azevedo, pois foi ali que ele iniciou sua participação em duas destacadas construções na cidade de Campinas que fizeram alavancar sua projeção para toda a Província. Uma delas foi “*sua contratação para o término das obras da Matriz nova [e a outra] sua participação na Companhia Campineira do Matadouro Municipal*”. (Monteiro, 2000, p. 49).

Embora o matadouro municipal de Campinas tenha sido inaugurado somente em 1885, desde o ano de 1879 já se tinha seu projeto efetivado, pois “[...] *nessa ocasião, realizou-se na Livraria Universal a exposição do projeto elaborado por Ramos de Azevedo*”. (Monteiro, 2000, p. 50).

A relação entre o Matadouro de Campinas e o de Itu é direta e extremamente significativa, pois além de ambos terem sido projetados pelo mesmo arquiteto e inaugurados quase paralelamente, seus projetos – embora de escalas diferenciadas – possuem formas bastante semelhante.

Em ambos os projetos também nos parece evidente a influência do método de projeção desenvolvido por Durand, onde estruturas da edificação são, além de econômicas e adequadas, realizadas pela racional e rigorosa permutação de módulos geométricos de tipos fixos de plantas e com variadas alternativas para as elevações. Este será o sistema projectual que Ramos de Azevedo utilizou alguns anos depois no frontispício da igreja matriz da mesma cidade e que trazia como um legado do moderno programa de ensino em voga nas escolas politécnicas da Europa.

Antes do projeto de Ramos de Azevedo, em outubro de 1845 foi proposta à Câmara Municipal de Itu *"a criação de um matadouro para sanear as faltas"*, pois até então, as rezes eram abatidas em *"quintaes particulares situados nos arrabaldes da povoação"*. Tendo sido a proposta do vereador Manuel Martins de Mello aceita, foi nomeada uma comissão que escolheu o terreno e, após a aprovação dessa escolha, *"foram iniciadas as obras"* e em outubro de 1849, inaugurado o novo edifício. (Nardy, vol.1, 2000, p. 229).

Imagem 26
Mapa da Cidade de Itu em meados do século XIX, com a localização do Matadouro Municipal.

De acordo com a escolha da comissão formada por vereadores, o Matadouro de Itu foi construído em “*uma parte do pasto do hospital dos morpheticos*”. (Nardy. Vol.1, 2000, p. 229). Este hospital, criado em 1804 pelo padre Antonio Pacheco e Silva, tinha como principal finalidade o tratamento de leprosos e, por isso fora construído em área distanciada do centro urbano. Entendemos que esse distanciamento balizou a escolha do lugar para o novo matadouro.

“Não passava esse Matadouro de um grande curral, com duas divisões, um telheiro onde eram abatidas as rezes, e mais algumas outras pequenas dependências; esse Matadouro, embora muito rudimentar e muito deixando a desejar, serviu durante 37 annos” (Nardy, vol.1 2000, p. 229).

Esse era o Matadouro de 1849 e que a cidade utilizou até 18 de setembro de 1886, dia em que foi inaugurado o novo Matadouro Municipal, aquele projetado por Ramos de Azevedo.

Vale lembrar que o mesmo ano de 1849 marca a idealização e início das obras da construção de um novo Matadouro Público para a cidade de São Paulo, que, da mesma forma que o de Itu, deveria ser construído distante da área urbana.

Entre 1883 e 1886, mesmo período em que se construía e inaugurava o novo cemitério, e que diversas outras modernizações ocorriam pela cidade, foi que se idealizou e construiu o novo Matadouro Municipal.

Segundo o professor Francisco Nardy Filho, foi em “*sessão de 14 de novembro de 1883 [que] resolveu a Camara construir o novo cemitério*”, sendo que já em 1884 adquiriu um terreno pela quantia de 1:200\$000” e logo em seguida encarrega “*o engenheiro Dr. Bernardo Morelli do levantamento da planta do mesmo, incumbindo ao Dr. Ramos de Azevedo de organizar o projeto, planta e orçamento para o novo Matadouro*” (Nardy, vol.1, 2000, p. 230). O edifício, planejado para um funcionamento bastante racional, possui formas regulares e simétricas.

Em 1884, ano em que a câmara ituana contratou Ramos de Azevedo, o matadouro de Campinas tinha suas obras quase concluídas, o que ocorreria no ano seguinte. A partir dos desenhos do matadouro campineiro Ramos de Azevedo projetou o matadouro de Itu, pois embora a escala seja diferente, a organização espacial, o agenciamento dos blocos e seus usos são perfeitamente iguais, tendo em sua fachada dois blocos com pátio e portão de entrada ao meio; um pátio maior em seguida e logo atrás outros dois blocos – denominados “*secção dos bois*”; no caso do Matadouro de Campinas, eram unidos por um bloco central e, no caso do de Itu, essa ligação foi feita por uma cobertura com estrutura metálica.

Em 18 de setembro de 1886 se inaugurava o matadouro de Itu. Embora Ramos de Azevedo não tenha sido o responsável pelas obras, o arquiteto teve preocupação em vistoriá-las antes de sua inauguração, momento em que considerou o edifício “*bem construído e de acordo com a planta que fizera*” (Nardy, vol.1, 2000, p. 230).

Imagem 27
Matadouro Municipal de Itu. Levantamento atual

Imagem 28
Matadouro Municipal de Itu. Levantamento atual.
Legendas: elevação 1: Bloco dos bois e, elevação 2: fachada principal.

Imagem 29 – Matadouro de Campinas

Essas proximidades cronológicas e projectuais indicam que as reformas empreendidas por importantes cidades da segunda metade do século XIX não se configuram simplesmente como situações isoladas; faziam sim, parte de uma conjuntura onde as câmaras municipais, através desses novos empreendimentos, de novos regulamentos e novos códigos de posturas, efetivaram “modernizações” buscando, ao mesmo tempo, exercer maior poder no processo de administração dos espaços das cidades.

Enquanto os templos adquirem fachada “moderna”, as antigas praças se transformam em passeios públicos, os cemitérios são retirados da área urbana, também o matadouro municipal deve apresentar um programa moderno, situado “além-muros”. O novo matadouro de Itu, inaugurado poucos anos antes da Proclamação da República é igualmente símbolo da nova prática higienista e embelezadora da cidade, uma das mais claras demonstrações de que além das idéias, os modelos arquitetônicos também tinham circulação.

2.5 - Mercado Municipal

Inaugurado em maio de 1905 o mercado municipal de Itu é uma das principais expressões da ideologia modernizadora na virada de século. Projetado pelo escritório de Ramos de Azevedo o edifício ainda existente foi fruto de uma antiga aspiração da cidade, pois em setembro de 1889, quando a cidade de Guaratinguetá inaugurava seu Mercado Municipal, o jornal Imprensa Ytuana imprimia a seguinte nota:

"[...] Quando damos notícia como esta, confessamos temos inveja.

O Ytu, cidade importante, cheia de tradições, rica, não possui um pequeno mercado. É nas praças publicas, receosos da zanga do sr. fiscal, sujeitos a intempéries do tempo chuvoso ou ardente, que nossos caipiras expõem seus generos a venda. É vergonhoso e digno de lastimar, mas é verdadeira a notícia" (IY, 12/09/1889, ed. 477, p. 02).

Esse tipo de notícia não era situação isolada, pois há muito tempo a cidade reivindicava um mercado. O mesmo jornal, já em 1876, se posicionando como reclamante da opinião pública, afirmava sua necessidade:

"Entre outros melhoramentos, que julgamos reclamados pela opinião publica; cujos resultados ninguém ousará contestar nos pela sua utilidade, é a – criação de uma praça de mercado em Ytu – [...] esta não é uma ideia nova, foi ja ella lembrada em tempos anteriores" (IY, 06/08/1876, ed. 25, p. 01).

Após um longo período de cobranças, a cidade pode enfim desfrutar do seu mercado. Como relata o professor Nardy Filho, na década de 1920, é um " [...] *edifício amplo, claro, bem ventilado, com quartos para o talho, e venda de generos, grandes bancas para verduras, frutas e peixes e tudo **com os preceitos higiênicos necessários*** [...]"(Nardy, vol.1, 2000, p. 233) (grifo nosso)

As características descritas pelo professor Nardy demonstram que o projeto do mercado alinhavava-se plenamente àqueles mesmos ideais sanitaristas que vimos nas praças, no cemitério e no matadouro. Um "*edifício claro e bem ventilado*" responde aos requisitos do Código Sanitário e às exigências da "sociedade moderna."

Contudo, a história do Mercado Municipal de Itu é um pouco mais longa, ela começa ainda no período da dominação portuguesa. Segundo o professor Nardy remonta à virada do século XVIII para o XIX, quando funcionava no largo defronte ao sobrado em que se localizava a Câmara Municipal, o atual largo do Bom Jesus. Ali se localizava o "*açougue e o mercado [local que os] *mercadores expunham a venda seus generos, que os sitiante iam vender o produto de suas lavouras, era ahi que os marchantes picavam e vendiam as carne**". Ainda segundo o pensamento do autor, pode-se considerar, portanto, esse pátio como a "*primeira e aliaz bem primitiva, praça de mercado da então villa de Ytu*". (Nardy, vol.1, 2000, p. 233)

Figura 30
Planta baixa atual.

No ano de 1808 o sobrado da câmara foi vendido juntamente com o largo anexo, assim, da mesma maneira que a câmara, o mercado acabou tendo que ser transferido. Mandou a câmara municipal que se construísse um conjunto de cômodos chamados de *casinhas* em que passaram a funcionar os açougues e as mercearias; enquanto que “*os marchantes e merceeiros passaram a ocupar esses quartos, os sitiantes, os vendedores ambulantes, os quitandeiros se abancavam pelo centro do beco da Quitanda*”. (Nardy, vol.1, 2000, p. 233).

Devido ao crescimento do comércio e aos transtornos causados na via pública pelas atividades do mercado, a câmara municipal determinou em 1855 sua transferência para o pátio da Matriz, aonde funcionou até 1905.

Entre os anos de 1862 e 1886 a câmara municipal recebeu duas propostas de transferência do mercado do largo da Matriz e construção de um edifício específico a tal atividade, entretanto a falta de recursos financeiros impossibilitou a construção. (Nardy, vol.1, 2000, p. 233).

No ano de 1903, o presidente da câmara, o coronel Antonio de Almeida Sampaio, comprou o terreno e no início do ano seguinte deu início às obras de construção do novo mercado.

Figura 31
Mercado Municipal na década de 1920

Segundo Inaldo Lepsch, a câmara municipal adotou o sistema de emissão de letras sendo que a *"liquidação desses papéis se processava por sorteios, em frequência e número que dependiam de disponibilidade orçamentária"*. Lepsch ainda nos conta que, o *"Barão de Itaim contribuiu com 30:000\$000 (trinta contos), representados por títulos, cuja quitação só deve ter ocorrido após sua morte, pois esses papéis figuravam em seu inventário, integralmente, por aquele valor"* (Lepsch, 1999, p. 78)

"Mercado Municipal

Segundo consta nos, deve ter lugar no próximo sabbado o assentamento da primeira pedra para a construção do edifício do Mercado Municipal.

Esse serviço deveria ter-se iniciado hontem, porem, por motivo superior, resolveram adial-o" (CY, Ed. 774, 11 de fevereiro de 1904, p.3)

O ano de 1904, mesmo ano que marcou a conclusão da reforma do frontispício da igreja do Bom Jesus, assinalou o início da construção do mercado municipal. Ao longo desse ano transcorreram as obras do edifício que em meados de setembro teve sua cobertura concluída.

"Mercado Municipal

Hoje segundo constou nos, deve se effectuar o entelhamento da parte central do edifício do Mercado municipal que ja se acha bastante adiantado" (CY, ed. 814, 16/09/1904, p. 02).

Nos primeiros meses de 1905 foram efetivadas as obras do mercado. O edifício retangular possuía várias entradas, organização interna bastante simétrica com amplo corredor ao meio e lojas distribuídas dos dois lados. Seu exterior apresentava platibanda que envolve todo edifício, fachada bastante simples onde se destaca o frontão que tem em seu centro símbolos da então recém-nascida República. Sua inauguração foi anunciada e, posteriormente relatada pelo jornal Cidade de Ytu.

"Mercado Municipal

Deve realizar-se no próximo domingo, a uma hora da tarde, a inauguração solene do Mercado Municipal, conforme resolução tomada na Câmara, na sessão do ultimo domingo" (CY, Ed. 881, 10/05/1905, p.2).

"Com grande concurrencia foi inaugurado o Mercado Municipal no dia 14 do corrente.

Nossas sinceras homenagens á illustre Camara Municipal de Ytu, por ter levado a effeito a conclusão das obras daquelle edifício, iniciadas pela sua digna antecessora; e bem assim, pelos melhoramentos que, alem d'esse tem realizado nesta cidade. (CY, Ed. 882, 19/05/1905, p.1).

Figura 32
Brasão da República. Frontão do Mercado Municipal de Itu.

Mais um ícone do progresso e da modernidade estava inaugurado. Assim, ao mesmo tempo em que a “higiene” e a “salubridade pública” ganhavam o espaço urbano, apagavam-se integralmente os vestígios daquela praça colonial cujo papel era reunir e dar a ver os principais edifícios da cidade, configurando-se com *locus* privilegiado de representação e exposição da ordem social através dos ritos, das manifestações públicas, das festividades e, como seria de se esperar, dos distintos moradores naqueles dias reservados às atividades do mercado. O mercado recolhia-se agora em um edifício e o domínio público por excelência configurava-se a partir das perspectivas que a rua e a circulação de pessoas e produtos, impunha a visualização dos “monumentos” da nova ordem urbana. Com a construção do mercado consumava-se a nova relação que os edifícios religiosos estabeleciam com a cidade.

2.6 - A iluminação pública

A energia elétrica iluminou Itu em dezembro de 1904. Entretanto, essa energia, que foi fornecida por motor a vapor, durou pouco tempo, pois no primeiro mês de 1906 se inaugurava na vizinha cidade de Salto a Usina de Lavras, a 2ª hidrelétrica de São Paulo, que viria fornecer energia a três cidades: Itu, Salto e Porto Feliz. Dois anos mais tarde, o adro da Matriz foi iluminado com a colocação de dois belos postes de ferro fundido, tendo uma luminária em cada uma de suas hastes. Os postes, ainda existentes estão entre os mais significativos patrimônios ituanos, que na virada do século refletiam o advento da modernidade.

Figura 33
Adro da Matriz

A chegada dessa energia elétrica tem raízes em 29 de agosto de 1900, quando Bento Dias de Almeida Prado, o Barão do Itaim, “*em sociedade com Vicente Maurino, através de escritura de compromisso de venda e compra lavrada no 2º Tabelião de Itu [...] adquiriu, de Dona Antonia Fausta Pereira Jordão, pelo*

valor de 20:000\$000 [...] uma cachoeira formada pelas águas do Rio Tietê e mais um terreno com área de 4 alqueires". (Lepsch, 1999, p. 58). Essa negociação acabou chegando à justiça e o negócio não se concretizou. Entretanto, ali começava a história que três anos mais tarde possibilitou o surgimento da "*Companhia Ytuana de Força e Luz*", empresa que logo em seguida ao seu nascimento deu vida à Usina de Lavras, e conseqüentemente, iluminação elétrica a Itu.

Segundo o Professor Nardy Filho, foi em 1849 que na Câmara Municipal de Itu ocorreu pela primeira vez significativa discussão sobre a necessidade de se iluminar a cidade. A indicação do vereador José Antonio Motta situava a necessidade da iluminação tanto pela sua "*utilidade pública como por ser um meio de se evitarem crimes, que podem perpetrar nas trevas*". A análise da "*Comissão de pareceres*" da câmara deu como "*justa e patriótica*" a indicação, mas adiou por entender que existiam outras necessidades primeiras, como "*o calçamento das ruas e outras despesas*". (Nardy, vol.1, 2000, p. 199).

Dois anos depois, a 6 de novembro de 1851, o mesmo vereador Motta apresentou nova indicação sobre o tema:

"Indico que se peça ao Governo alguns lampeões da velha iluminação da Capital, visto que a cidade esta illuminada a gaz e constar que já tem cedido alguns á Sorocaba. E, se forem concedidos se faça um ensaio de iluminação pelas principais ruas da cidade, pedindo a seus moradores a sustentação delles até que a Câmara possa fazer em maior escala com autorisação da Assembléia, a quem tem de se dirigir para esse fim" (apud: Nardy, vol.1, 2000, p. 200)

Tendo a "*Comissão de pareceres*" aprovado tal indicação, a Câmara enviou ofício ao Governo Provincial, solicitando os tais lampiões da capital. Entretanto, a cidade não viria a receber os lampiões.

Entre os anos de 1863 e 1864 discutiu-se acertos, contratos e outros assuntos relacionados ao primeiro sistema de iluminação pública da cidade. Inaugurada em 20 de setembro de 1864, essa iluminação "*a Kerozene*" era composta de:

"20 lampeões collocados, de certa em certa distância, nas trez ruas principaes (Palma, Direita e Commércio), e 4 collocados respectivamente nos largos da Matriz, Carmo e Bom Jesus, sendo 2 no largo da Matriz, um no largo do Carmo e outro no Bom Jesus" (Nardy, vol.1, 2000, p. 205)

Esse foi o sistema que iluminou a cidade por mais de sessenta anos. Uma iluminação que, além de precária, sobretudo pelo distanciamento entre os postes, também necessitava de permanente manutenção e atenção, o que não ocorria. Poucos meses antes da inauguração da nova fachada da Matriz, o jornal Imprensa Ituana denunciava a "*deplorável*" situação que se averiguava nessas luminárias.

"Iluminação

Chamamos a atenção de quem competir para o estado deplorável em que se acha a nossa iluminação; anda-se completamente às escuras, e entretanto muitos lampeões amanhecem acesos e isso sem que se de a luz necessária e outros quando oito ou nove horas da noite já estão apagados. Não sabemos o que atribuir, se é o kerosene ou a falta de fiscalização; se assim for, para tudo há remedeio. Pedimos providencias" (IY, ed. 471, 21/04/1889, p. 02).

No ano de 1875, o Dr. Antonio Caetano Campos, construtor na cidade, solicitou junto à Câmara "*privilégio para illuminação a gaz da cidade*". Entretanto, seu requerimento não teve resposta, "*ficando somente constado em acta a sua apresentação*" (Nardy, vol.1, 2000, p. 205).

Seguidos dez anos deste pedido, a Câmara recebeu as primeiras propostas para a realização de um sistema de iluminação elétrica. A primeira partiu do "*Dr. Ernesto Ferreira França [que] propoz a iluminar a cidade por meio de eletricidade, de acordo com a verba do orçamento [...]*". A segunda foi requerida no mesmo ano pelos senhores "*W. von Putt Kammer e Alexandre Bhemer [que] apresentaram à Câmara o esboço de uma proposta para a iluminação elétrica da cidade*". No entanto, nenhuma delas foi além do papel. (Nardy, vol.1, 2000, p. 205).

Na virada do século, já em pleno regime republicano, com os serviços ainda servidos pelos lampiões a querosene, extremamente deficitários, sob muitas reclamações populares, a Câmara faz a seguinte indicação:

“Indicamos para que sejam chamados concurrentes a quem mais vantagens oferecer ao privilégio de força e luz elétrica com motor hidraulico, podendo funcionar a vapor até o dia determinado na concessão para conclusão de todas as obras” (apud: Nardy, vol.1, 2000, p. 200).

Assim, após aprovação dessa indicação, publicou-se o edital nos jornais “Cidade de Ytu” e “Correio Paulistano”. A proposta vencedora para concessão de energia elétrica na cidade foi apresentada pelos Srs. Luiz Marinho de Azevedo e Antonio Augusto de Souza.

Já em agosto do ano seguinte, quando se oficializava a constituição da “Companhia Ytuana de Força e Luz”, o nome de ambos figurava entre seus acionistas, pois no momento da criação da empresa, cederam-na os direitos do contrato firmado anteriormente com a Câmara. (Lepsch, 1999, 63-66)

Em dezembro de 1904 a companhia começou a servir eletricidade à Itu com energia “de motor a vapor das oficinas dos Irmãos Valentini”. (Nardy, vol.1, 2000, p. 208)

Figura 34
logotipo da Companhia Ituana de Força e Luz.

Em maio de 1905, a eletricidade já chegava às residências ituanas, sendo que o Sr. Octaviano Pereira Mendes, o principal acionista da Ytuana, anunciava no Jornal A Cidade de Ytu, sua nova loja que dispunha de "*Material para instalações elétricas*". (CY, ed. 883, 23/02/1905, p. 02). Nesse mesmo período, o citado jornal também publicava diversas notas sobre a evolução da instalação dos equipamentos de iluminação pública e privada, que ocorria pela cidade.

"Luz Elétrica

Há dias estão assentando os braços de ferro para fixação das lapadas elétricas, nas ruas Direita e do Carmo.

Os mesmos estão sendo instalados a distância de vinte metros"
(CY, no. 791, 18/08/1905: p.2)

"Companhia Ytuana de Força e Luz

[...] Grande número de casas já estão com as respectivas instalações terminadas [...]"(CY, no. 892, 06/07/1905: p.2)

No mês de julho, os equipamentos para funcionar a usina já haviam chegado.

"Companhia Ytuana de Força e Luz

O material necessário para instalação da turbina, já se acha em Salto, e ali na cachoeira das Lavras o serviço prossegue em grande atividade"(CY, ed. 892, 06/07/1905, p. 02)

Em 19 de janeiro de 1906, era inaugurada a Usina de Lavras. Definitivamente a energia elétrica iluminava a cidade. Muitas modernizações ainda estavam por vir, mas a luz era símbolo de um novo tempo, uma nova época, e chegava para permanentemente iluminar essas novas faces da cidade, essas que se iniciaram em 1873, com a chegada da ferrovia.

Entre a chegada da ferrovia e a implantação da energia elétrica transcorreram pouco mais de trinta anos. Três décadas em que liberais, conservadores e religiosos produziram uma profunda transformação na cidade sob os inseparáveis paradigmas da cidade moderna: embelezamento e sanitarismo.

Figura 35
Década de 1930. Funcionários realizando manutenção nos equipamentos da Usina de Lavras.

Figura 36
Elevação lateral da Usina de lavras em levantamento da década de 1930.

III – Novas faces para a nova cidade

As transformações urbanas ocorridas na cidade de Itu refletiram significativamente na arquitetura religiosa. Paralelamente às melhoras urbanas propiciadas com a implantação da ferrovia promoveu-se um complexo “programa” de reformas e construções de novas igrejas na cidade. Os antigos templos, com suas formas coloniais, já não serviam à representação de uma cidade moderna, tal qual o propósito da sociedade ituana de fins do século XIX.

Esse ideário de reformas e construções de novas igrejas foi amplamente praticado em dezenas de cidades paulistas. A importância dessas reformas e construções é atestada pela constante participação do Governo Provincial nesses empreendimentos: apenas na década de 1880, a Diretoria Geral das Obras Públicas de São Paulo financiou mais de uma centena de obras em igrejas da capital e interior.⁷

Em 11 de novembro de 1883 este órgão recebeu da comissão encarregada pelas obras da matriz da vila de Itapecerica o relatório das obras e dos gastos financiados pelo governo; entre 1881 e 1884 a matriz de Jundiaí também passou por obras que foram financiadas pelo governo provincial; da mesma forma ocorreu com a igreja matriz da cidade de Sorocaba no início da década de 1880; com a matriz de Pindamonhangaba em 1889, com a igreja de Nossa senhora da Glória, na capital, em 1888, com a matriz de Cananéia em 1887 e com a matriz de São Luis do Paraitinga em 1887. Estes são alguns exemplos desses muitos relatórios enviados ao governo para demonstrar e comprovar os gastos dessas obras. (APESP. Lata CO5222)

Como uma cidade de grande importância econômica, política e religiosa de São Paulo, Itu é um dos mais destacáveis exemplos desses feitos, pois entre as últimas décadas do século XIX e primeiras do século seguinte, promoveu significativas reformas em quase todos seus templos coloniais,⁸ além de construir outras novas igrejas.

⁷ O Arquivo Público do Estado de São Paulo guarda 5 latas contendo dezenas desses relatórios.

⁸ Dentre as igrejas coloniais, apenas a de Nossa Senhora do Carmo não sofreu reforma significativa neste período.

Esses novos templos tornaram-se forte símbolo de modernidade, uma imagem bastante almejada por liberais, conservadores e até mesmo por alas tradicionais da Igreja Católica ituana.

Demonstramos nesta pesquisa que as posições “desenhadas” no âmbito da Igreja Católica, adicionadas aos condicionantes arquitetônicos e às transformações urbanas que marcaram a passagem do século XIX para o século XX, somadas ainda aos ideais de modernização pretendidos pela elite da cidade, culminaram na elaboração de um complexo “programa” de reformas das fachadas de igrejas construídas ainda no período colonial, além da construção de novos templos.

Esse capítulo contempla a análise da construção e reforma dessas igrejas, seus aspectos formais, técnicos e ideológicos. Analisamos as principais igrejas da cidade de Itu que vivenciaram na virada do século profundas reformas – a igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária, que teve fachada reformada pelos engenheiros Ramos de Azevedo e Paula Souza e a de Nossa Senhora do Patrocínio, reformada pelo construtor francês Luis Marins Amirat. Analisamos também, as obras da Companhia de Jesus na cidade: a reforma da igreja do Bom Jesus, obra realizada pelo padre jesuíta Bartolomeu Taddei e pelo construtor Luis Amirat, a reforma no frontispício da igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e a construção da igreja e colégio de São Luiz do Gonzaga.

Os exemplares escolhidos são os mais representativos do ideal de constituição de uma nova fisionomia de cidade. A igreja do Bom Jesus representa a fundação da cidade, seu mais antigo templo; a igreja Matriz da Candelária, além de ser o mais importante templo de Itu, simboliza o apogeu da cidade colonial; a igreja de Nossa do Patrocínio é obra do mais destacado artista paulista do período colonial em São Paulo e, finalmente, as igrejas de São Luis e da Boa Morte são obras dos jesuítas – um dos grupos mais tradicionalistas da Instituição Romana.

Figura 37

Parte do relatório das obras da igreja Matriz da Vila de ItapetERICA
enviado a Diretoria Geral das Obras Públicas de São Paulo em 1883

3.1 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária

A história da igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária de Itu remonta ao princípio do século XVII, quando o sertanista Domingos Fernandes e seu genro, Christovão Dinis, receberam da Coroa direito de terras nos campos do Pirapetinguí, num lugar denominado Utu-Guaçu. Ali, no ano de 1610, depois de aprovado seu pedido, iniciaram a construção da primeira capela do local que se tornou a vila de Itu. (Nardy, 2000, vol.1, p. 53)

“Declaro que eu alcancei dos prelados e administradores Matheus da Costa Aburim e Lourenço de Mendonça e do senhor administrador que hoje é Antonio de Moraes licença para fundar uma capella para nella capellão curado neste Utu-guaçu a qual capella levantamos entre ambos por certo que para isso fizemos de palavra de sermos na dita capella iguaes padroeiros com o defunto Crhistovão Diniz meu genro e lhe deixarmos nossas terças para seus augmentos da dita capella a honra e invocação de Nossa Senhora da Candelaria [...]”⁹

Nas décadas que se seguiram, serviu a capela como único templo do local, até que em 1669, tendo Itu já sido elevada à categoria de vila, “*attendendo ao augmento sempre crescente da população, resolveram construir uma igreja maior e que melhor lhes servisse de Matriz*”. No primeiro livro de tombo da matriz assinalava-se que essa igreja teve:

“[...] princípio no anno de mil, seiscentos, e sessenta e nove. O que consta pelos algarismos que se acham Lavrados no batente Superior da porta principal da Igreja, ainda que esta freguesia teve mais antigo principio porque consta por certa, e constante tradição que antes de se erigir a Igreja servio no princípio de Matriz a Capella do Senhor Bom Jesus que esta dentro da villa”. (PLTMI. Apud: Nardy, 2000, vol. 1, p. 52)

⁹ Trecho do testamento de Domingos Fernandes citado por Nardy Filho. O testamento completo pode ser verificado em: Nardy, 2000, vol.1, pp. 44-45.

Ainda segundo o professor Nardy, após a construção da igreja matriz, o antigo templo que serviu de matriz passou a ter “*como seu orago o Senhor do bom Jesus*”. (Nardy, 2000, vol.1, p. 53)

A nova igreja serviu a Itu como matriz durante pouco mais de um século, até que no ano de 1770, momento em que o centenário edifício se encontrava em péssimo estado de conservação, foi resolvido pela construção de um novo templo, o edifício que ainda hoje é a mais importante igreja da cidade.

Em fevereiro de 1770, foi enviado a São Paulo o pedido de provisão para se fazer uma nova matriz, devido à antiga se achar “*muito arruinada, com as paredes abertas, que para se reparar será preciso tanto dinheiro como p^a. a nova*”. O documento, além de descrever sua péssima situação, também criticava sua falta de decoro, que possuía uma arquitetura “*muito informe, e cheia de defeitos, sem magestade nem formozura como se requer nos Templos do Senhor*”. (ACMSP. Pasta avulsa nº. I)

Em resposta, o D. Mattheus Lourenço de Carvalho, Comissário do Santo Ofício em São Paulo, solicitou vistoria na antiga igreja a fim de se verificar a necessidade e possibilidade de se construir uma nova igreja. Nesta solicitação D. Mattheus diz:

“Mando ao Rdo. Dor. Vig^o. da Vara da Commarca de Itu que [...] proceda vistoria no lugar que dessa villa assignarei para nele se edificar nova Igreja Matriz, examinando se tem as qualidades, espaço e largura, e Requizitos que determina a Constituição do Bispado em o 1^o. 4^o. Tt^o. 17 nº. 687 [...] depois de assinalado [o local] marcara o lugar da capela mor, altar mor, e porta da igreja na forma, e com os sianes que a mesma Constituição aponta em o nº. 688 do 1^o. [...]. (ACMSP. Pasta avulsa nº. I) ¹⁰

¹⁰ O item 687 da Constituição citada diz o seguinte: “*Conforme o direito Canônico, as igrejas se devem fundar, e edificar em lugares decentes e accomodados, pelo que mandamos, que havendo de edificar de novo alguma Igreja parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sitio alto, e lugar decente, livre da humidade, e desvidao, quando possível, de lugares imundos, e sordidos, e de casas particulares, e de outras paredes, em distância que possam andar as procissões ao redor dellas, e que se faça em tal proporção, que não somente seja capaz dos freguezes todos, mas ainda de mais gente de fóra, quando concorrer as festas, e se edifique em lugar povoado, onde estiver o maior numero de fregueses. E quando se houver de fazer, será com licença nossa, e feita a vistoria, iremos primeiro, ou outra pessoa de nosso mando, levantar a cruz no lugar, aonde houver de estar a Capella Maior, e demarcará o ambito da igreja, e adro della*”. O item 688 diz o seguinte: “*As Igrejas parochiais terão capella maior, e cruzeiro, e se procurará que a Capella maior se funde de maneira, que posto o sacerdote no altar, que com o rosto no Oriente, e não podendo*

Decorrido o exato período de um ano, no dia dezoito de fevereiro de 1771, foi realizado o "*auto de demarcação*" do novo templo. Ali foi definido que a nova igreja seria construída no mesmo lugar em que se localizava a antiga, além de se decidir que o novo templo seria contemplado com "*corenta palmos*" a mais que a igreja existente.

"[...] no consistório da Matriz da mesma vila onde se achando o reverendo Senhor Doutor Vigário da vara Manoel da Costa Aranha e juntamente com o povo que se avia congregado para efeito de se proceder a vistoria no lugar que avia denominado o mesmo povo para se ideficar a nova matriz pertendia ó fazer, e com efeito depois de se aver Examinado o lugar, e lavrado o auto de vestoria no mesmo lugar da antigna Matriz por ser o mais acomodado e mais decente, e o mais conforme as circunstancias que determina a constituição do Bispado proceder a demarcação [...]". (ACMSP. Pasta avulsa nº. I)

A construção da atual igreja Matriz, realizada entre 1777 e 1780, está intimamente relacionada à economia açucareira.

Segundo Maria Thereza Petrone, a vila de Itu se transformou, nesse período, na principal produtora de açúcar, pois "*em Itu estava concentrada a maior parte da indústria açucareira*". (Petrone, 1968, p.43). A prosperidade açucareira fez com que Itu se transformasse num dos mais importantes centros da riqueza paulista. Essas transformações fizeram com que a vila passasse a ser um dos principais pólos da cultura e da arte na província de São Paulo. Como relata Octávio Ianni, nesse período "*as igrejas se fizeram sólidas e imponentes. A música sacra se fez cultivada e solene. A pintura ganhou telas pintadas no lugar, nas quais as cenas da vida de Jesus predominam sobre qualquer outro tema religioso*". Itu se tornou "*o maior centro produtor de açúcar da Capitania e daí ser*

se, fique para o meio dia, mas nunca para o Norte, nem para o Occidente. Terão pias Baptismaes de pedra, e bem vedadas de todas as partes, almarios para os Santos Óleos, pias de agoa benta, um pulpito, confessorio, sinos e casa de Sacristia; e haverá no ambito e circunferencia dellas adros, e cemitérios capazes para nelles se enterrarem os defuntos; os quaes adros serão demarcados por nosso provisor, ou Vigário Geral, como acima fica dito, e os autos dessa demarcação se guardarao no nosso cartório, e os traslados no cartório de cada uma das Igrejas". Em: VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

considerada a vila mais próspera, populosa e rica; e Itu se tornou o centro comercial e bancário das vilas vizinhas (...)". (Ianny, 1988, p. 25-26)

Figura 38

Vila de Itu. Desenho do Engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria, que esteve de passagem por Itu no ano de 1774

No ano de 1776, um ano antes do início das obras da nova matriz, o recenseamento procedido a mando do capitão-general Martins Lopes Lobo de Saldanha aponta que a vila de Itu possuía 404 fogos, 3777 habitantes, sendo 1724 homens e 2053 mulheres; havia 7 lojas de secos e molhados, 7 sapateiros, 8

carpinteiros, 7 alfaiates, 5 latoeiros, 3 tecelões e 26 engenhos de açúcar e aguardente. (Nardy, 2000, vol.3, p. 27)

Desse período, Itu herdou, além de um relevante conjunto de testemunhos arquitetônicos, entre os quais a Matriz e as mais importantes igrejas da cidade, um grande acervo de objetos, documentos textuais e iconográficos, além da definição de seu traçado urbano.

A obra da Matriz foi financiada pelo padre João Leite Ferraz, o mais próspero produtor de açúcar da vila, proprietário da fazenda Paraíso - existente ainda hoje. Neste local, o padre Ferraz construiu uma olaria para confecção das telhas da nova igreja.

Figura 39
"Construção da segunda Matriz de Itu"
Fiéis carregando telhas da Fazenda Paraíso para a cobertura da Matriz.
Painel de azulejo, Museu Republicano Convenção de Itu.

Como relata Nardy Filho, o padre João Leite Ferraz contratou o construtor "*José de Barros Dias, de Sorocaba, pela quantia de 600\$000*" que trouxe consigo "*escravos, bois e carros, e deu começo ao serviço*". (Nardy, 1928, vol. 1, p. 70) A licença de "Provisão e Benção" da igreja é datada do mês de abril de 1780. (ACDJ. SLTMI)

A igreja construída toda em taipa de pilão possui algumas paredes que ultrapassam um metro de espessura, planta retangular, capela-mór e sacristia com formas típicas da arquitetura religiosa colonial, fachada original sem torres, com alguns ornamentos e vergas chanfradas (pombalinas), tudo muito característico da segunda metade do século XVIII. Cabe salientar que em seu interior encontra-se uma das mais ricas ornamentações que se tem do período colonial em São Paulo.

No ano de 1819, o viajante francês Auguste de Saint Hilaire, em sua visita a então vila de Itu chamou atenção ao fato de a igreja matriz não possuir campanário e de não se situar ao centro de uma das laterais da praça. A torre da igreja só foi construída com a reforma iniciada em 1831.

"Essa igreja, dedicada a Nossa Senhora da Candelária, ocupa um dos pequenos lados da praça, que tem a figura de um longo quadrilátero [...]. Não se pode deixar de lastimar que uma igreja tão bela como a da Candelária não tenha campanário, que não esteja situada ao meio da praça em que foi construída e que a nave não tenha teto" (Saint-Hilaire, 1972, p. 215)

Cinquenta anos após sua inauguração, a matriz passou por uma significativa intervenção. Entre os anos de 1831 e 1833 construiu-se a torre que foi dotada de sino e relógio, seu adro e o conjunto de cadeiras fixas da capela-mór. (Nardy, 2000, vol. 1, p. 73) Essas obras, que tiveram amparo financeiro do Governo Provincial e foram realizadas pelo padre Elias do Monte Carmelo, tiveram suas contas não aceitas pela câmara municipal, o que somente ocorreu dez anos após, quando uma comissão da câmara ituana solicitou à Assembléia Provincial a aprovação dos ditos gastos.

"A Comissão da Camara Municipal examinou requerimento do Vigário da cidade de Ytu em que pede a esta Assembléia que confirme a aplicação para Matriz feitos em benefício desta pelo falecido Padre Elias do Monte Carmello e Alferes L... em benção da Matriz daquela cidade, aplicação esta que a Camara tem reprovado, ordenando ao mesmo tempo aos respectivos fabriqueiros arrecade e recolha ao cofre as [...] que tem.

Vim a Camara por meio de requerimento e documentos que o acompanham que essas quantias forão entregues e dadas pelo Padre Elias do Monte Carmello e Alferes L... a outros indivíduos para que estes a aplicassem em benefício da Matriz no qual que lhes parecesse mais conveniente e que em consequência [...] as entregarão ao Vigário para aquisição de hum novo sino foi pelo vigário comprado e collocado com despesas muito maior que esses auxílios.

Em consequências daquellas [...] Camara não haver varas para se obrigar o vigário de se repor essas sommas, entendo que se deve adoptar a seguinte resolução.

A Assembléia Legislativa da Província de São Paulo resolve:
Artigo único – Bem aplicados forão pelo vigário da cidade de Ytú as quantias dadas em benefícios da Matriz daquela cidade feitas pelos finados Padre Elias do Monte Carmello e Alferes L. e ao vigário entregue pelo Rev. João Paulo tutelado do alferes. Revogados qualquer disposições em contrário.
Paço da Assembléia, 28 [...] 1845". (AALSP. Doc.: C45003)

Acreditamos que tal conflito foi fruto das freqüentes brigas que existiram entre o vigário, padre Braz Luis de Pina, e a câmara municipal durante esse período.

Ao longo dos três anos em que ocorreu a reforma, novamente a igreja do Bom Jesus serviu de matriz à vila.

Ainda no século XIX, outras intervenções foram realizadas. Segundo o professor Nardy Filho, a torre construída pelo padre Elias em 1833, foi danificada por um raio dez anos depois. Os reparos desta torre e outras reformas foram executadas por Francisco Mariano da Costa, e seus custos, patrocinados por uma subscrição popular, pela câmara municipal e, também pelo governo provincial. (Nardy, 2000, vol.1, p. 72).

Figura 40
Matriz ituana antes da reforma de 1889

No ano de 1863, o telhado da matriz encontrava-se com problemas. A necessidade de sua substituição fez com que a câmara municipal solicitasse à Assembléia Provincial a quantia de 2:760\$000 para esses fins.

"A Comissão da Fazenda

Officio da Camarca Municipal de Ytú pedindo a quantia de 2:760\$000 para o retelhamento da matriz d'aquella cidade.

A Camarca Municipal da Fidelissima cidade de Ytú attendendo a representação do Rev.do Parocho da mesma cidade em que manifestara a necessidade de novo retelhamento na Matriz e outras obras para seo funcionamento da mesma; [...] uma comissão, fazendo parte della o seu presidente senhor doutor Antonio Teixeira de Paula Souza para afim de examinar e reconhecer as necessidades d'essas obras e verificadas, dar um orçamento d'ellas. Em consequência da comissão reconhecer a utilidade e necessidade das obras propostas apresentou o respectivo orçamento na importância de R.s 2:760;000. Esta Camara falharia com um de seus deveres senão solicitasse da Assembleia Provincial a consignação desta quantia na lei de

orçamento para satisfazer suas necessidades reconhecidas pelo seu illustre presidente igualmente membro desta respeitosa Assembleia.

Deus Guarde V. V. E. E

Paço Municipal da Camara da cidade de Ytu, 18 de fevereiro de 1863.

Feliciano Leite – vice-presidente”. (AALSP. Doc.: CF63050)

Decorridos alguns anos, já no início de 1873, em sua despedida do cargo de presidente da Câmara Municipal, o Capitão Francisco Pereira Mendes Junior, fez um relatório em que destacou as obras realizadas durante seu mandato. O relatório cita a Matriz, que segundo seus dizeres teria passado por algum tipo de intervenção a cargo da Câmara. Diz ele que “[...] *o estado actual da nossa matriz attesta que a câmara não foi indifferente ás necessidades que a muito reclamava aquelle edificio*”. (O Ytuano, ed. 03, 19/01/1873, p. 2)

Passados mais dez anos, o então vigário responsável pela igreja, Pe. Miguel Correia Pacheco, respondendo a boatos de que a torre e o frontispício da igreja “ameaçavam de ruína”, determinou a profissionais examinarem a igreja e após esse exame mandou publicar no jornal Imprensa Ytuana a seguinte declaração:

“Consta-me que algumas pessoas suspeitam que a Matriz ameaça de ruína, julgo do meu dever declarar que o edificio está perfeitamente seguro, e que a queda do reboco da frente não indica qualquer deterioração do frontispicio. Mandeí proceder um exame por profissionaes, e elles assim o declararam.

O Vigário Miguel Corrêa Pacheco.

Itu, 3 de abril de 1883”. (Imprensa Ytuana. Apud. Nardy, 2000, vol. 6, p. 133)

Algun tempo depois, o padre Miguel contratou importantes engenheiros pela quantia de 45:000\$000 para realizar um ambicioso projeto de reforma na igreja matriz. Essa reforma acabou proporcionando uma fachada extremamente racional e eclética onde se misturam influências do neoclassicismo, do românico e renascimento.

Figura 41
"Largo da Matriz".
Painel de azulejo no saguão do Museu Republicano
1930 – 1945.

Menos de uma década depois, a igreja estaria reformada e com seu frontispício coberto por uma nova face: era a imagem da modernidade contemplada pela elite daquele período.

Entre os homens envolvidos na reforma, três personagens se fizeram fundamentais. O engenheiro Antônio Francisco de Paula Souza, o engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo e o próprio vigário, padre Miguel Correia Pacheco.

Nascido em Itu em 1826 o padre Miguel fez estudos em São Paulo e no Rio de Janeiro, esta última, a cidade em que se ordenou no ano de 1849. A partir de

1856 estava de volta a Itu onde passou a exercer o cargo de vigário da cidade, cargo esse que ocupou até o final e sua vida.

Certamente sintonizado às rápidas transformações que o mundo vivenciava, o padre Miguel fez parte dessas mudanças. Viajou por diversas partes do mundo, como os Estados Unidos e vários países europeus, dos quais escreveu suas “*impressões de viagens*”. Uma delas, publicada no jornal Imprensa Ytuana, relata o quanto a modernidade londrina o impressionara.

"[...] Londres é hoje o centro da gravitação da riqueza do mundo [...] o vastíssimo e magnífico palacio de Christal de Londres é um dos maiores monumentos do poder e da intelligencia humana com suas riquezas em nossos tempos: juntamente com o Museu Britanico e seu grande jardim Zoológico; porem sobretudo o palácio de Christal.

Seo brilhante e magnífico exterior me encantou [...]" (IY, ed. 19, 18/06/1876, p. 2)

Verificamos aqui, que nessas viagens o padre Miguel teve uma especial atenção com a arquitetura produzida no século XIX.

De um lado, o impressionante Neoclassicismo do Museu Britânico de Robert Smirke, de outro, o monumental racionalismo projectual e construtivo do Palácio de Cristal de Joseph Paxton, eis os exemplos arquitetônicos que impressionaram padre Miguel na Europa. Tais edifícios, não por simples coincidência, possuem em seus fundamentos aspectos que foram empregados dez anos depois na reforma da matriz administrada pelo padre Miguel.

O Palácio de Cristal, construído no Hyde Park para a exposição universal de Londres, em 1851, marcou o início de uma nova atitude projectual que procurava assumir o material como valor próprio e dar-lhe expressão plástica associada à funcionalidade.

Embora tivesse alguns elementos do gótico, Pevsner destaca que o edifício de Paxton representou um grande inovação na história da arquitetura daquele período, não apenas por ter sido uma construção totalmente pré-fabricada em ferro e vidro, desenhada para produção em escala industrial de suas partes, mas

também por ter representado o primeiro afastamento maior dos estilos históricos na arquitetura (Pevsner, 1981, p. 11-12)

Um dos mais paradigmáticos edifícios do neoclassicismo, o edifício projetado inicialmente por Robert Smirke é *"uma das realizações mais espetaculares e convincentes do dórico grego"*. (Summerson, 2006, p. 97) Com isso, seu exterior busca exprimir sua função e sua própria história. A monumentalidade é característica dos edifícios públicos do século XIX que buscavam competir com os palácios e as obras sacras.

Figura 42
Museu Britânico

Figura 43
Palácio de Cristal

Neoclassicismo, racionalismo e algumas doses de historicismo se misturaram aos ideais de modernidade

“[...] empregar materiais e técnicas da construção utilitária para levantar um edifício altamente representativo, fazer arquitetura com os procedimentos da engenharia.” (Argan, 1992, p. 85)

O moderno programa arquitetônico cujas principais origens remontam ao Palácio de Cristal tem larga fortuna no século XIX e é propriamente a ele, em seu poliédrico desdobrar-se por variadas escolas e correntes teóricas, que convém alinhar a reforma da matriz da Candelária de Itu, empreendida pelo engenheiro-arquiteto Ramos de Azevedo.

Os monumentos ingleses certamente encantaram e impressionaram ao padre Miguel. Entre os anos de 1887 a 1889, paralelamente à Abolição da Escravatura e à Proclamação da República, o vigário conduziu uma profunda reforma em sua igreja: uma transformação que imprimiu na matriz ituana muitos daqueles “novos ares” aspirados na arquitetura londrina.

Em maio de 1887 o padre Miguel apresentou seus planos para a comunidade. Já de posse dos desenhos elaborados por Ramos de Azevedo realizou uma reunião com os paroquianos para decidir se seria realizada apenas a reforma do frontispício ou de “todo o plano” previsto nos desenhos de Ramos de Azevedo. Para isso mandou que fosse publicada no jornal Imprensa Ytuana a seguinte mensagem:

“Para louvor e honra de Deus, convido e insto com os parochianos desta, sem distinção de classes ou possibilidades, afim de reunirmo-nos no consistório da Matriz, no dia da Ascensão do Senhor, 19 do corrente, ao meio dia, e então á vista do desenho do famoso sr. Dr. Ramos de Azevedo, deliberarmos se adoptamos todo o plano do mesmo desenho e ostentamos ao mundo artístico uma obra de apurado gosto e completa, no valor de 46 contos, ou por pobreza e máo gosto adoptamos o frontespício novo no valor de 21 contos e quatrocentos mil réis, e neste caso uma obra de dois planos diferentes em um só, e assim defeituoso em sua natureza.

Ao mesmo tempo abriremos subscrição de donativos para a mesma obra; as portas da Matriz estarão abertas ao povo, e conforme o subscripto, se deliberará o que fazer, e terminar o mais breve possível.

Será a obra, ou todo o plano, ou só a metade, empreitada pelo patriota e sempre grande benemérito o Exmo. Sr. Visconde de Parnahyba com o sr. Dr. Ramos de Azevedo, o mais famoso architecto da província, cavalheiro de prezo e com consciência.

A vista disto nada mais tenho a dizer.

O Vigario Miguel Corrêa Pacheco.

Itu, 9 de Maio de 1887". (IY, ed. 372, 09/04/1887, p. 3)

Segundo o professor Francisco Nardy Filho, o padre Miguel contratou os engenheiros Ramos de Azevedo e Paula Sousa pela quantia de 45:000\$000 para realizar o projeto e obra da reforma. (Nardy, 2000, vol.1, p. 73) Também sabemos que entre as outras providências a serem efetivadas nessa reforma estavam o alargamento do coro, necessário para a colocação de um órgão comprado em 1882,¹¹ a confecção da nova calçada, aquisição de novo relógio, o douramento dos altares, diversos serviços de pintura, entre outros.

"Fez ainda o Padre Miguel outras valiosas doações a essa igreja, bem como outras despesas com seu embellezamento; doou-lhe um orgão no valor de 15:000\$, um relógio no de 5:000\$, sinos que custaram 4:690\$, despendeu 12:000\$ com o douramento da igreja, 4:500\$ com o marmoreamento das paredes internas e fez doação de 60 acções da Companhia Ytuana de Estrada de Ferro á Matriz, para que, com os juros dessa quantia, fosse pago um mestre-capella e coro, que solennisasse as missas conventuaes [...]." (Nardy, 1928, vol.1, p. 73)

Em carta enviada de Paris, João Tibiriçá Piratininga relata ao primo, padre Miguel, que o organista Cavaillé-Coll considerou pequeno o coro da matriz ituana para caber o dito instrumento. Sugeriu ele, que para caber o órgão, o espaço seja aumentado.

¹¹ No ano de 1882, através de seu primo, João Tibiriçá Piratininga, que então estudava agronomia em Paris, o padre Miguel adquiriu do famoso construtor de órgãos, Cavaillé-Coll, um órgão para a matriz. As correspondências entre o padre Miguel e seu primo indicam a necessidade do aumento do coro da igreja, que seria insuficiente para caber o instrumento. (Coleção Padre Miguel. Fundo MRCI).

"[...] Ele achou o espaço indicado acanhado, e inconveniente, julgando melhor collocar o na frente do coro ou aumentando-se-lhe as dimensões para adiante, como alias se foi obrigado a fazer para uma igreja do Pará que tem aproximadamente a forma da de Itu.

Paris, 04/11/1882

J. Tibiriça Piratininga". (Coleção Padre Miguel. Fundo MRCI)

O jornal Imprensa Ytuana nos mostra que a câmara municipal estava atenta e participante nessa empreitada. Assim, exatamente um ano após a abertura da subscrição de donativos para a obra, aprovou ajuda para a reforma, autorizando *"a aplicação da verba de 2.500\$000, consignada na lei do orçamento, a matriz desta cidade"* (IY, ed. 372, 29/04/1888, p. 3)

Figura 44
Vista da cidade de Ytu - 1851

Figura 45

Figura 46

Figura 47

Figura 47

Algumas imagens nos permitem verificar a fachada da igreja matriz ainda com seu frontispício original e a torre construída em 1831 pelo padre Elias do Monte Carmelo. A aquarela de Miguel Dutra intitulada "*Vista da cidade de Ytu*", de 1851 e a imagem "*Fachada da Matriz inaugurada em 1833 e demolida em 1888 e respectivo largo*" do Almanach histórico, biographico e indicativo da Comarca de Ytu, de 1909 são os principais documentos iconográficos do antigo templo.

Nos mesmos anos da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República também se promoveu uma brusca mudança dessa imagem. Embora os planos estivessem definidos desde o início de 1887, foi ao longo de 1888 e 1889 que transcorreram as obras.

São freqüentes as anotações dos jornais locais sobre seu andamento. Assim sabemos que em fevereiro de 1889 era "*assentada a campanilha da nossa Matriz, ultima peça do frontespício*". (IY, ed. 444, 07/02/1889, p. 1) Alguns dias depois, "*Deu-se [...] a collocação da cruz do frontespício da Matriz desta cidade*." (IY, ed. 445, 10/02/1889, p. 1) Já no mês de abril, o mesmo jornal publicava que "*Achão-se bem adiantados os serviços do frontispício e está ficando com muita elegância e gosto. Ao nosso fraco entender julgamos que não há outro na província mais bonito*" (IY, ed. 460, 16/04/1889, p. 1)

Às vésperas do "15 de Novembro" continuavam as obras que estariam já em suas conclusões.

"Igreja Matriz

Acham-se muito adiantadas as obras desta egreja.

Consta-nos que o digno e virtuoso padre Miguel vae ainda recorrer á caridade publica pedindo auxilio para sua conclusão.

Quem não virá em auxilio do bom velho que tudo o que possue tem empregado em sua esposa como elle chama a sua egreja ?".

(IY, ed. 485, 10/10/1889, p. 1)

A nova fachada da igreja tem como um de seus mais significativos aspectos, sua racional composição, pois Ramos de Azevedo, embora tenha partido de um edifício já existente, buscou imprimir o método Duranniano com um arranjo formado pela permutação de módulos, dispostos em um grelha composta de vinte

retângulos de 4,5 m por 7,5 m; tem-se dessa forma uma simetria e proporção que buscam, antes de tudo, a racionalidade e praticidade do projeto. Os traços geométricos da proporção áurea, ainda ensinados nas Escolas de Belas Artes, são ali absolutamente desprezados por Ramos de Azevedo.

A concepção da nova fachada da igreja apresenta uma espécie de neoclassicismo com pitadas de românico e neorenascimento. Entretanto, é demasiadamente claro que seu aspecto estrutural, sua composição, encontra-se num nível mais destacado do que os elementos ornamentais. O racionalismo e o pragmatismo predominantes no ensino das Escolas Politécnicas da Europa fizeram-se, dessa forma, presentes no novo frontispício da Matriz de Itu.

A nova matriz se tornou um edifício altamente representativo, alinhado às transformações pela qual a cidade passava, símbolo dos ideais de modernidade do período e se adequando aos interesses da elite local.

Além de representar um novo método de projeção e de se afastar da velha tradição da taipa, impondo nova técnica através do encamisamento de tijolos, a nova igreja demonstrava mais, era a evidência de que pelo menos uma significativa parte da Igreja Católica aderira aos ideais de modernidade.

Anos antes, os episódios da proibição dos cemitérios particulares, sobretudo os das Ordens Terceiras, e também a transformação das antigas praças em jardins – aspectos significativamente marcantes da nova ordem urbana, fizeram com que a Igreja, reagindo à perda de espaço e de poder, também se opusesse à modernização. Agora, como que em uma reação inversa, a mesma Igreja, participando dos anseios por modernidade, adota procedimentos de atualização; assim, descarta a antiga arquitetura colonial, registro de um tempo enfim superado, corroborando com a nova face para a cidade, uma face que busca apagar todo seu passado para adentrar um novo tempo.

Não é simples coincidência o fato de que esse novo tempo possa vir associado ao período republicano. Como nos lembra o professor José Murilo de Carvalho, o movimento que derrubou a monarquia, para dar conta da efetiva implantação do novo regime, procurou a todo custo imprimir símbolos facilmente absorvíveis pela grande massa, pois a não-participação popular no movimento que derrubou a monarquia exigiu uma alternativa para que essa massa

compreendesse que o país adentrava uma nova época, um novo sistema político. (Carvalho, 1990, p. 10)

Figura 48
Matriz da Candelária em 2006

As obras na igreja foram além do “15 de Novembro” de tal forma que, paralelamente às comemorações da Proclamação da República, também se comemorou em Itu, a “nova” igreja matriz. A reforma do templo claramente estava comprometida com um novo tempo, era mais uma face da modernidade, do embelezamento e do sanitarismo. Os mesmos agentes promotores das

reformas urbanas eram solicitados a responder às demandas de modernização dos edifícios religiosos.

Padre Miguel Correia Pacheco morreu em 1892, apenas dois anos após a inauguração da “nova” matriz. No entanto, sua influência ainda perdurou: o novo e “moderno” frontispício do mais importante templo da cidade influenciou a transformação de outros: nas duas décadas que se seguiram à reforma da matriz, excluindo-se a igreja do Carmo, todas as importantes igrejas coloniais da cidade vivenciaram significativas reformas.

Entretanto, antes mesmo que se iniciassem reformas em outros templos, a matriz vivenciou outras intervenções.

Padre Miguel deixou à igreja uma série de bens. Administrados pelo fabricante Paulino Pacheco Jordão, durante os anos de 1882 e 1883 esses bens renderam muitas providências ao templo. Alguns desses atos referem-se às obras da reforma, como por exemplo, os pagamentos de dezembro de 1882:

“pago a feira do pedreiro	31:000
pago a feira do pintor	20:600
pago a tabuas e vigotas	8:00
pago a vidros para caixilho	6:00
pagos a carpinteiro	4:00”

(ACDJ. Doc. 492)

Ainda no mês de dezembro, o construtor Luis Marins Amirat recebeu a quantia de 229:170 pelo trabalho de retelhamento da igreja. Seu trabalho no templo só terminou no ano seguinte, pois no mês de janeiro de 1893 o livro ainda registra mais dois pagamentos ao empreiteiro, por “*serviços na matriz*”. (ACDJ. Doc. 492)

A 10 de março de 1901 tomou posse do cargo de vigário de Itu, o padre Elisário de Camargo Barros. A exemplo do padre Miguel, este vigário deu continuidade às melhorias na Matriz. Já no ano de 1904, realizou uma reforma na capela do Santíssimo, substituiu o assoalho de madeira pelo piso de ladrilho hidráulico, construiu a Gruta de Lourdes, e promoveu a instalação da energia elétrica no templo. (Nardy, 2000, vol.3, p.53)

O vigário ainda aumentou o coro da igreja. A obra que começou no dia 3 de fevereiro de 1904 foi patrocinada pelo senhor Francisco de Paula Leite Camargo. (CY, ed. 743, 04/02/1904, p. 3)

"Começou hontem na matriz o serviço de alargamento do côro que ali vai ser feito a espessas do senhor Francisco de Paula Leite Camargo.

Esse serviço segundo soubemos, deve estar concluído antes das solenidades da Semana Santa." (CY, ed. 743, 04/02/1904, p. 3)

Essas obras, que também foram realizadas pelo construtor Luis Amirat, ainda contemplaram uma reforma na sacristia da igreja e reparos no órgão adquirido pelo padre Miguel Pacheco.

"Matriz

Já se acham bastante adiantados, os trabalhos de augmento do côro da igreja Matriz, do conserto do ogam e bem assim dos reparos da sachristia" (CY, ed. 747, 28/02/1904, p. 3)

"Matriz. Está a terminar

[...] o augmento do côro, serviços executados pelo provecto architeto constructor, senhor Luiz de Amirat [...]" (CY, ed. 750, 11/03/1904, p. 3)

"Na Matriz

Há dias, teve começo o serviço de reparo da Sachristia da nossa Matriz; serviço esse que também deve estar prompto antes ainda dos dias da Semana Santa" (CY, ed. 774, 11/02/1904, p.3)

No mesmo ano de 1904 anota-se o término das obras que reformaram a igreja do Bom Jesus, assim como a inauguração do Santuário do Sagrado Coração de Jesus, anexo à igreja. Nesse momento a igreja do Patrocínio também já havia sido reformada. A igreja matriz, desde 1887, manteve-se permanentemente em obras: era o grande exemplo a ser seguido, o modelo de modernidade professado no início do século XX.

3.2 - A igreja de Nossa Senhora do Patrocínio

"Embora bela e ricamente decorada, em nada mais se parece com o antigo templo construído pelo Padre Jesuíno". (Nardy, 1928, p. 154)

O período compreendido entre 1894 a 1896 foi bastante produtivo para o construtor francês Louis Marins Amirat. No ano de 1894 ele realizou toda a substituição do telhado da igreja da Matriz de Nossa Senhora da Candelária e nesse mesmo ano iniciou as obras de uma quase completa transformação da igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, trabalho que foi concluído somente em 1896.

Inaugurada nos últimos anos do período colonial, a reforma da igreja do Patrocínio teve forte impacto no processo de transformações urbanas que a cidade vivenciou em fins do século XIX. Essa forte intervenção, também influenciada pela recém realizada reforma na matriz, criou um dos maiores símbolos da modernidade na cidade de Itu.

Construída entre 1815 e 1820, sob projeto e direção do Padre Jesuíno de Paula Gusmão, conhecido como Jesuíno do Monte Carmelo, *"a mais curiosa e importante figura da arte colonial paulista"*, (Andrade, 1945, p. 10) a igreja do Patrocínio foi ao longo do século XIX um dos mais importantes testemunhos arquitetônicos do período colonial na cidade.

Nascido na cidade de Santos, Jesuíno se casou com D. Maria Francisca Godói em 1783, tiveram cinco filhos. Devoto a Virgem do Carmo, deu aos filhos nomes carmelitas, foi então que começou a ser chamado de Jesuíno do Monte Carmelo.

Quando viúvo passou a viver de forma solitária, atraindo outros sacerdotes a uma vida de oração, penitência, estudo e meditação. À companhia do padre Antonio Diogo Feijó, que mais tarde seria Regente do Império, do padre Antonio Joaquim de Mello, que mais tarde se tornaria arcebispo de São Paulo e destacada figura da Igreja Católica no país, e de outros sacerdotes, fundou a *"Congregação dos Padres do Patrocínio"*.

Por volta de 1814, Jesuíno e esses padres resolveram pela construção de um convento de freiras na cidade e de sua respectiva igreja, e logo receberam um

sítio por doação. A área doada pelo Padre Antonio Pacheco Ferraz, o "*Padre Sargento-mor*", era conhecida como Sítio do Tanque, situado "*dentro do perímetro da cidade, terreno esse contando com 30 braças de frente e 200 de fundo, para nelle construir o padre Jesuíno o edifício que projetava*". (Nardy, 2000, vol. 1, pp. 125-126). O padre Ferraz também doou toda a escravaria e o engenho lá existente e posteriormente vendidos para angariar recursos à construção da igreja. Assim, em 1815, Jesuíno deu início às obras da igreja.

Na construção do edifício, Jesuíno contou com o padre Simão Stock, seu próprio filho, como principal auxiliar e mais dois artistas, operários ituanos de condição humilde, o mestre carpinteiro Antonio Luis Pinalva e seu filho o contra mestre, Bento José Labor, conhecido por Bento Pombinho. (Nardy, 2000, vol.1, p. 127)

"O Padre Jesuíno era ao mesmo tempo o architecto que delineava a planta do edifício, o mestre que dirigia as obras, o artífice que com a talha trabalhava na sua construção, o artista que ia compondo as músicas que seriam executadas na inauguração do novo templo [...]". (Nardy, 2000, vol.1, 126).

Jesuíno não teve a possibilidade de ver inaugurado o templo, pois faleceu em 8 de novembro de 1820. A igreja foi concluída por seu filho, o Padre Simão Stock.

Na época de sua inauguração, o viajante francês Auguste de Saint Hilaire, em sua visita a Itu descreveu o templo como sendo a mais bela igreja da cidade de Itu.

"Esta é a mais bonita de todas, é muito bem decorada e preparada com gosto. Muito limpa e fresca, a sua nave é inteiramente plana, sem as balaustradas lateraes. A capela-mór tem suas ordens de assentos dobradiços, e é encimada por uma pirâmide alta, dourada, composta de duas ordens de pequenas banquetas terminada por uma figura dourada representando o cordeiro paschoal. [...]". (Saint-Hilaire, 1972, p. 217).

A igreja tem planta típica do período colonial com nave retangular e capela-mór separada pelo arco do cruzeiro; possui ainda corredores laterais independentes da nave e, conforme verificamos na aquarela de Miguel Dutra, de 1845, sua fachada original já possuía duas torres, alguns ornamentos e vergas chanfradas, aspectos bastante comuns na arquitetura religiosa colonial.

Figura 49
Igreja do Patrocínio em 1845

Três décadas depois de sua inauguração o padre Simão Stock faleceu; padre Feijó seguiu carreira política e D. Joaquim de Mello transferiu-se à capital paulista para se tornar bispo da província de São Paulo. De forma rápida a congregação dos padres do Patrocínio foi declinando, e, conseqüentemente, a igreja e seus anexos aos poucos foram abandonados.

Quando D. Antonio J. de Mello assumiu o Episcopado Paulo-politano, teve entre suas principais realizações, a criação de duas novas instituições. A primeira foi o Seminário Episcopal de São Paulo e, a segunda, a fundação de um colégio feminino na cidade de Itu – o Colégio do Patrocínio que a partir de 1858 ocuparia o convento e a igreja idealizados por Jesuíno e D. Antonio. (Nardy, 2000, vol. 1, p. 149-150)

Em outubro de 1858, procedentes da cidade de Chambéry, na França, chegaram a Itu as primeiras missionárias e logo tomaram posse do edifício que o padre Jesuíno idealizou e construiu. A partir desse momento, a história da igreja se mistura à do colégio.

Madre Maria Theodora Voiron durante décadas dirigiu a instituição, sendo a mais importante responsável pelas diversas intervenções realizadas no conjunto da igreja e colégio do Patrocínio.

Ao longo da década de 1860, com o pleno funcionamento do colégio, o edifício se tornou pequeno e foi necessário o aumento de suas dependências, assim como algumas obras na igreja. Em 1866 o colégio inaugurou o sobrado anexo à igreja; em 1880 inaugurou outro e, ainda na década de 1880, outros acréscimos.

Nos primeiros anos de funcionamento do colégio, o viajante Emílio Zaluar, em sua *"Peregrinação pela Província de São Paulo"*, passou pela cidade de Itu e, em seus relatos, deu grande atenção aos edifícios religiosos, entre os quais, também descreveu a igreja de Nossa Senhora do Patrocínio:

"A igreja de Nossa Senhora do Patrocínio levantada na rua do mesmo nome, é um templo de admirar-se, pois é construído em arcadas e remata em uma cúpula ou zimbório. Tem um só altar e dois altares laterais. Foi fundada pelo padre Jesuíno do Monte Carmelo" (Zaluar, 1945, p. 205)

O funcionamento do colégio, assim como essas novas construções, sempre foi amparado pelo governo provincial, sendo que já no início de seu funcionamento foi decretada uma ajuda anual à instituição.

"A Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo decreta:

Artigo 1º É autorizado o governo da província a auxiliar com a quantia de 3:000;000 annuaes o seminário de de Nossa Senhora do Patrocinio, estabelecido em Ytu, para a educação feminina pelo senhor bispo diocesano.

Artigo 2º - começará este auxilio desde que forem admittidas no estabelecimento três orphaos pobres gratuitamente

Artigo 3º - o governo mandará prestar este auxilio depois de annuir o delegado de policia e paracho de Ytú sobre a pobreza das orphaos admittidas

Artigo 4º - Revogam as disposições em contrario.

Paço da Assembléia, 15 de fevereiro de 1860”.

(AALSP. Doc. PR60031)

Entre 1894 e 1896 a igreja passou por uma grande reforma. As religiosas francesas que algumas décadas antes haviam deixado a França – país que naquele momento tinha sua capital como o mais conhecido símbolo da modernidade européia – e agora estavam numa cidade que experimentava um amplo processo de transformações urbanas, viram na reforma da matriz ituana, assim como na modernidade de sua terra natal, um exemplo a ser seguido.

O colégio em pleno funcionamento e crescendo cada vez mais necessitava de modificações e ampliação. O templo do colégio que era um dos mais importantes referenciais para a educação feminina de São Paulo também deveria ostentar modernidade.

Realizada pelo arquiteto Louis Marins Amirat, a reforma da igreja do Patrocínio alterou toda a sua fachada e quase todo seu interior.

Sua parte interna ganhou uma nova e completa decoração influenciada pelo neoclassicismo. Já o novo frontispício, possui clara influência do ecletismo francês. Nos dois pavimentos, elementos do estilo renascentista: primeiro, a habitual rustificação encontrada no pavimento inferior da fachada de diversos palácios e igrejas italianos, aqui coerentemente articulada às pilastras dórico-toscanas – artifícios bastante recorrentes na arquitetura francesa do século XIX.

Na portada principal, duas pilastras que lembram a “*ordem francesa*” criada por Philibert de I’Orme em 1567, as quais sustentam o entablamento e o frontão. Ainda no primeiro pavimento, ao lado da portada central, a fachada ganha duas novas janelas gradeadas, elementos que buscavam maior iluminação a seu

interior, e que Amirat também empregou alguns anos depois, na igreja do Bom Jesus.

Figura 50
Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio

No segundo pavimento foi mantida a mesma quantidade de janelas. Entretanto, modificou-as, suprimindo os aspectos coloniais do arco chanfrado e substituindo-as por novas, ao padrão francês; eliminou as antigas janelas de folha cega e colocou caixilhos de vidro. Entre as janelas, pilastras com capitéis jônicos procuram aumentar seu refinado semblante neoclássico.

Em arremate, duas novas torres são encimadas por um elemento que a história oral cuidou de atribuir a uma viagem de Amirat à Rússia. Ao centro, o novo frontão possui composição que verificamos ter sido bastante difundida: sua

estrutura é baseada num quadro com duas pilastras coríntias e um nicho ao centro; as laterais são completadas com volutas abatidas e a parte superior é arrematada por um frontão curvilíneo.

Essa estrutura compositiva de frontão é frequentemente verificada tanto na arquitetura brasileira quanto na européia. Encontramo-la em exemplares tão distantes e díspares como o frontão da igreja do Espírito Santo, na cidade de Munique, na Alemanha e o frontão da estação ferroviária da cidade de Barra do Piraí, no Rio de Janeiro.

O nicho desse frontão comporta a imagem da padroeira da igreja, uma doação recebida em ocasião da inauguração da “nova” igreja.

“A linda estátua de N. Senhora do Patrocínio, que se encontra na artística fachada de sua igreja, foi generosa dádiva de Dr. João batista de Oliveira Cardoso, de São Paulo, tendo sido colocada ali nessa fachada em 1896” (Nardy, 2000, vol. 5, pag. 60)

Além de evidenciar a circulação de modelos arquitetônicos, esses exemplares apontam para um repertório formal que é frequentemente manipulado: uma espécie de arte de composição abstrata, pautada por elementos geométricos e extensível a qualquer gênero estilístico.

Segundo Jean Pierre Épron, foi com o ecletismo que o termo composição ganhou status de ordem. Ao renunciar uma nova teoria artística, os arquitetos ecléticos buscaram na composição seu mais importante conceito: tratava-se “[...] *de compor harmoniosamente os elementos de diferentes conjuntos*”. (Épron, 1997, p.20. apud. Pedone, 2002, p.163)

Em 1896 estava pronta a igreja, as antigas formas criadas pelo padre Jesuíno Gusmão já não existiam, pois, do período colonial sobrou pouco mais do que as paredes. O templo que outrora foi um dos mais importantes exemplares da arquitetura colonial ituana em poucos anos foi transformado em uma igreja “moderna”. Essa radical transformação, ao mesmo tempo que procurou imprimir ao edifício uma resposta aos anseios do novo, contribuiu fortemente para a nova imagem de uma cidade “moderna”.

Figura 51

Figura 52

Figura 53

Figura 53

Com a reforma do Patrocínio foi fortalecida a idéia de imprimir nas igrejas formas ajustadas ao novo tempo. Assim, pouco tempo depois estavam os jesuítas também a promover mudanças em seus templos.

Figura 54
Frontão da igreja de Nossa
Senhora do Patrocínio – Itu

Figura 55
Frontão da igreja do Espírito
Santo.
Heiliggeistkirche
Munique – Alemanha

Figura 56
Frontão da estação ferroviária
de Barra do Piray – RJ

3.3 – Obras jesuíticas em Itu

Em 1865 chegaram a Itu os primeiros padres da Companhia de Jesus. Intencionados de fundar um colégio masculino e reconquistar o espaço perdido cem anos antes, esses padres italianos logo empreenderam um admirável programa de difusão de seus ideais que teve na produção arquitetônica uma de suas mais importantes ferramentas.

Nos primeiros anos instalaram-se no antigo convento dos franciscanos. Em 1872 inauguraram seu novo colégio: um conjunto que ainda hoje impressiona por sua monumentalidade; a partir de 1868 passaram a dividir com a Irmandade da Boa Morte a igreja de Nossa Senhora do Bom Conselho, edifício que em 1916 também teve seu frontispício reformado pelos jesuítas. Em 1891 inauguraram a igreja de São Luis. A igreja do Bom Jesus foi uma das mais importantes referências dos jesuítas no Brasil: logo após a chegada dos religiosos à Itu, esse templo já fazia parte do colégio, sendo que mais tarde o padre Bartolomeu Taddei fundou ali o Centro Nacional do Apostolado da Oração no Brasil e, no início do século XX, realizou grande reforma no templo, além de construir em anexo, o Santuário Nacional do Sagrado Coração de Jesus.

3.3.1 - No Convento de São Francisco

Antes da decisão final sobre a vinda dos jesuítas o pároco, Padre Miguel Correia Pacheco, já havia se prontificado a conseguir um local para a instalação do colégio. Definida a vinda, padre Miguel decidiu que o melhor local seria o antigo convento dos franciscanos.

O conjunto arquitetônico constituído pelo convento de São Francisco e igreja de São Luis, Bispo de Tolosa começou a ser edificado na última década do século XVII. A igreja da ordem terceira dos franciscanos foi concluída em 1793. (Nardy, 2000, vol.1, pp. 84-94)

Instalados no Convento dos franciscanos em 1867, os jesuítas utilizaram esse espaço até 1872, ano em que foi inaugurado seu novo colégio, o Colégio de São Luis do Gonzaga.

Com forma bastante semelhante às construções jesuíticas do período colonial, o conjunto compreendido pela igreja e o convento de São Luiz, bispo de Tolosa, mais a igreja da ordem terceira dos franciscanos têm história que remonta a 1686, quando o vigário de Itu, padre Felipe de Campos, convidou os franciscanos a se instalarem na cidade. Pouco mais de cinco anos se seguiram até que se fixaram no local os primeiros padres franciscanos. (Nardy, 2000, vol.1, p. 84-94)

Figura 57
Largo de São Francisco em 1845 na aquarela de Miguel Dutra

Na década de 1780, o conjunto passou por grande reforma, que resultou no edifício que quase um século depois serviu de colégio aos jesuítas. Foi nessa mesma década de 1780 que a ordem terceira dos franciscanos decidiu construir seu templo. Edificada ao lado da igreja de São Luis, a igreja de São Francisco foi inaugurada em 1793.

Em meados do século XIX eram poucos os padres franciscanos que habitavam o conjunto. Foi então que o padre Miguel Pacheco decidiu alugar o

edifício para servir de colégio à Companhia de Jesus. Os jesuítas utilizaram o convento por poucos anos, pois logo em 1872 inauguraram seu novo colégio.

No ano de 1919 as igrejas de São Luis e de São Francisco também experimentaram reformas em seus frontispícios, quando foram eliminados seus frontões coloniais e feitos novos, com formas mais tipicamente clássicas. No entanto, já na década seguinte o conjunto franciscano estava praticamente todo em ruínas e, em meados dos anos trinta, não mais existia.

Figura 58

Convento dos Franciscanos, igreja de São Luis, Bispo de Tolosa e igreja da Ordem Terceira dos Franciscanos em fins do século XIX.

Figura 59

Ruínas da Igreja de São Luis, Bispo de Tolosa, na década de 1930.

3.3.2 - Colégio e Igreja de São Luis

Com o grande número de alunos matriculados, desde os primeiros anos de funcionamento o antigo edifício dos franciscanos ficou pequeno para servir de colégio aos jesuítas.

Foi assim que já na chegada dos religiosos italianos a Itu o padre José Galvão de Barros França resolveu doar aos jesuítas uma chácara e o edifício do Colégio Ytuano – o antigo Seminário de Nossa Senhora do Bom Conselho – construído pelo padre jesuíta José de Campos Lara no início do século XIX. No ano seguinte, os jesuítas, decididos de construir ali seu novo colégio, fizeram um acordo com a Irmandade da Boa Morte para o uso em comum da igreja que ficava anexa ao antigo colégio.

Em fevereiro de 1869 foi realizada a solenidade da colocação da “*primeira pedra*” da construção do novo colégio. O edifício teve sua primeira fase inaugurada em 1872, quando todas as atividades realizadas no antigo convento franciscano foram transferidas para ele.

Figura 60
"Colégio em Itu" Seminário e Igreja do Bom Conselho. Aquarela de Miguel Dutra, 1845

O projeto do colégio foi idealizado pelo padre Ponza, que rapidamente elaborou seu traçado. Em Itu, o irmão Alberani, arquiteto e pintor, responsável pelas aulas de desenho no colégio, foi um dos primeiros responsáveis pela direção das obras. Para a tarefa de dirigir a construção do conjunto, nos meses de fevereiro e março de 1869, chegaram à cidade dois irmãos leigos: o pedreiro João Pacovi e o carpinteiro Alexandre Fratali. Nas férias desse mesmo ano aumentou ainda mais o número de jesuítas com a chegada do padre Wendelino Back – outro dos responsáveis pela direção das obras do novo edifício.

Figura 61

O conjunto do Colégio São Luis no início do século XX.
Abaixo, à esquerda, a igreja e colégio do Bom Conselho; ao centro o Colégio e,
à direita, a igreja de São Luis.

O padre Augusto Estanislau Aureli, superior da Missão no Brasil, benzeu a primeira pedra da igreja de São Luis no dia 8 de junho de 1886.

O conturbado período da Abolição da Escravatura, da Proclamação da República e da reforma da igreja matriz ituana também foi o período em que os jesuítas dedicaram-se a construir a igreja de seu colégio.

Figura 62

Figura 63

O templo foi inaugurado em 1891. Sua forma externa se assemelha ao edifício principal do colégio e a ligação entre esses dois edifícios é realizada por uma torre bastante simbólica, pois seu sino foi presente do papa Leão XIII – um dos grandes prosseguidores da política ultramontana de Roma: era mais uma forte demonstração da ligação dos jesuítas “de Itu” com a política desenvolvida pela Igreja na cidade eterna. O relógio e a estátua de São Luis são obras do mestre Alberani.

O templo possui uma longa nave, duas capelas laterais e capela-mór com abside; os três imponentes arcos que servem de entrada a essas capelas dão aspecto de majestade ao interior da igreja. Sua fachada, bastante ritmada mistura uma estrutura compositiva de fonte jesuítica com elementos ornamentais característicos da decoração eclética francesa, alguns muito semelhantes aos ornamentos da fachada do Bom Jesus – outra igreja ituana que os jesuítas reformaram alguns anos depois.

Ao cento do frontão está o brasão da República, mais um capítulo da luta dos jesuítas para preservar sua manutenção em solo brasileiro.

A Assembléia que deu nova Constituição ao país em 1891 e que tinha como presidente o ituano Prudente de Moraes, pretendia excluir do Brasil a Companhia dos Jesuítas. O art. 8º. da seção 2ª. acabou sendo excluído no mesmo ano em que foi inaugurada a igreja do colégio jesuítico de Itu. (Francisco, 2002 pp. 224-225) Seria o frontão uma forma de agradecimento à Constituinte pela retirada de tal artigo?

Assim como seus edifícios, o ensino no colégio de São Luis ostentava aspectos de modernidade. Além do completo equipamento para servir de estação meteorológica, para a qual também foi construída uma torre, o colégio possuía aprimorados laboratórios de física, biologia e química, além de uma enorme biblioteca. No ano de 1882, “*o padre Marcello Rocchi informava ao Provincial, na Itália, que o colégio adquirira um completo Gabinete de Física que custara quase dois mil francos*”. (Francisco, 2002 p. 139)

Embora os jesuítas carregassem em seu seio ideais ultramontanos, sua prática deve ser entendida de forma relativa, pois vemos que seu ensinamento também incluía aspectos fundamentais dos ideais de progresso. Esse ideário progressista foi refletido principalmente na arquitetura produzida por esses religiosos. O edifício do colégio se tornaria um dos principais ícones da modernidade ituana.

Até 1891, quando foi inaugurada a nova igreja dos jesuítas, era na igreja do Bom Jesus que se realizava boa parte das atividades desses religiosos. O templo que até a poucos anos permaneceu nas mãos dos jesuítas também foi alvo de reformas nesse período.

3.3.3 - Igreja do Bom Jesus

Segundo o historiador ituíano, Francisco Nardy Filho, em 1610, no local onde se encontra a atual igreja do Bom Jesus, existia uma capelinha de taipa construída pelo fundador da cidade, Domingos Fernandes, dedicada a Nossa Senhora da Candelária. É a primitiva igreja a que se refere o segundo livro de tombo da matriz: "... a dita capela do Senhor Bom Jesus é a mais antiga das que há nesta freguesia e foi a primeira igreja que houve nesta vila, porque foi ereta para servir de matriz". (Nardy, 2000, vol. 1 p. 52)

Ainda segundo o professor Francisco Nardy, foi a partir dessa mesma época que a antiga capela passou a ter "*como seu orago o Senhor do bom Jesus*". (Nardy, 2000, vol.1, p. 53)

Com o grande desenvolvimento da vila, ainda na segunda metade do século XVIII, cresce a demanda por novas e maiores igrejas, e assim, em 1763, a igreja do Bom Jesus passou por completa reforma, realizada pelo capitão João da Costa Aranha.

Figura 65
Igreja do Bom Jesus em 1841

Em 1800, o ouvidor-geral e provedor da comarca de São Paulo, Dr. Joaquim Procópio Picão Salgado, nomeou ao cargo de zelador o capitão-mor Vicente da Costa Taques Góes Aranha, irmão do padre Aranha. Costa Aranha deixou atestado numa diligência à administração da igreja que fazia parte do seu patrimônio o prédio e o sobrado anexo a ela, com acomodações para o capelão e o zelador. (Nardy, 2000, vol.1, p. 78)

Em 1825 foi nomeado como zelador da igreja o frei carmelita Pedro da Anunciação Chaves, que durante sua administração demoliu o antigo campanário e construiu o novo frontispício e também uma nova torre, a qual verificamos na aquarela de Miguel Dutra, executada em 1841. Tais obras e o novo retábulo da igreja foram inaugurados em 1828. (Nardy, 2000, vol. 1, pp. 83-84)

No ano de 1868, veio a falecer o octogenário zelador-capelão da igreja, o padre Francisco Pacheco de Campos. Foi nesse período que os jesuítas, recém-chegados a Itu, solicitaram às autoridades da cidade permissão para usar o sobrado anexo à igreja. O edifício foi então transferido à Missão que já no início de 1869 ali hospedava alguns de seus alunos. (Greve, 1938, p. 35) Iniciava-se assim uma nova fase na história do Bom Jesus, período em que os jesuítas promoveriam um amplo conjunto de reformas e novas construções.

No início da década de 1890, todo o conjunto arquitetônico do Bom Jesus já estava nas mãos dos jesuítas.

“Por esse tempo, como fosse progredindo o número de meninos que vinham ao Collegio de S. Luiz, recém-aberto pelos RR. PP. Jesuítas, e tendo por esse motivo os sacerdotes necessidade de mais acomodações, e essa igreja distasse pouco do Convento de São Luiz, onde se encontrava instalado, provisoriamente esse Colégio, o seu superior se entendeu com as auctoridades competentes e estas lhe fizeram a entrega dessa igreja” (Nardy, vol.1, 2000, p. 81-82)

Nascido em San Giovanni Roveto, Itália, em 7 de Novembro de 1837, o padre Jesuita Bartolomeo Taddei foi ordenado sacerdote em 19 de abril de 1862,

e, em 13 de novembro do mesmo ano entrou para o noviciado da Companhia de Jesus. Após ter exercido sacerdócio e também ter sido secretário do bispo de Sora, passados exatos três anos, no dia 13 de novembro de 1865, então com 28 anos, o padre Taddei desembarcava na cidade do Rio de Janeiro, pois na companhia de mais dois padres, foi destinado ao Brasil como o primeiro grupo de responsáveis pelas aulas do Colégio São Luiz de Gonzaga, que os jesuitas estavam implantando na cidade de Itu. Foi, portanto, um dos primeiros jesuitas a chegar a Itu para a fundação do colégio que em pouco tempo se tornaria uma das mais importantes instituições de ensino do país.

Após 1868, parte do conjunto do Bom Jesus foi também passado aos jesuitas, ficando o padre Taddei responsável pela "turma de menores" do colégio, alunos esses que, desde 1869 já *"tinham a ala superior, sobre a nave esquerda seu dormitório"*. (Greve, 1938, 35)

Em 1871 instituiu na igreja do Bom Jesus de Itu, o primeiro centro "Apostolado da Oração" no Brasil, iniciando então, a devoção ao Sagrado Coração - fato que foi o centro da sua vida. Quando morreu, em 3 de Junho de 1913, o número dos Centros do "Apostolado da Oração", por ele promovidos em todo o Brasil, ascendia a 1390 com cerca de 40.000 zeladores e zeladoras e 2.708.000 associados. (Greve, 1938, p. 37)

Foi sob a idealização e liderança do padre Taddei, que se realizou reforma interna e na fachada da igreja, além da construção, em anexo à igreja, da Capela do Santuário Nacional do Sagrado Coração de Jesus. Para isso, o Padre Taddei contratou o arquiteto francês Louis Marins Amirat.

Em 1º. de outubro de 1871 padre Taddei instituiu no Bom Jesus o primeiro centro nacional do Apostolado da Oração do Brasil. Logo mais adiante, no ano de 1877, realizava algumas intervenções na igreja.

"A mais solene festa de circuncisão ou do Bom Jesus foi a do ano de 1877, na qual foi a festeira a Baronesa de Itu, D. Leonarda Aguiar Pais de Barros. No primeiro dia da novena inauguraram-se dois sinos, na torre, que então estava sendo restaurada" (Greve, 1938, p. 35)

As intervenções do padre Taddei apenas tinham começado. Dois anos depois, a captação de recursos para novas reformas continuava:

“A 28 de dezembro de 1879, começou a ser feito um leilão na casa do snr. Juca Feliciano, à rua Direita, do qual o P. Taddei tirou perto de 9:000\$000 para a obra da restauração dos novos arcos da igreja. E uma loteria que lhe permitiu inaugurar aos 5 de novembro de 1882 o altar do Coração de Jesus” (Greve, 1938, p.37)

No ano de 1883 o Padre Bartolomeu Taddei encaminhou Diretoria Geral das Obras Públicas o recibo de compra de 42 mil tijolos para as obras na igreja do Bom Jesus. Certamente era um comprovante dos gastos de dinheiro repassado pela Diretoria Geral à igreja.

“Recebi do R^{mo}. Pe. Bartholomeu Taddei Capellão Zelador da Igreja do Senhor Bom Jesus desta cidade de Itu a quantia de 1:275\$000 um conto duzentos e setenta e cinco réis, pela importância de 42500 tijolos de construção que forneci para a referida obra [...].
Itu, 22 de sbr^o. de 1883
Antonio Carlos Xaves”. (APESP. Lata CO5222)

“Acha-se em concerto a fachada principal d’este templo”. A citação publicada num jornal da cidade em meados de 1904 referia-se apenas à parte do que ocorreu nesse período com o templo do Bom Jesus. (CY, ed. 802, 31/08/1904, p. 2)

O período de 1896 a 1904 foi de grandes transformações para essa igreja. Sob a liderança do padre Bartolomeu Taddei, realizou-se nesses anos uma ampla reforma interna e externa na igreja, além de construir, em anexo, um novo templo: a capela do Santuário Nacional do Sagrado Coração de Jesus.

Para a promoção e realização dessas obras, o padre Tadei contou com a participação do arquiteto francês Louis Marins Amirat, um dos mais importantes arquitetos da cidade de Itu na virada do século.

Além de ressonâncias da reforma da matriz, as transformações promovidas na igreja do Bom Jesus também tiveram raízes formais na Europa. De um lado

emprestou referenciais de significativas igrejas romanas, sobretudo as mais ligadas à Companhia de Jesus; de outro, buscou mostrar a história da força jesuítica, promovendo, com a reforma, uma maior divulgação de seus ideais.

A Companhia procurava assim, imprimir sua imagem de forma monumental. Poucos anos após a construção de seu novo colégio e igreja, conjunto inaugurado em 1891, o padre Taddei coloca em prática a construção do Santuário do Sagrado Coração de Jesus e a reforma da sua igreja.

Figura 66
Novo frontão da igreja do Bom Jesus de Itu

Figura 67
Frontão da basílica de São João Latrão de Roma

A intervenção pela qual passou a igreja não só imprimiu um aspecto de modernidade como também procurou caracterizá-la com elementos jesuíticos e/ou aspectos que a relacionassem à Companhia dos jesuítas.

Figura 68

Figura 69

Figura 70

O padre Batolomeu Taddei e o arquiteto Louis Marins Amirat procuraram na tradição do classicismo italiano e, sobretudo na Basílica de São João Latrão, seus principais referenciais para o projeto da nova fachada do Bom Jesus.

A obra realizada pelo mestre francês possui um frontão inspirado na Basílica de Latrão. A torre de 1825 foi eliminada; acima do entablamento um ático com balaustrada arremata a parte superior; um frontão triangular ao centro e, tal como a igreja de Roma, um grupo de esculturas são distribuídas sobre os pilares em que também se apóia a balaustrada. A ordem colossal reforça sua semelhança à basílica romana.

Figura 71
Igreja do Bom Jesus no início do século XX, já com sua fachada reformada.

"Igreja do Bom Jesus

Está ficando um primor, o frontespício da igreja do Bom Jesus.

Serão collocadas cinco estátuas em tamanho natural, sendo que ao centro, Christo Redemptor, já esta bastante adiantada, vindo se

n'ella a competecia do artista esculptor que foi encarregado d'este serviço.”(CY, ed. 815, 04/12/1904, p. 2)

Seu frontispício manteve-se bastante simples: a composição das envasaduras ficou praticamente sem mudanças, foram apenas acrescentadas duas janelas lateralmente à portada; as antigas janelas de folha cega foram substituídas por novas com caixilhos envidraçados, além dos variados elementos ornamentais; quatro pilastras coríntias gigantes asseguram a articulação dos três panos da fachada; ao centro, a nova portada é guarnecida por duas pilastras coríntias que sustentam o entablamento e o frontão clássico, triangular.

Figura 72
Guirlanda na fachada da igreja de São Luiz do Gonzaga

Figura 73
Guirlanda na fachada da igreja do Bom Jesus

Figura 74
Planta da igreja do Bom Jesus.
Em destaque, a Capela-Santuário do Sagrado Coração de Jesus.

A reforma não se limitou à fachada, pois além do novo frontispício, reformas internas foram realizadas, como a nova e completa pintura e a substituição do assoalho por ladrilhos hidráulicos.

Figura 75
Piso da nave principal da igreja.

A igreja ganhou uma nova capela, anexa ao templo principal, construída ao seu lado direito. Padre Taddei percorreu muitas outras cidades brasileiras para angariar fundos à edificação da nova capela, a capela do Santuário Nacional do Sagrado Coração de Jesus, sede do Centro Geral do Apostolado da Oração no Brasil.

Figura 76
Cúpula da Capela-Santuário do Sagrado Coração de Jesus.

Figura 77
Cúpula da igreja de Santo André do Vale, em Roma, local em que padre Taddei teria se inspirado para a capela de Itu.

Figura 78
Interior Santuário sagrado Coração de Jesus

Toda a pintura e a decoração do interior da capela foi realizada pelo pintor italiano Carlos de Servi. Esse trabalho, finalizado em março de 1904, também buscou na Itália referenciais formais.

'Carlos de Servi

Retirando se para a capital, visto ter concluído o serviço de pintura e decoração do S. S. Coração de Jesus, veio apresentar as suas despedidas, o inteligente pintor, senhor Carlos de Servi. Gratos pela deferência' (CY, ed. 751. 17/03/1904 p. 2)

Segundo a história oral, da mesma forma em que o Padre Taddei buscou influências da igreja de São João de Latrão para o novo frontão da igreja do Bom Jesus, também veio de Roma a inspiração para a arquitetura e decoração do Santuário de Itu, pois sua cúpula e abóbadas seriam inspirações derivadas das igrejas de Santo André do Vale e Gesù.

As inspirações de Roma também alcançaram outra reforma realizada pelos jesuítas. O antigo templo de Nossa Senhora do Bom Conselho, que passou a ter orago dedicado à Senhora da Boa Morte – e era desde o ano de 1868 era dividido entre jesuítas e irmãos leigos da Irmandade da Boa Morte – também foi reformado.

3.3.4 – Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte

Retornando a Itu, após o exílio providenciado por Pombal, o padre jesuíta José de Campos Lara resolveu fundar na cidade “*um seminário para a educação de Meninos pobres, e, segundo um voto que fizera, ainda quando no exílio, a igreja cuja construção iniciara, teria como padroeira Nossa senhora do Bom Conselho*”. (Nardy, 2000, vol.1, p. 97)

Após dedicar-se à construção do convento e da igreja, o padre Lara veio a falecer, deixando o conjunto a seu afilhado, o padre José Galvão de Barros França. Em 1867, com a chegada dos jesuítas à cidade para fundarem o colégio, este viu a possibilidade do sonho do padre Lara ser realizado com a doação do conjunto aos jesuítas. De posse dos jesuítas o antigo seminário do Bom Conselho passou a ser parte do Colégio de São Luiz do Gonzaga.

A igreja de Nossa Senhora do Bom Conselho fazia parte do seminário e, no início da década de 1860, estavam sem uso e em precária situação de conservação. Foi então, que no ano de 1863, a Irmandade da Boa Morte conseguiu a posse do templo. (Nardy, 2000, vol. 1, p. 109)

No ano de 1868 os jesuítas recém-chegados a cidade receberam o seminário por doação e logo em seguida constituíram acordo com a irmandade da Boa Morte para uso em comum do templo, que havia mudado seu orago para Nossa Senhora da Boa Morte. (Nardy, 2000, vol. 1, p. 109)

No ano de 1916 a igreja passou por uma grande reforma. Uma radical modificação promovida no templo promoveu forte distanciamento do passado colonial, inserindo a igreja nos novos ideais urbanísticos promovidos naquele momento pela elite ituana.

Nas imagens em que podemos verificar as formas originais do edifício, vemos que originalmente estampava um frontispício bastante simples, com formas que remetem às capelas primitivas do período colonial.

Na nova fachada, uma estrutura de influência romanizante se mistura ao repertório recorrente no ecletismo novecentista.

No ano de 1918 os jesuítas venderam o colégio de itu ao governo Federal e se transferiram para a cidade de São Paulo. Hoje, 142 anos após a chegada dos

primeiros religiosos a Itu, a cidade guarda um enorme patrimônio deixado pela Missão Romana. Embora a igreja da Boa Morte tenha sido destruída no ano de 1946, praticamente todos os edifícios do colégio, assim como a igreja de São Luis, continuam preservados.

Assim como os edifícios do grupo jesuítico, os outros templos de Itu são hoje, símbolos de um tempo em que modernizar, sanear e embelezar eram os valores maiores. Os templos da cidade, reformados, contribuíram demasiadamente à constituição de uma “nova” cidade.

Figura 79
Igreja de Nossa Senhora do Bom Conselho.
Aquarela de Miguel Dutra, 1845

Figura 80
Igreja da Boa Morte em 1930

Figura 81

CONCLUSÕES

Negada pelo Movimento Moderno, a produção arquitetônica e artística do século XIX tem merecido novas análises nas últimas décadas. A igreja matriz de Itu, ao lado da igreja do Carmo são os únicos templos ituanos anotados em livros do tombamento no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ainda assim, a igreja e o convento do Carmo apenas foram tombados por manter praticamente toda sua integridade à arte colonial. Já a igreja matriz da Candelária ganhou tal status por guardar em seu interior um rico acervo artístico do século XVIII.

“O aspecto atual da igreja construída em 1780 é o resultado de ampla reforma de fins do século passado. O interesse do templo reside nos forros pintados da nave e da capela-mór e na grande quantidade de telas de autoria de José Patrício da Silva Manso e de Padre Jesuíno do Monte Carmelo; além da talha do altar-mór de grande plasticidade”. (Processo tombamento da matriz de Itu. IPHAN / 0188-T-38)

Absoluto silêncio sobre possíveis valores artísticos ou históricos do ecletismo. Os demais templos ituanos do século XIX apenas foram tombados no ano de 1992, com o decreto do Governo Estadual de São Paulo. Cabe ressaltar que tal decreto é ainda marcado por gravíssimas falhas. Exemplo disso é a recente destruição da Capela do Senhor do Horto, templo construído no início do século XIX e que teve seu processo de tombamento arquivado pelo CONDEPHAAT.

A cidade de Itu, uma das mais antigas de São Paulo, bate à porta dos quatrocentos anos. Marcada por importantes fatos históricos assim como por períodos de grande prosperidade econômica, constituiu ao longo desses quatro séculos precioso patrimônio cultural, situando-se no rol das raras cidades paulistas que ainda apresentam bens com representatividade de todos os períodos da história brasileira.

Da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX, Itu herdou um rico acervo arquitetônico e urbanístico. A elite da cidade, que então era um

importante centro político, econômico e de influência cultural no país, buscou imprimir em seu núcleo urbano uma nova fisionomia, uma forma de expressão que a equiparasse à modernidade então almejada.

Neste conjunto, as igrejas compõem papel de relevo, pois praticamente todos os importantes templos coloniais da cidade foram reformados, imprimindo em suas edificações, traços demasiadamente significativos. Paralelamente a essas reformas, novas igrejas foram construídas.

A partir de meados do século XIX Itu foi palco de importantes embates culturais e políticos. Liberais, conservadores e destacados representantes da Igreja Católica, ainda que possuíssem idéias distintas, atuaram conjuntamente num grande processo de reformas urbanas na cidade. Em meio a essas intervenções, os templos coloniais se transformaram em um dos mais destacados alvos de reformas, em uma profissão de fé na modernidade: as antigas igrejas setecentistas – prevacentes na edificação ituana – já não serviam à representação de uma cidade “moderna” tal qual almejava a elite ituana. Era necessário modernizá-las, imprimir, sobretudo em suas faces, as modernas formas promovidas pela “civilizada” Europa.

Analisar a arquitetura da segunda metade do século XIX e início do XX também demanda o conhecimento de suas relações com o urbanismo. A produção arquitetônica, tida eclética, não pode ser entendida sem a análise de suas relações com as políticas públicas, com o processo das transformações urbanas, tão acentuadas naquele período.

Vimos, inicialmente, que os promotores das modernizações implantadas em Itu tiveram por ideais matrizes européias. Paula Souza, Luis Amirat, padre Miguel, Ramos de Azevedo e Octaviano Pereira Mendes – os mais destacados agentes da modernidade ituana – vivenciaram em diversos países europeus e também nos Estados Unidos algumas das mais importantes reformas urbanas desse período. Alentados por um inédito padrão de racionalidade, chegaram a ser protagonistas de empreendimentos capitais na recente história do país.

No que respeita a Itu, ao longo das últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século seguinte, a cidade experimentou extenso “programa” de reformas. Amparada por um mais rápido, barato e fácil sistema de transporte,

a cidade pode promover radicais transformações em sua estrutura física e imprimir em suas formas os propalados ideais de modernidade, salubridade e embelezamento. Com o auxílio da ciência e da técnica, reluzentes edifícios dão voz, ou olhar, ao *corpo são e belo* oriundo das intervenções “cirúrgicas” no “organismo social da cidade”.

A ferrovia alcançou Itu em 1873, tornando-se, a partir desse momento, a principal entrada de idéias para a modernização da cidade; também sob seus trilhos novas máquinas, equipamentos e materiais adentram o profícuo solo dessas fronteiras ansiosas pelo capitalismo industrial. Nesse tramado rudimento das transformações econômicas e políticas, maquinam-se outras ações: as antigas praças se transformam em novos espaços de lazer e contemplação da natureza; os cemitérios anexos às igrejas são extintos e um novo cemitério público se impõe; o matadouro municipal responde à inspetoria, desta vez com localização a cumprir os requisitos do sanitarismo positivista; o mercado municipal recolhe-se em um moderno edifício, e, já nos primeiros anos do século XX, as luzes que iluminam a cidade e também o interior da igreja matriz vêm da energia elétrica.

Os mais destacados edifícios de Itu – as igrejas – não se poderiam ausentar deste processo. Os mesmos promotores das reformas urbanas aspiram nas reformas dos templos igual anseio por deixar o passado para trás e consumir a almejada modernidade.

Foi assim, que entre 1887 e 1889 a matriz passou por uma grande reforma que a transformou significativamente. Reformada, a “nova” matriz causou ressonâncias, influenciou outras reformas e, ao fim e ao cabo, tomou justo posto junto a outros grandes símbolos do “programa modernizador” das transformações urbanas da cidade. Pouco tempo se passou e a igreja de Nossa Senhora do Patrocínio também foi reformada; as religiosas francesas, conscientes da *propaganda fides* da modernidade, não deixaram seu templo sem os sinais da nova era.

Os jesuítas, que então administravam alguns importantes templos da cidade, decidiram igualmente imprimir em suas igrejas destacadas marcas da modernidade. Desde sempre engajados na “expansão da fé”, e umbilicalmente unidos à política maior da Igreja Romana, conjugaram à imagética evocação da

Caput Mundi os emblemas ambivalentes do primado da Razão. A intensa atividade edificatória da Companhia, desde o retorno pós-pombalino, teve desfecho no ano de 1916, com a reforma de um antigo templo da cidade, a Igreja da Boa Morte.

Em 1924 foi inaugurado em Itu o Liceu de Artes e Ofícios. Legado da benemerência do português Joaquim Borges, o último edifício projetado por Ramos de Azevedo em Itu, deu o tom a uma espécie de fechamento daquela época cujo símbolo primeiro foi a implantação da ferrovia. Os mais destacáveis edifícios subseqüentes ao Liceu – a maternidade Borges, o convento das irmãs redentoristas e a fundição Gazzola – seriam concebidos sob os auspícios de uma nova ordem político-econômica e, assinale-se, uma nova forma de projeção: findava o período do ecletismo e, pouco a pouco, alvorecia o *Art Déco*. Era o fim de uma modernidade e o início de outra.

5 – Bibliografia e fontes

5.1 Fontes primárias

5.1.1 Arquivos

5.1.2.1 Arquivo Público do Estado de São Paulo

- Relatórios da Diretoria Geral das Obras Públicas de São Paulo.

5.1.2.2 Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

- Ofícios diversos
- Decretos

5.1.2.3 Arquivo da Cúria Diocesana de Jundiaí, SP

- Segundo Livro do Tombo da paróquia de Nossa Senhora da Candelária de Itu 1747-1895.
- Livro de inventário e o Testamento do padre Miguel

5.1.2.4 Arquivo do IPHAN-SP

- Processos de tombamento
- Arquivo de Fotos

5.1.2.5 Arquivo do CONDEPHAAT

- ABE, Júlio, Levantamentos técnicos da igreja Matriz de Itu, 1973.
- Processos de tombamento
- Documentos diversos

5.1.2 Bibliotecas especializadas e centros de documentação

5.1.2.1 Centro de Documentação do Museu Republicano Convenção de Itu

– Jornais (periódicos) da cidade de Itu

- O Ytuano, 1874 - 1875
- Imprensa Ytuana, 1876 - 1891
- Cidade de Itu, 1883 - 1917
- A Federação, 1905 -1916

- Documentos históricos

- Fundo da Câmara da Vila de Itu
- Fundo Prefeitura Municipal de Itu
- Correspondências do Padre Miguel

5.1.2.2 Centro de Documentação, Biblioteca da FAU-USP

- Arquivo do Escritório Técnico Ramos de Azevedo, Severo e Villares / Diversos projetos arquitetônicos.

5.2 Bibliografia geral

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de Andrade. A Influência Italiana na Modernidade Baiana: o caráter público, urbano e monumental da arquitetura de Filinto Santoro. In: 19&20 - A revista eletrônica de DezenoveVinte. Volume II, n. 4, outubro de 2007. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_fs_vnaj.htm. Acesso em: 15 jul. 2008.

ANDRADE, Mário de. *Padre Jesuíno do Monte Carmelo*. São Paulo: Livraria Martins Editora; 1963.

AQUINO, Thulio André Moura de. O círculo católico e sua influência na construção de uma nova sociedade recifense no início do século XX. I Simpósio Internacional de Ciências das Religiões. PPGCR, CCHLA, UFPB, 2007. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/religioes/pdf/pluralismos/GT12/GT12TC15.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2008.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: Introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 1986.

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

AVIGHI, Carlos Marcos. Org. *Comunicações e Artes no Nascimento da República brasileira*. São Paulo: ECA/USP, 1990.

BAZIN, Germain. *História da História da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Brasil. Governo Federal. *Decisões do Governo da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1892 / Governo Federal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BRESCIANI, Maria Stela. As sete portas da cidade. *Espaço e Debates*, n. 34, Ano XI, 1991.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. O ensino de arquitetura nas aulas de engenharia militar da Bahia no século XVIII. *Desígnio*, São Paulo, v. 1, p. 93-100, 2004.

CAMPO & CIDADE. ed. 38, agosto de 2005

CAMPO & CIDADE. ed. 52, dezembro de 2008

CAMPOS, Eudes. *Arquitetura paulistana sob o Império*. 1997. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

- CARONE, Edgard. *República Velha*. Evolução Política. São Paulo: DIFEL, 1971.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. O Imaginário da República. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. *Ramos de Azevedo*. Editora da Universidade de São Paulo, 2000, série Artistas Brasileiros.
- CESAR, Joaquim Leme de Oliveira. Notas históricas de Itu. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 1- (1913), p. 45-89.
- CHIEGIGHINI, Hélio; GUARNELLI, Ismael; OLIVEIRA, Jair. Itu: patrimônio da cultura paulista. Desk Top Publishing, 1997.
- CINTRA, Francelino. *Almanach Histórico, Biográfico e Indicativo da Comarca de Ytu para o anno de 1910*. Ytu: Tipografia São José, 1909.
- Colégio São Luis: 75º aniversário. São Paulo: Gráfica Siqueira, 1942.
- COLLINS, Peter. *Los ideales de la arquitectura moderna (1750-1950)*. 5. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.
- CURTIS, Willian J.R. *Modern architecture since 1900*. 3. ed. London: Phaidon, 1996.
- CZAJKOWSKI, Jorge (org). *Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.
- DAMASCENO, Orlando Álvares de Carvalho Contreiras. *Respingando a História: Subsídios à História Ituana*. Documento da Câmara Municipal de Itu.
- D'AGOSTINO, Mário. H. S. *Geometrias simbólicas da arquitetura*. Espaço e Ordem Visual do Renascimento às Luzes. São Paulo: Hucitec, 2006.
- D'AGOSTINO, Mário. H. S. A poesia da arquitetura. *Risco* - revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, Programa de Pós-graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, n. 2. EESC-USP, 2005.
- D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. Uma promenade nos trópicos: os barões do café sob as palmeiras imperiais, entre o Rio de Janeiro e São Paulo. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, n.2, ano/v.14, jul.-dez. 2006, Museu Paulista – Universidade de São Paulo, p. 193-250.
- DURAND, Jean-Nicolas Louis. *Précis of the lectures on architecture*. Calif, Getty Research Institute, Los Angeles, 2000.

DUTRA, Arquimedes. Arte na província de São Paulo: Itu e seus artistas – Miguelzinho, sua vida e sua obra. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, Guarujá/Bertioga, v 2, n. 3, 1943.

ÉPRON, Jean-Pierre. *Comprendre l'eclectisme*. Paris: Norma, 1997.

FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro*. 8. ed. São Paulo: Globo, 1989.

FARAH, Ana Paula. *A produção do engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo na Província de São Paulo*. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FAUSTINO, Evandro. *O catolicismo em São Paulo no Segundo Império e o "Dilema da Modernidade"*. 1999. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FRANCISCO, Luis Roberto de. *Louis Amirat: Um arquiteto Francês em Itu*. Em: revista Boavida. Edição n. 139, Itu, janeiro de 2000.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GONÇALVES, Mauro Castilho, A imprensa e a ação da Igreja Católica de Taubaté em meados do século XX. *Revista de História Regional* 9 (1): 79-104.

GREVE, Aristide. S. J. Padre Bartolomeu Taddei. Petrópolis: Vozes, 1938.

GUERRAND, Roger-Henri. Cenas e locais: espaços privados. In: PERROT, Michele (Org.). *História da vida privada*. v. 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HITCHCOCK, Henry-Russell. *Architecture: nineteenth and twentieth centuries*. 2nd ed. Baltimore: Penguin Books, 1963.

IANNI, Octavio. *Uma cidade Antiga*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

KAUFMANN, Emil. *La Arquitectura de la ilustracion*. Barcelona: Gustavo Gili, 1974.

LE MOS, Carlos Alberto Cerqueira. *A república ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

LE MOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Arquitetura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, EdUSP, 1979.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo: Pini, 1993.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Alvenaria Burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. São Paulo: Nobel, 1989.

LIMA, Siomara Barbosa de. *Os Jardins de Campinas*. 2000. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2000.

LIMA, Roberto Pastana Teixeira. *Modelos portugueses e arquitetura brasileira*. 2001. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MASSOCO. Carlos Eduardo Peixoto. *Os primeiros anos do cemitério municipal de Ituí: Retratos de um passado glorioso*. Ituí: Ottoni editora, 2006.

MAGALHÃES, Beatriz de A.; ANDRADE, Rodrigo F. *Belo Horizonte: Um espaço para a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1989.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempo de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp/ Fapesp/ Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MELLO, Ciro Bandeira de. A noiva do trabalho - uma capital para a República. In: DUTRA, Eliana F. (org.). *BH Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

MIDDLETON, Robin; WATKIN, David. *Architecture of the nineteenth century*. Milano: Electa, 2003.

MONTEIRO, Ana Maria R. de Góes. *Ramos de Azevedo: Presença e atuação profissional, Campinas: 1879-1886*. 2000. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOURA, Sérgio L. de; ALMEIDA, José Maria G. de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano*. t. III, v. II. São Paulo: Difel, 1977, p. 323-342.

NARDY FILHO, Francisco. *A Cidade de Ituí*. 4 vols; São Paulo: Escola Profissionais Salesianas, 1928, 1930, 1950 e 1951.

NETO, Flávio de Sá Cavalcanti de A. Modernidade e modernização: As reformas urbanas no Recife em meados do século XIX. *Cadernos de Olinda: Revista do Instituto Histórico de Olinda*, n. 2, junho de 2006. Disponível em: <http://www.iholinda.org/2007/10/15/modernidade-modernizacao>. Acesso em: 04 fev. 2008.

NUNES, Clarice. Cultura escolar, modernidade pedagógica e política educacional no espaço urbano carioca. In: HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES,

Clarice. *Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no RJ-1870/1937*. 10. ed. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996, p. 155-224.

NORBERT-SCHULZ, Christian. *Arquitetura ocidental*. 2. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

PADILHA, Angelo Fernando; PADILHA, Rodrigo Bastos. Antonio Francisco de Paula Souza (1843-1917): o mais antigo estudante brasileiro em Karlsruhe, 2007. Disponível em: http://www.aaa.uni-karlsruhe.de/download/PaulaSouza_Original_text.doc. Acesso em: 24 ago. 2008.

PATETA, Luciano. Considerações sobre o Ecletismo na Europa. Em: FABRIS, Annateresa (org.), *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987, p. 11-15.

PATETA, Luciano, *História de la arquitectura*; antologia crítica. Madrid: Celeste, 1997.

PEIXOTO, Gustavo Rocha. *Reflexos das Luzes na terra do sol*. São Paulo: Pró Editores, 2000.

PEIXOTO, Gustavo Rocha. *Arquitetos do Brasil Imperial: A obra arquitetônica dos primeiros alunos da Academia Imperial de Belas Artes*. 2004. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004a.

PEIXOTO, Gustavo Rocha. Lacunas fundadoras, a formação do arquiteto brasileiro no século XIX. *Interpretar Arquitetura*, EA/UFGM; 2004b. Disponível em: <http://www.arquitetura.ufmg.br/ia/IA7online/lacunasfundadoras%20copy.htm>. Acesso em: 10 dez. 2007.

PEIXOTO, Gustavo Rocha. Tratados brasileiros de arquitetura no século XIX. In: MIZOGUCHI, Ivan; MACHADO, Nara Helena N. (org.). *Palladio e o neoclassicismo*. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2006, v. 1, p. 171-192.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PEVSNER, Nikolaus. *Origens da arquitetura moderna e do design*. Trad. Luiz Raul Machado. São Paulo: Martins fontes, 1981.

PIRES, M J. Idéias de ordem e progresso na arquitetura paulistana. In: AVIGHI, C. M. (org.). *Comunicações e Artes No Nascimento da Republica Brasileira*. São Paulo: ECA-USP, 1990.

PUPPI, Marcelo. *Por uma história não moderna da Arquitetura Brasileira*. Campinas: Pontes; Associação dos Amigos da História da Arte; Centro de História da Arte e Arqueologia da Unicamp, 1998.

PUPPI, Marcelo. A nova história do século XIX e a redescoberta da dimensão imaginária da arquitetura. Disponível em: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq058/arq058_02.asp. Acesso em: 02 mar. 2008.

PUPPI, Suely de Oliveira Figueiredo. *A Arquitetura dos Italianos em Salvador, 1912-1924. Monumentos de traços europeus e modernização urbana no início do século XX*. 1998. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Algumas experiências urbanísticas do início da República: 1890-1920. Cadernos de Pesquisa do Lap, 1. São Paulo: FAU-USP, 1994.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889 – 1922*. 2003. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SAIA, Luis. *Morada paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

SALGUEIRO, Heliana. Ouro Preto: Gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. Vol. 4. USP, São Paulo, 1996.

SALGUEIRO, Heliana. *Cidades e capitais do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2001.

SALGUEIRO, Heliana. Revisando Haussmann. *Revista USP*, n. 26, 1995. p. 106-117.

SÊGA, R. A. Ordem e Progresso. *História Viva*, São Paulo, SP, v. 5, p. 72-76, 10 mar. 2004.

SEGAWA, Hugo. *Construção de Ordens: Um aspecto da Arquitetura no Brasil 1808-1930*. 1988. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, 1988.

SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da Metrópole*. São Paulo: Ateliê editorial, 2000.

SEDELMAYR, Hans. Uma arquitetura del monumentos. In: PATETA, Luciano, *História de la arquitectura; antologia crítica*. Madrid: Celeste, 1997, p. 205-206.

SUMMERSON, John. *A linguagem clássica da arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Guia do Museu Republicano de Itu*. São Paulo, 1946.

TOGNON, Marcos. *Arquitetura italiana no Brasil - A obra de Marcelo Piacentini*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

TOSCANO, João Walter. *Itu / Centro histórico: estudos para preservação*. 1981. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

VIOTTI, Hélio Abranches. Expansão da Igreja no Brasil Independente. *Revista de História*, v. XVI, n. 92, ano XXIII, 1972.

ZANINI, Walter. *História Geral da Arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983. 2 vol.

ZEQUINI, Anicleide. *O quintal da fábrica: a industrialização pioneira do interior paulista Salto-SP, séculos XIX e XX*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2004.